

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO

**CONSUMO DOS ARRANJOS DOMICILIARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE O MOMENTO ECONÔMICO DE 2003 E 2009**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Doctor Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2019

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

M518c
2019 Melo, Natália Calais Vaz de, 1987-
 Consumo dos arranjos domiciliares no Brasil : uma análise
 comparativa entre o momento econômico de 2003 e 2009 /
 Natália Calais Vaz de Melo. – Viçosa, MG, 2019.
 xviii, 116 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 99-108.

1. Famílias - Aspectos econômicos - Brasil. 2. Consumo
(Economia). 3. Domicílios - Brasil. 4. Famílias - Estatística -
Brasil. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 306.85

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO

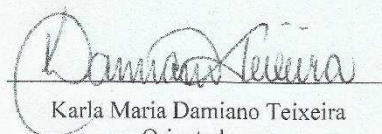
CONSUMO DOS ARRANJOS DOMICILIARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE O MOMENTO ECONÔMICO DE 2003 E 2009

Tese apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Doctor Scientiae.

APROVADA: 10 de julho de 2019.



Natália Calais Vaz de Melo
Autora



Karla Maria Damiano Teixeira
Orientadora

...o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
(CORA CORALINA)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e minhas irmãs
que sempre me apoiaram,
incentivaram e me deram forças
para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Para me dedicar à graduação, ao mestrado e ao doutorado, precisei de tempo, recursos e do apoio de diversas pessoas. A caminhada não foi fácil, passei por altos e baixos desde a graduação até chegar nessa fase de conclusão do doutorado. Mas, para que a caminhada fosse mais leve diversas pessoas contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui, e, não poderia deixar aqui meus agradecimentos a cada uma.

Primeiramente, agradeço à Deus, pelo dom da vida e pelos dons que Dele recebi, por tudo que alcancei na minha vida, principalmente por ter me dado a oportunidade de crescimento profissional e permitir que concretizasse mais esta etapa. Sem Ele, nada disso seria possível.

À minha família, pelo apoio incondicional, que sempre confiou e acreditou no meu potencial, esteve ao meu lado, me incentivando, dando força, sabendo entender e perdoar minhas ausências que muitas vezes foram necessárias para alcançar os objetivos desejados.

Ao meu pai, Wanderley, essencial na minha vida, sempre esteve presente, me conduzindo no caminho da verdade, por me ensinar a ser perseverante e a superar os momentos difíceis; acima de tudo pelo apoio certo nas horas incertas e pela oportunidade de estudo. Toda gratidão!

À minha mãe, Rosângela, que mesmo junto de Deus, sei que cuida e ilumina meu caminho. Mãe, a senhora ficará eternamente em nossos corações. Saudades!

Às minhas irmãs, Marcela, Flávia e Talícia, por entenderem minha ausência durante este percurso, pela amizade, força, pelo conforto, por torcerem e acreditarem em mim, por sempre estarem ao meu lado, incentivando e ajudando. Longe ou perto estaremos sempre juntas!

Aos meus sobrinhos Marina e Lorenzo, e à Brenda, que vieram iluminar nossa vida de alegria e amor. O meu carinho e orgulho por vocês é enorme!

Ao Leonardo, por todos os momentos de atenção, carinho, amor, paciência, e por me ouvir, pois tudo seria mais difícil sem a sua compreensão. Obrigada pela oportunidade de conviver com você ao longo desses anos!

Aos meus cunhados, pela torcida e pelos bons momentos de descontração.

À minha orientadora, Karla Maria Damiano Teixeira, pela dedicação, incentivo, apoio, atenção, compreensão, paciência e pelas sábias orientações ao longo do mestrado e doutorado, que contribuiu imensamente para meu crescimento enquanto pesquisadora. Obrigada por confiar e acreditar na minha capacidade!

À minha coorientadora Márcia Barroso Fontes, por ter aceitado me auxiliar, pelo apoio, por estar sempre preocupada e disposta a ajudar a qualquer hora, nunca mediou esforços. Obrigada também por confiar no meu trabalho!

Aos colegas do mestrado, do doutorado e os conquistados ao longo desses anos que estive em Viçosa, obrigada pela convivência, pelas trocas de experiências e pelos momentos de descontração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pela oportunidade e confiança.

Aos professores do Departamento de Economia Doméstica pelos seus ensinamentos que foram fundamentais e aos funcionários pela atenção e presteza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão do apoio financeiro, e ao IBGE, que através dos microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002/2003 e 2008/2009, me propiciou o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa, pelos anos de formação profissional na graduação e na pós-graduação.

E a todos aqueles que eu não mencionei, mas, que de forma direta ou indireta, tiveram participação para alcance dos objetivos, os meus sinceros agradecimentos.

BIOGRAFIA

NATÁLIA CALAIS VAZ DE MELO, filha de Wanderley Vaz de Melo e Rosângela Calais Vaz de Melo, nascida aos 06 dias do mês de dezembro de 1987, em Guiricema, Minas Gerais.

Em 2006, ingressou no curso de Bacharelado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde se integrou ao grupo do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica (PET), financiado pela SESu/MEC, trabalhando com a tríade ensino, pesquisa e extensão, tendo concluído o curso em janeiro de 2010.

Em fevereiro de 2011 iniciou o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, tendo como linha de pesquisa “Estudo da Família e Economia do Consumo Familiar”, na Universidade Federal de Viçosa. Obtendo o título de Magister Scientiae em Economia Doméstica em junho de 2013.

Em agosto de 2014 iniciou o curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário de Maringá, finalizando-o em janeiro de 2018.

Em março de 2015 iniciou o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa, tendo como linha de pesquisa “Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social”. Obtendo o título de Doctor Scientiae em Economia Doméstica em julho de 2019.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE GRÁFICOS	xiii
LISTA DE SIGLAS	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJETIVOS	7
1.1.1. Objetivo Geral	7
1.1.2. Objetivos Específicos	7
1.2. ORGANIZAÇÃO DA TESE	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. Modelo de Comportamento do Consumidor	10
2.2. Estrutura Econômica do Brasil e sua Influência no Consumo Domiciliar ..	12
2.3. Estrutura Domiciliar e Consumo	17
2.4. Mudanças nas Estruturas Domiciliares	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1. Caracterização da Pesquisa.....	29
3.2. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 e 2008/2009	30
3.3. Universo de Análise.....	34
3.4. Forma de Extração e Análise dos Dados	38
3.5. Categorias de Análise	43
3.5.1. Perfil socioeconômico e demográfico dos arranjos domiciliares	44

3.5.2. Tipos de bens e serviços consumidos nos diferentes arranjos domiciliares.....	45
3.5.3. Variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares	47
3.5.4. Condições de vida dos arranjos domiciliares.....	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1. Características demográfica e socioeconômica dos arranjos domiciliares ..	49
4.2. Gasto médio anual dos arranjos domiciliares por categorias de despesas ...	60
4.3. Comparação do consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar	65
4.4. Fatores que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares.....	72
4.5. Condições de vida dos arranjos domiciliares.....	83
5. CONCLUSÕES.....	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares e sua composição. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	36
Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos arranjos Unipessoal e Casal sem Filho. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	51
Tabela 3 – Perfil socioeconômico do arranjo Casal com Filho. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	52
Tabela 4 – Perfil socioeconômico dos arranjos Monoparental e Outros. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	53
Tabela 5 – Perfil socioeconômico dos arranjos Família Estendida. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	54
Tabela 6 – Perfil socioeconômico do arranjo Domicílio Composto. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	55
Tabela 7 – Consumo médio anual deflacionado dos arranjos domiciliares por categorias de despesa. Brasil, 2002/2003.	62
Tabela 8 – Consumo médio dos arranjos domiciliares por categorias de despesa. Brasil, 2008/2009.	63
Tabela 9 – Resultado do SUR para a POF de 2002/2003.	73
Tabela 10 – Resultado do SUR para a POF de 2008/2009.	75
Tabela 11 – Percepção sobre a renda disponível para pagamento das despesas mensais e capacidade de pagamento de algumas despesas, Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	85
Tabela 12 – Avaliação das condições de moradia, rua barulhentas, existência de problemas ambientais e violência na área de residência dos arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	87
Tabela 13 – Distribuição percentual da avaliação de acesso à serviços de água, coleta de lixo e iluminação de rua por arranjo domiciliar. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	88
Tabela 14 – Distribuição percentual da avaliação de escoamento de água da chuva e fornecimento de energia elétrica por arranjo domiciliar. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	89
Tabela 15 – Avaliação da existência de problemas nos domicílios onde residiam os arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	90

Tabela 16 – Avaliação da quantidade e tipo de alimento consumidos, e as razões de não se alimentar como quer. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.	92
Tabela 17 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão deflacionado dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2002/2003. Brasil, 2002/2003.	109
Tabela 18 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão deflacionado per capita dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2002/2003. Brasil, 2002/2003. .	111
Tabela 19 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2008/2009. Brasil, 2008/2009.	113
Tabela 20 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão per capita dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2008/2009. Brasil, 2008/2009.	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos tipos de registros das POFs 2002/2003 e 2008/2009.	34
Quadro 2 – Condição na unidade domiciliar.	35
Quadro 3 – Relação das variáveis dependentes e explicativas do SUR.	41
Quadro 4 – Agrupamento das categorias de despesas e suas subcategorias.	46
Quadro 5 – Teste t, diferença da média de consumo por categoria de despesa entre os arranjos domiciliares da POF 2002/2003. Brasil.	66
Quadro 6 – Teste t, diferença da média de consumo por categoria de despesa entre os arranjos domiciliares da POF 2008/2009. Brasil.	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de estímulo e resposta do comportamento do consumidor desenvolvido por Kotler e Keller	11
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares no Brasil no período de 2002/2003 e 2008/2009.	50
Gráfico 2 – Cálculo do Coeficiente de Gini da renda total mensal dos arranjos domiciliares.	57
Gráfico 3 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares por regiões do país.	58
Gráfico 4 – Cálculo do Coeficiente de Gini da despesa total anual dos arranjos domiciliares.	61

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
SECOVI	Sindicato da Habitação na Internet
STATA	Data Analysis and Statistical Software
SUR	Seemingly Unrelated Regressions
UFV	Universidade Federal de Viçosa
URV	Unidade Real de Valor

RESUMO

MELO, Natália Calais Vaz de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2019. **Consumo dos Arranjos Domiciliares no Brasil: Uma Análise Comparativa entre o Momento Econômico de 2003 e 2009.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira.

As famílias brasileiras têm passado por muitas transformações, acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos, ocorridos ao longo do último século. Houve uma redução do tamanho das famílias, mudança na composição domiciliar, além de mudanças em seu padrão de consumo, deixando de ser uma unidade produtora e se constituir em consumidora. Porém, os estudos sociodemográficos e econômicos não abrangem a complexidade do comportamento de consumo dos diversos grupos domiciliares. Assim, a escolha de realizar essa pesquisa que relaciona o consumo aos diversos arranjos domiciliares se faz pela necessidade de compreender melhor as transformações sociais pelas quais a sociedade vem passando. Nesse contexto, a principal questão investigativa que norteou esse estudo foi: Existem diferenças ou semelhanças de consumo entre os arranjos domiciliares no Brasil em determinado período econômico (2003 e 2009)? Diante disso, o objetivo dessa tese consistiu em analisar comparativamente o consumo de diferentes arranjos domiciliares no Brasil, fazendo um paralelo com o momento econômico em que o país estava vivenciando entre 2003 e 2009. Essa pesquisa de caráter quantitativo, descritivo, analítico, utilizou dados secundários extraídos das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002/2003 e 2008/2009. Teve como universo de análise os seguintes arranjos domiciliares: unipessoal; casal sem filhos; casal com filhos; monoparental; família estendida; e, domicílio composto. Os dados foram extraídos e analisados utilizando o software STATA, sendo realizada uma análise estatística descritiva; o cálculo do Coeficiente de Gini; um teste t para amostras independentes; e, o modelo SUR. Os resultados revelaram que houve uma redução dos arranjos casal com filho e família estendida no país, além de um aumento dos outros tipos de arranjos, como o monoparental e unipessoal. A pessoa de referência, com exceção dos arranjos unipessoal e monoparental, era o homem. O nível de escolaridade dos membros era baixo e a maioria residia na região Sudeste e na área urbana do país. Durante o período analisado, houve uma melhoria na renda total mensal dos arranjos domiciliares, sendo que o arranjo família estendida apresentou melhor coeficiente de Gini na distribuição da renda. Os maiores gastos em relação às categorias de despesas foram com habitação,

alimentação e transporte em todos os arranjos domiciliares, enquanto que, por outro lado, o menor gasto declarado foi com fumo. Ao verificar a diferença de consumo entre os arranjos domiciliares em estudo, o arranjo composto foi o que possuiu, estatisticamente, maior diferença de gasto quando comparado com o arranjo casal com filho, em todas as categorias de despesa. Por outro lado, os arranjos domiciliares unipessoal e monoparental foram os que apresentaram uma diferença de gasto menor que o arranjo casal com filho. Além do tipo de arranjo pertencente à população brasileira, outros fatores contribuíram para afetar o consumo de bens e serviços, como renda total do domicílio; idade, sexo, nível de escolaridade e raça da pessoa de referência; a região e área de residência; bem como a composição desses arranjos, ou seja, o número de membros, o total de filhos, de crianças, de adolescentes, de idosos, de parentes e não parentes também trouxeram impactos quantos aos gastos das categorias de despesa em estudo dos arranjos domiciliares. No que se refere à avaliação das condições de vida dos arranjos domiciliares, verificou-se que houve uma melhoria no país de 2003 para 2009, mas muito ainda tem que ser pensado no que se refere à uma redução da pobreza e à maior igualdade na distribuição da renda e acesso aos serviços básicos. Conclui-se, que compreender o perfil socioeconômico e demográfico, a fase do ciclo de vida, bem como as relações de consumo de bens e serviços dos diversos arranjos domiciliares é fundamental, visto que os bens e serviços ofertados à população podem proporcionar satisfação e melhoria da qualidade de vida. Além disso, é importante entender como as diferentes características dos arranjos domiciliares influenciam no consumo de bens e serviços, o que é um indicador da qualidade de vida desses arranjos.

ABSTRACT

MELO, Natália Calais Vaz de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2019. **Consumption of Household Arrangements in Brazil: A Comparative Analysis between the Economic Moment from 2003 and 2009.** Adviser: Karla Maria Damiano Teixeira.

The Brazilian's family has been passed for many transformations, following the historical events, economic, social and demographic, over the last century. There was a reduction in the size of the families, changes in household composition, as well as changes in their consumption pattern, being no longer a producing unit and becoming a consumer. However, sociodemographic and economic studies do not cover the complexity of the consumption behavior of the different domiciliary groups. Thus, the choice to carry out this research that relates the consumption to the various home arrangements is due to the need to better understand the social transformations that society is going through. In this context, the main research question that guided this study was: Are there differences or similarities in consumption between household arrangements in Brazil in a given economic period (2003 and 2009)? The aim of this thesis was to compare the consumption of different home - based arrangements in Brazil, paralleling the economic moment in which the country was experiencing between 2003 and 2009. This quantitative, descriptive, analytical research used secondary data extracted from the Family Budget Surveys of 2002/2003 and 2008/2009. It had as a universe of analysis the following home-based arrangements: unipersonal; couple without children; couple with children; single parent; extended family; and, composite domicile. The data were extracted and analyzed using the STATA software, and a descriptive statistical analysis was performed; the calculation of the Gini Coefficient; a t-test for independent samples; and, the SUR model. The results showed that there was a reduction of the couple with child and extended family arrangements in the country, in addition to an increase in other types of arrangements, such as single parent and single parent arrangements. The person of reference, with the exception of unipersonal and single parent arrangements, was the man. The level of education of the members was low and most resided in the Southeast region and in the urban area of the country. During the analyzed period, there was an improvement in the total income of the household arrangements, and the family arrangement was extended to the best Gini coefficient in the income distribution. The

largest expenditures in relation to expenditure categories were with housing, food and transportation in all household arrangements, while, on the other hand, the lowest expenditure declared was with tobacco. When checking the difference in consumption among the household arrangements under study, the composite arrangement was statistically the largest difference in spending when compared to the couple with child arrangement, in all expenditure categories. On the other hand, single parent and single parent household arrangements were those that presented a difference in spending less than the couple with child arrangement. Besides the type of arrangement belonging to the Brazilian population, other factors contributed to affect the consumption of goods and services, such as total household income; age, sex, level of education and race of the reference person; the region and area of residence; as well as the composition of these arrangements, that is, the number of members, the total number of children, children, adolescents, the elderly, relatives and non-relatives also had an impact on expenditures of expenditure categories under study in household arrangements. With regard to the assessment of the living conditions of home-based arrangements, it has been found that there has been an improvement in the country from 2003 and 2009, but a lot still has to be considered with regard to poverty reduction and greater equality in distribution of income and access to basic services. It is concluded that understanding the socioeconomic and demographic profile, the life cycle stage, as well as the relations of consumption of goods and services of the various home-based arrangements is fundamental, since the goods and services offered to the population can provide satisfaction and improvement quality of life. In addition, it is important to understand how the different characteristics of household arrangements influence the consumption of goods and services, which is an indicator of the quality of life of these arrangements.

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira, em especial as famílias, tem passado por muitas transformações acompanhando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos ocorridos durante o século XX. Por isso, nas últimas décadas, as pesquisas sobre famílias vêm merecendo uma especial atenção por parte dos estudiosos no campo das Ciências Humanas (NASCIMENTO, 2006). Os impactos do avanço do processo de modernização das estruturas econômicas e sociais sobre a população brasileira podem ser analisados a partir das mudanças nas características das famílias, dado o importante papel dessas na dinâmica de reprodução e das condições de vida da população (IBGE, 2014).

O Brasil deixou de ser um país predominantemente rural e agrário para se tornar urbano com predominância econômica da indústria e do setor de serviços. Neste quadro de mudanças socioeconômicas, existe ainda um processo de diversificação das famílias brasileiras e uma mudança quantitativa e qualitativa dos arranjos domiciliares (ALVES, CAVENAGHI, 2012).

De acordo com Nascimento (2006), as mudanças mais observadas na sociedade brasileira foram: em relação às condições de reprodução da população; diminuição da fecundidade e mortalidade; aumento da longevidade; diversificação nos padrões de relacionamento entre os membros da família; e, no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico.

Alves e Cavenaghi (2012), revelam que houve uma queda no tamanho das famílias e mudanças na composição domiciliar. Os autores mostram que o tipo hegemônico de família no Brasil é ainda aquela constituída por um casal com filhos. Porém, esse modelo vem perdendo posição relativa, uma vez que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 2014, 2015) mostra que os domicílios compostos por casal com filhos representavam 62,8% em 1992 e passaram para 42,9% em 2014. Por outro lado, houve um aumento dos domicílios compostos por casais sem filhos, que passaram de 11,7% para 19,9% no mesmo período, sendo mais expressivo nos Estados de Roraima, Tocantins, Piauí e Minas Gerais. O mesmo ocorreu com as famílias monoparentais, sendo que aquelas chefiadas por mulheres passaram de 12,3% em 1992 para 16,3% em 2014. Os domicílios unipessoais também apresentaram tendência de crescimento, passando de 10% em 2004 para 14,4% em 2014, sendo 50,4% desses constituído por mulheres.

Deste modo, a família brasileira, aparece como uma nova família: com novo formato e novo modelo. Embora o arranjo domiciliar composto de casal com filhos seja ainda a maioria do total de arranjos, em muitos lares não existe mais o modelo clássico, com pai, mãe e filhos do mesmo casamento. Isso porque há um aumento de casais que vivem em união consensual, um número crescente de pais e mães que criam os filhos sozinhos, além do aumento do número de divórcios (NASCIMENTO, 2006).

Fontes (2014), corrobora com essa discussão afirmando que a transição demográfica gerou impactos no padrão tradicional de organização das famílias, no que se refere ao seu tamanho, à sua estrutura e sua composição. E, com isso, a autora ainda ressalta que mesmo que o arranjo tradicional casal com filhos seja ainda predominante no Brasil, houve um aumento de outros arranjos domiciliares, como os monoparentais chefiados por mulheres, unipessoais, reconstituídos e casais do mesmo sexo passaram a adquirir maior significância.

A composição das famílias pode modificar os padrões de consumo. Nesse sentido, Carvalho e Alves (2012) consideram que a estrutura das famílias determina os tipos de gastos de cada domicílio, uma vez que a composição dos arranjos pode interferir no uso do tempo e dos recursos monetários de seus membros. Os autores ainda destacam a relevância de uma avaliação aprofundada do consumo entre as diversas estruturas domiciliares no Brasil, visto que a possibilidade de conhecer os seus hábitos de consumo, pode ser uma importante ferramenta para analisar o nível de desenvolvimento e bem-estar dos envolvidos.

Além disso, Barbosa (2004) contribui afirmando que o consumo é fundamental no processo de reprodução social de toda a sociedade, já que o ato de consumir reproduz estruturas de significados, onde identidades, relações e instituições sociais são formadas, mantidas e alteradas ao longo do tempo. É por meio do consumo que a produção, circulação, inovação tecnológica e relações políticas permitem mapear e sentir na vida cotidiana aspectos que, de outra maneira, pareceriam extremamente distanciados e presentes apenas nas discussões políticas sobre as desigualdades regionais e sociais.

Um grande marco para a história do consumo das famílias no Brasil, de acordo com Carvalho e Alves (2012), foi a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real, em 1994, que marcou um novo período na história econômica do Brasil. O consumidor passou a viver em uma economia com inflação reduzida, com possibilidade

de programar melhor seus gastos. Assim, para os autores, a partir desse período ocorreram grandes mudanças tanto nas estruturas dos gastos como nos rendimentos das famílias.

Segundo Angelo et al. (2010), o Plano Real contribuiu para importantes transformações na economia brasileira, principalmente no que se refere ao mercado de bens de consumo. A queda da inflação e a sobrevalorização cambial levou a mudanças nos padrões de comportamento do consumidor, o que, mesmo a curto prazo, contribuiu para o aumento das possibilidades de acesso das pessoas ao mercado de bens e serviços.

Para Carvalho (2010), a estabilização econômica, proporcionada pelo Plano Real levou a um aumento do poder aquisitivo e do bem-estar das famílias no Brasil, e esse aumento da renda proporcionou às famílias um maior poder de compra. Assim, a autora destaca que diante dessas transformações econômicas, foi visível as mudanças no padrão de consumo, alterando as estruturas dos gastos e dos rendimentos das famílias.

Silva e Paula (2003), também afirmam que após a implantação do Plano Real houve uma rápida aceleração nas alterações do padrão de consumo brasileiro. O aumento da renda real per capita fez com que os brasileiros, além de aumentarem o consumo de bens e serviços também passassem a optar pela aquisição de produtos mais elaborados e de melhor qualidade. Assim sendo, entre 1994 e 1997, houve uma melhora significativa nos índices de poder aquisitivo e uma certa homogeneização do padrão de consumo brasileiro. A partir de setembro de 1997, o poder aquisitivo reduziu rapidamente nas principais capitais do país, ocorrendo novamente, uma tendência à dispersão do padrão de consumo brasileiro. A partir de 1999, com a desvalorização cambial e o aumento das tarifas públicas, o consumo principalmente de bens de maior valor, foi diretamente afetado pelas restrições de crédito.

De acordo com Luppe (2010), somente a partir do final de 2003, com a expansão acelerada da economia, o processo gradual de queda das taxas de juros internas e um alongamento sistemático dos prazos médios de pagamento favoreceram o crescimento do mercado de consumo brasileiro. Aliado a isso, o aumento da renda das famílias também contribuiu com condições favoráveis para o crescimento da concessão de crédito no país.

Nesse sentido, Araújo (2011) afirma que a partir de 2004, o Brasil foi capaz de manter um crescimento, com estabilidade monetária e ampliação dos investimentos, propiciando uma expansão significativa do número de empregos, da situação do mercado de trabalho nacional, havendo, assim, uma melhoria nas condições de vida da população.

Esse novo ciclo de crescimento econômico, impulsionado pelas exportações e, posteriormente, pela expansão do consumo e do investimento, repercutiu no crescimento do número de pessoas ocupadas. Pochmann (2009), também ressalta que nesse período, o conjunto dos indicadores econômicos e sociais brasileiros passou por um cenário diferente daquele verificado até então. Houve queda no desemprego, na pobreza e na desigualdade de renda, surgindo uma combinação positiva de crescimento econômico com inclusão social, potencializada por políticas públicas que incorporaram as classes desfavorecidas ao padrão de consumo de massa.

Apesar do crescimento econômico vivenciado no país entre 2003 e 2008, a crise financeira internacional atingiu a economia brasileira. A crise do subprime, assim como ficou conhecida, foi desencadeada em meados de 2007 nos Estados Unidos, e tornou-se uma crise financeira internacional, tendo se originado no excesso de crédito a tomadores que não apresentavam garantias reais. Nesse momento, as empresas brasileiras estavam produzindo e planejando novos investimentos, porém, com a explosão da crise, o primeiro efeito foi a escassez de crédito internacional (LIMA, DEUS, 2013).

Diante do impacto da crise econômica no país, o governo brasileiro adotou políticas e programas para estimular a demanda interna e reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Porém, mesmo com essas medidas, o país não ficou isento em relação aos efeitos da crise econômica global. Houve aumento da taxa de desemprego, em decorrência da queda de produção das empresas nacionais e multinacionais; oscilações negativas nas taxas do PIB; e, a produção industrial regrediu fortemente (RUCINSKI, MATTEI, 2014). Pochmann (2009b) também afirma que o mercado de trabalho no Brasil sofreu grandes consequências devido à crise econômica internacional, destacando-se o desemprego, a ocupação precária e a alta rotatividade no emprego.

Com o aumento do desemprego e diminuição da renda, aliada ao aumento da inflação, reduziu-se o poder de compra dos brasileiros (CNI, 2016). Além disso, Lima e Deus (2013) destacam que um dos efeitos da crise de 2008, que mais afetaram o Brasil, consiste na diminuição do poder de compra do dinheiro poupado e, conseqüentemente, a desaceleração do consumo das famílias, subindo apenas 3,1% no ano de 2012, sendo considerado o pior desempenho desde 2003.

Nesse sentido, Castelnuovo e Gimenes (2010) mostram que os consumidores tiveram que fazer cortes significativos das despesas, demonstrando preocupação e precaução. Passaram a gastar mais em bens ligados ao bem-estar, como saúde e educação e apresentaram tendência a poupar mais, mostrando um comportamento financeiro menos arriscado. A Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016) também destaca que, quando as medidas de redução de despesas não são suficientes, os brasileiros têm se endividado para atender as necessidades básicas.

Embora a literatura nacional tenha relatado detalhadamente as transformações produtivas e institucionais que vêm ocorrendo no campo brasileiro, são poucos os estudos que focam a questão populacional associada às atuais mudanças socioeconômicas (SAKAMOTO, 2014), principalmente no que se refere ao comportamento do consumidor em diferentes arranjos domiciliares.

As pesquisas sobre o comportamento do consumidor brasileiro e sobre os arranjos domiciliares dão diferentes enfoques, como o estudo de Fontes (2014) que abordou a questão da situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil enfatizando a perspectiva da renda, da posse de bens e do consumo dos diferentes arranjos, porém a autora não trabalhou com todos os arranjos a que essa tese se propôs e não fez uma comparação do período econômico vivenciado. Woortmann e Woortmann (2002) fazem uma análise sobre a monoparentalidade e chefia feminina, no entanto, não relacionam o consumo desses arranjos. Já Luppe (2010) busca evidências das mudanças nos padrões de consumo nos domicílios brasileiros, fazendo uma análise por nível socioeconômico dos domicílios e não por arranjo domiciliar. As publicações do IBGE também trazem análises das Pesquisas de Orçamentos Familiares, entretanto elas não analisam o comportamento do consumo entre os arranjos domiciliares aqui estudados. Outros estudos que retratam os arranjos domiciliares muitas vezes envolvem os arranjos de idosos e suas condições de saúde (RIBEIRO, 2012; RABELO, NERI, 2015), ou o consumo realizado por arranjos de idosos (MELO, 2013; MELO et al., 2014). Carvalho e Pessanha (2013) também analisaram as relações familiares e o consumo, só que envolvendo apenas gastos com animais de estimação de alguns arranjos domiciliares em bairros do Rio de Janeiro; Carvalho (2010) e Carvalho e Alves (2010) pesquisaram o perfil de consumo dos arranjos domiciliares e das pessoas que vivem sozinhas, utilizando a POF 2002/2003, numa perspectiva de gênero, mas não fizeram uma comparação com

todos os arranjos aqui trabalhados e nem com o período econômico vivenciado pelos mesmos. Sette (2017) também trabalhou com o padrão de consumo em diferentes arranjos domiciliares, com os dados da POF 2008/2009, só que a autora não aborda todos os arranjos domiciliares aqui estudados e não faz uma análise comparativa com a POF 2002/2003.

Assim sendo, embora reveladores, os estudos sociodemográficos e econômicos não abrangem o comportamento de consumo dos diversos grupos ou arranjos domiciliares em um dado período econômico. Em função disso, os arranjos domiciliares parecem ser um segmento que ainda carece de mais conhecimento por parte dos pesquisadores. Diante dessa fragilidade e da ausência de pesquisas, no Brasil, que abarca o consumo dos diferentes arranjos domiciliares justifica-se a importância de ter realizado a presente tese. Além disso, Melo et al. (2014) corroboram afirmando que, para se compreender as transformações sociais pelas quais a sociedade contemporânea passa, é fundamental entender como os arranjos domiciliares consomem bens e serviços.

Problematizou-se, então, que determinados arranjos domiciliares podem enfrentar maiores dificuldades para se adaptarem a determinado período econômico, uma vez que não conseguem adquirir determinados bens e/ou serviços necessários à sua sobrevivência e/ou qualidade de vida. Assim sendo, parte-se da hipótese que algumas variáveis demográficas e socioeconômicas, como renda, nível de escolaridade, raça, local e área de residência afetam o consumo de bens e serviços dos arranjos domiciliares no Brasil.

Nesse contexto, a principal questão investigativa que norteou essa tese foi: Existem diferenças de consumo entre o arranjo domiciliar casal com filho e os demais no Brasil, de acordo com o período econômico vivenciado (2003 e 2009)? A partir dessa questão, outras emergiram, como: Qual o perfil demográfico e socioeconômico desses arranjos domiciliares? Os tipos de bens e serviços consumidos se diferenciam de acordo com o tipo de arranjo domiciliar e as circunstâncias econômicas vivenciadas no país? Em caso positivo, a que fatores se devem essas diferenças? Em qual arranjo domiciliar a diferença é mais significativa ou visível? Há diferenças regionais significativas no consumo desses arranjos? Como a renda influencia no tipo de bens e serviços consumidos? De que forma o período econômico contribuiu, ou não, para a melhoria da renda, do consumo e das condições de vida dos arranjos domiciliares no Brasil?

O presente estudo é importante devido à escassez de pesquisas comparativas na literatura científica brasileira sobre o consumo em um determinado período econômico, analisado na perspectiva dos diferentes arranjos domiciliares no Brasil. Tal estudo pode contribuir para preencher lacunas no que se refere à uma maior compreensão sobre o comportamento dos consumidores nos diferentes arranjos a que pertencem, por abarcar arranjos de todo país por meio de uma metodologia comparativa. Além disso, pode possibilitar comparações e análises importantes para o planejamento de estratégias de marketing e para a adequação dos produtos às necessidades das famílias. Pode, ainda, contribuir para fomentar ou repensar as políticas públicas sociais e econômicas em relação à distribuição mais igualitária de renda na população brasileira.

Destaca-se, também, a relevância do presente estudo para o programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na linha de pesquisa Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social, por buscar analisar as famílias dentro de seus arranjos domiciliares, bem como sua estrutura, composição e sua relação com o consumo.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar comparativamente o consumo de diferentes arranjos domiciliares no Brasil, fazendo um paralelo com o momento econômico em que o país estava vivenciando entre 2003 e 2009.

1.1.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que nortearam esta pesquisa foram:

✓ Caracterizar e comparar demográfica e socioeconomicamente os arranjos domiciliares das POFs 2002/2003 e 2008/2009.

- ✓ Calcular e comparar o gasto médio anual dos arranjos domiciliares por categorias de despesas¹.
- ✓ Calcular a distribuição da renda e do consumo, com base no período econômico vivenciado pelos arranjos domiciliares.
- ✓ Verificar se a renda domiciliar e os gastos dos domicílios diferenciam no período econômico analisado.
- ✓ Identificar e analisar as principais variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares em um determinado período econômico.
- ✓ Avaliar as condições de vida dos arranjos domiciliares.

1.2. ORGANIZAÇÃO DA TESE

Esta tese está organizada em cinco capítulos. Na primeira seção, inicia-se com a Introdução, apresenta-se a proposta de pesquisa, contextualizando-a, mostrando sua relevância, o problema de pesquisa e sua justificativa, bem como os objetivos geral e específicos que nortearam esta pesquisa.

No Capítulo 2, apresenta-se a revisão de literatura relevante ao tema, sendo mostrado o modelo de comportamento do consumidor proposto por Kotler e Keller; foi descrito um breve panorama da estrutura econômica do Brasil e sua influência no consumo domiciliar; além de questões relativas à estrutura domiciliar e consumo; e, as mudanças que vem ocorrendo na composição domiciliar.

No Capítulo 3, são abordados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa para alcançar os objetivos que foram propostos, indicando as ações realizadas desde a apresentação das bases de dados utilizadas, os critérios de extração e categorização das variáveis até a análise dos dados.

No Capítulo 4, são descritos os resultados e discussões obtidos nesse estudo, estando dividido em cinco seções. No item 4.1, apresenta-se um panorama descritivo das características dos arranjos domiciliares de interesse deste trabalho, e uma avaliação da distribuição da renda desses arranjos. Já no item 4.2, descreve-se o gasto médio anual dos

¹ Despesas em relação à alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, outras despesas, serviços pessoais, despesas correntes, aumento de ativos e diminuição do passivo.

arranjos domiciliares por categorias de despesas e avalia a distribuição do consumo entre os arranjos. No item 4.3, compara-se a diferença do consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar. No item 4.4, descrevem-se as variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares, em um determinado período econômico. E, no item 4.5 destaca-se para a avaliação das condições de vida dos arranjos domiciliares no Brasil.

Por fim, no Capítulo 5, apresentam-se as conclusões deste estudo, suas contribuições e limitações, bem como sugestões para futuras pesquisas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção visa apresentar uma explanação teórica dos elementos principais que compõem o embasamento desta tese. Assim, apresenta-se o referencial teórico para análise do consumo, bem como uma descrição do período econômico vivenciado pelo país nas últimas décadas e o impacto disso nos arranjos domiciliares. Assim, a revisão de literatura está organizada em quatro tópicos, abordando as seguintes temáticas: modelo de comportamento do consumidor; breve panorama da estrutura econômica do Brasil e sua influência no consumo domiciliar; estrutura domiciliar e consumo; e, as mudanças nas estruturas domiciliares.

2.1. Modelo de Comportamento do Consumidor

Em uma sociedade de consumo, os desejos e as necessidades pessoais são, muitas vezes, realizados por meio da aquisição de bens e serviços. A carga simbólica que cada produto traz consigo é a chave para os desejos consumistas que movimentam a economia e a sociedade. Em meio às transformações política, econômica e informacional ocorridas na sociedade, é interessante notar que as identidades e as características dos grupos coexistem com as influências culturais de diferentes localidades (SOUZA, EHRENBERG, 2013).

Nesse sentido, o ato de consumir, seja para satisfazer as necessidades básicas e/ou supérfluas, consiste em uma atividade presente em toda a sociedade (BARBOSA, 2004). Desde os primeiros anos de vida os indivíduos já participam do processo de consumo, seja por meio de uma relação de satisfação ou mesmo pela necessidade de aquisição de bens ou serviços de consumo (SOUZA, 2013).

Assim sendo, Medeiros (2016) ressalta a importância do estudo do comportamento do consumidor, uma vez que conhecendo as características culturais e sociais, além dos fatores externos, como a economia e a moda, é possível descobrir as necessidades e percepções dos consumidores, a fim de satisfazê-los. Além disso, Raniero e Silva (2011) também destacam a importância de conhecer o comportamento do consumidor, principalmente os motivos de insatisfação em relação ao consumo, pois ajustes poderão ser feitos no bem ou serviço para atender às expectativas e necessidades do consumidor.

De acordo com Froemming et al. (2009, p. 21), o comportamento do consumidor visa estudar como “pessoas, grupos e organizações selecionam, compram, usam e descartam artigos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer os desejos e necessidades”.

Segundo Kotler e Keller (2006) e Oliveira (2010), o comportamento do consumidor pode ser influenciado por diversos fatores, dentre estes se destacam: os culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Kotler e Keller (2006) destacam que os fatores culturais são os que possuem maior influência no comportamento do consumidor. Já Oliveira (2010) ressalta que as pessoas são muito influenciadas pelo meio social em que vivem, principalmente, pela família.

Diante desse contexto, Souza (2013) ressalta que muitos pesquisadores criaram modelos de marketing do comportamento do consumidor, modelos estes que envolvem fatores que ajudam a compreender o processo de decisão de compra dos indivíduos.

Para Kotler e Keller (2006) o comportamento do consumidor pode ser compreendido por meio de um modelo de estímulo e resposta, baseando-se este em um conjunto de fatores psicológicos, combinado com determinadas características do indivíduo que o leva à decisão de compra. O modelo de estímulo e resposta, proposto pelos autores, está representado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Modelo de estímulo e resposta do comportamento do consumidor desenvolvido por Kotler e Keller (2006, p.183).



Fonte: Kotler e Keller (2006, p. 183).

Na visão de Kotler e Keller (2006) o comportamento do consumidor é afetado por quatro fatores, quais sejam: os culturais, onde envolve a cultura, subculturas e as classes

sociais; os fatores sociais, como os grupos de referências dos quais o indivíduo faz parte, a família, papéis e status assumidos pelos indivíduos na sociedade; fatores pessoais, como a idade, estágio do ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, estilo de vida, valores, entre outros; e fatores psicológicos, que envolve a motivação, percepção, aprendizagem, memória, crenças e atitudes. Esse modelo contribui principalmente para que os profissionais de marketing entendam o que acontece no consciente do consumidor, avaliando desde a chegada do estímulo externo até a decisão de compra. Os fatores psicológicos, motivação, percepção, aprendizagem e memória são os que mais afetam a reação do consumidor aos estímulos.

Esse modelo proposto por Kotler e Keller (2006) talvez seja um bom preditor para as empresas que ofertam bens e serviços à população, principalmente em momentos de crise econômica que tem impacto diretamente no consumo domiciliar. Nesta situação, as famílias necessitam se readaptar ao comportamento de compra devido aos efeitos da economia do país.

Assim sendo, a partir de pesquisas como essa, em que se procura verificar os fatores que afetam o consumo dos arranjos domiciliares em um determinado período econômico, análises futuras poderão ser feitas quanto aos fatores que podem estimular as famílias, dando-lhes prosperidade e a satisfação de consumir determinados bens mesmo em momentos de crise. Contudo, o próximo tópico visa dar um panorama sobre a estrutura econômica do Brasil, e como isso pode afetar o consumo domiciliar.

2.2. Estrutura Econômica do Brasil e sua Influência no Consumo Domiciliar

O cenário econômico mundial tem passado por profundas transformações. No Brasil, a situação não é diferente. Em menos de 25 anos, o país deu um salto, saindo da situação de hiperinflação e passando por um período de ampliação de consumo e de acesso ao crédito, acompanhado de um preocupante nível de endividamento da população (BORGES, 2014).

De acordo com Goldani (1994), dentre as estratégias da população brasileira para enfrentar a crise dos anos de 1980, talvez, a mais forte tenha sido adiar ou cancelar os projetos de formação de novas famílias, e a diminuição das, até então, existentes. Segundo a autora, foi adiando os planos de casamento, a vinda do primeiro filho, deixando de ter

mais filhos, divorciando-se ou mesmo migrando para as grandes cidades que a população brasileira tratou de enfrentar a crise dos anos de 1980. Com isso, se diversificaram os modos de vida, as formas de morar e as relações de hierarquia e poder.

Entretanto, reestruturar a família e diminuir seu tamanho não bastou. Foi necessário o ingresso de um maior número de pessoas no mercado de trabalho para manter o orçamento familiar (GOLDANI, 1994).

Uma das marcas econômicas que impactou diretamente as famílias nas, principalmente no final da década de 1990, no que se refere ao consumo, foram as mudanças ocorridas após a estruturação do Plano Real, em 1994. O objetivo prioritário deste Plano, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi restabelecer a estabilidade monetária e combater a inflação (GRASEL, 2005). No período compreendido entre janeiro de 1994 e julho de 1998, o principal objetivo da política governamental foi a estabilização de preços, com a manutenção das taxas de inflação em patamares reduzidos (FONTES et al., 1998).

O Plano Real foi implementado em três fases: a primeira foi identificada pela criação do Fundo Social de Emergência, em março de 1994; a segunda fase, foi a indexação de todos os preços da economia, através da criação da Unidade Real de Valor (URV), reduzindo assim o patamar inflacionário; e a terceira, em junho de 1994, estabeleceu-se a transformação dos valores monetários da URV para real. A política monetária adotada implicou a prática de elevadas taxas de juros reais, além de outras medidas pontuais de contenção do crédito e do consumo (FONTES et al., 1998).

Contudo, de acordo com Baltar (2007, p.35)

um semestre depois da implementação do Plano Real, ocorreu a crise financeira e cambial no México, provocando um grande temor dos não residentes que aplicaram recursos em mercados emergentes. Para evitar a fuga de capitais e uma maior perda de reservas, o governo brasileiro permitiu que o Banco Central elevasse brutalmente o nível das taxas de juros. O prazo relativamente pequeno da dívida pública brasileira fez com que, rapidamente, o aumento da taxa de juros repercutisse no volume da dívida, no momento de seu refinanciamento.

Em 1997 e 1998 ocorreram as crises asiática e russa, e seu contágio nas outras economias emergentes mostrou a fragilidade dos fundamentos do programa de estabilização brasileiro, tanto em termos de equilíbrio orçamentário, como de balanço de pagamentos. A desvalorização do Real ocorreu em janeiro de 1999 e o governo priorizou a contenção do aumento da inflação. As taxas de juros foram sustentadas em nível relativamente elevado, de um lado, para atrair e manter aplicações de recursos externos no país, de modo a evitar maior aumento do preço do dólar, e, de outro, para conter a atividade da

economia e dificultar o repasse de custos a preços pelas empresas e a defesa do poder de compra dos salários com reajustes nominais pelos trabalhadores.

Diante desse contexto, Araújo (2011) afirma que, na primeira década do século XXI, o Brasil vivenciou importantes transformações econômicas e sociais. No período de 2000 a 2004, houve um expressivo crescimento das exportações, como reflexo da desvalorização do Real, ocorrida em 1999, e do cenário internacional favorável. O incremento das exportações aparece como o principal fator do dinamismo econômico no ano 2000, impulsionando a geração de crescentes saldos comerciais positivos, especialmente a partir de 2003. No período entre 2004 e 2008, o aumento do consumo interno, financiado, em parte, pelo endividamento das famílias, o aumento das exportações, e a retomada dos investimentos produtivos na infraestrutura permitiram ao Brasil manter uma expansão sustentada da atividade econômica.

De acordo com Giambiagi (2011) a economia brasileira a partir de 2003 foi muito influenciada pela evolução da economia internacional e pelo regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, e, também da taxa de câmbio e da inflação. Para o autor, entre 2004 a 2008, a taxa média de crescimento do PIB foi de 4,8%, e com isso, o maior otimismo com a evolução futura da economia causou uma intensificação da demanda por emprego, gerando uma queda importante das taxas de desemprego, de 12% em 2002 para 7% em 2010, acompanhada de uma importante elevação dos níveis de formalização da economia.

Ao longo do governo Lula, Giambiagi (2011) ressalta que surgiu uma nova percepção acerca do novo papel do Brasil no mundo, pois houve: uma procura das economias emergentes por produtos dos quais o Brasil tornara-se um grande produtor; as potencialidades associadas à exploração do etanol; as descobertas de petróleo do pré-sal; os efeitos indiretos da crise de 2009 sobre a imagem do país; a escolha do Brasil para ser sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro como local das Olimpíadas de 2016.

Assim, várias transformações ocorreram no mercado de trabalho brasileiro, no período de 2004 até 2008, com destaque para: o crescimento do número de pessoas ocupadas; a significativa expansão do emprego formal; o aumento generalizado das ocupações, em todos os setores da economia; a recuperação do poder de compra da renda média do trabalho; e o elevado crescimento da massa total de rendimentos do trabalho. A incorporação de milhões de pessoas ao mercado de trabalho, o crescimento da renda das

famílias e a diminuição das desigualdades sociais fizeram não só parte de um novo padrão de crescimento, mas também de uma nova forma de concepção do papel do Estado. Este que passou a atuar mais ativamente e por meio de diversas políticas econômico-sociais, como a valorização real do salário mínimo, implementação de políticas públicas direcionadas aos grupos vulneráveis, como o Programa Bolsa Família, garantindo à sociedade uma parcela dos ganhos econômicos desse período (ARAÚJO, 2011). Pochmann (2009) complementa a discussão afirmando que houve a combinação positiva do crescimento econômico com a inclusão social potencializada por corretas políticas públicas que incorporaram muitos brasileiros ao padrão de consumo de massa.

Assim sendo, o período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico no país (CURADO, 2011). Essa realidade que permitiu ao Brasil conectar-se novamente à trajetória do desenvolvimento, terminou sendo fortemente abalada pela crise econômica global, no último trimestre de 2008 (POCHMANN, 2009).

No que se refere à crise mundial de 2009, Giambiagi (2011) destaca que houve um aumento da dívida pública, e, que embora a crise tenha paralisado o país das fontes de crédito internacional e causado uma recessão por dois trimestres do nível de atividade no país, além de ter sofrido uma queda do PIB, não houve quedas dos níveis de consumo e do emprego como as observadas nas principais economias industrializadas.

Diante dessa discussão, Trovão (2010) afirma que, nessa década, o país passou por quatro momentos distintos, quais sejam: o primeiro que corresponde ao período de 2000 a 2004, mostrou-se como impulsionador para o crescimento sustentado. O segundo, que se refere aos anos de 2005 a 2008, foi marcado pelas taxas de crescimento razoavelmente elevadas e pela eclosão da crise econômica e financeira internacional que emergiu no final de 2008. Já o terceiro período, que compreende desde último trimestre de 2008 ao final de 2009, foi marcado pela queda acentuada da atividade econômica, bem como pela intensa taxa de desemprego, principalmente vindo das indústrias. E, o quarto e último período, em 2010, foi marcado pela recuperação da economia que apresentou um aumento de 7% do PIB, após um resultado de aproximadamente zero para o crescimento em 2009.

Ao longo do governo Lula, de 2003 a 2010, a economia brasileira presenciou uma verdadeira explosão do crédito, especialmente ao consumidor. Em 2003, a relação

operação de crédito, nos setores público e privado, em relação ao PIB era de 23,94%, e, em 2010, atingiu 47,25%. Além disso, durante esse período a economia brasileira foi marcada por um processo de crescimento do produto com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria (CURADO, 2011). Giambiagi (2011) afirma que na segunda metade do primeiro Governo Lula a forte expansão do crédito resultou na aceleração do consumo, em particular o das famílias.

Giambiagi (2011, p. 233) ainda afirma que os oito anos do Governo Lula, o Brasil se caracterizou pela estabilidade macroeconômica, que os anos de 2003 a 2010 foram marcados pela consolidação do processo de estabilização e por avanços sociais importantes. Mas, por outro lado, o país “em 2010 ainda continuava, com uma taxa de investimento insuficiente, uma poupança doméstica baixa e uma competitividade deficiente da sua economia”.

Diante desse contexto, foi notório que o crescimento econômico trouxe mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores brasileiros, o que reduziu a taxa de desocupação do país, que passou de 9,4% em 2001 para 6,3% em 2012. E, isso beneficiou de forma mais significativa a população de baixa renda, contribuindo para reverter a histórica de desigualdade no País. Entre 2001 e 2012, a renda dos 20% mais pobres aumentou em ritmo três vezes maior do que a dos mais ricos (6,2% ao ano em média acima da inflação ante 2,0% de aumento para os mais ricos). Com a elevação do rendimento real da população, combinada com um maior número de pessoas ocupadas, levou ao aumento da massa salarial e, conseqüentemente, do consumo das famílias (BRASIL, 2012).

Contudo, o papel da melhoria na distribuição da renda foi extremamente importante para a ampliação do mercado consumidor brasileiro. O aumento do consumo das classes C e D foi o ponto chave do crescimento dos gastos com consumo, principalmente após a eclosão da crise financeira global em 2008, momento em que a manutenção dos gastos com consumo destas classes evitou uma retração mais profunda na demanda agregada (CURADO, 2011).

Diante desses momentos de instabilidade econômica, para a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas et al. (2016) o consumidor deve priorizar despesas importantes e verificar a possibilidade de diminuir os gastos supérfluos, além de evitar compras desnecessárias. A Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016) vem

alertando para, com o aprofundamento da crise econômica, o aumento do desemprego e a redução do poder de compra por um período mais prolongado, medidas mais simples de contenção de gastos não estão sendo suficientes para equilibrar o orçamento das famílias, sendo que decisões mais difíceis passam a ser adotadas, como a venda de bens para pagamento de dívidas.

Além disso, a pesquisa realizada pela CNI (2016) ainda mostra que os brasileiros, para contornar essa situação, têm optado por trocar seu local de consumo por estabelecimentos mais baratos; tem substituído produtos por similares de menor valor; tem reduzido a impulsividade nas compras; tem pesquisado mais os preços antes de comprar; têm esperado mais por promoções e saldões para realizar compras de bens de maior valor, como carros, móveis, imóveis, eletrônicos e eletrodomésticos; e, têm adotado medidas mais profundas, como vender bens para pagar dívidas, mudar de residência para reduzir custos com habitação, tirar o filho da escola particular e leva-lo para pública, usar mais transporte público, e, deixar de ter plano de saúde.

Essas três últimas medidas revelam como a crise econômica de 2015 tem também impactado a vida das pessoas, levando-as a demandar mais serviços públicos de transporte, educação e saúde, por não ter mais condição de acessar os serviços privados. Isso, acarreta pressões adicionais por serviços em um ambiente de restrição fiscal dos governos, que encontram dificuldade em atender à demanda (CNI, 2016).

É notório que os momentos econômicos que o país vive afetam diretamente as famílias brasileiras, seja na questão de ocupação dos seus membros, do consumo, da renda, da condição de vida, entre outros, são momentos os quais precisam se readaptarem, como por exemplo, quanto ao consumo de bens e serviços demandados por elas, para que não passem por maiores dificuldades. Assim, o próximo tópico dessa revisão de literatura consiste em analisar as estruturas domiciliares e o comportamento de consumo da população, dando ênfase às variáveis que possivelmente podem afetar o consumo de bens e serviços.

2.3. Estrutura Domiciliar e Consumo

A sociedade moderna caracteriza-se por mudanças nos campos da economia, política e cultura, que trouxe impactos significativos para todos os aspectos da existência

peçoal e social. Estas mudanas assumiram, no Brasil, um ritmo crescente principalmente ap3s a Segunda Guerra Mundial, criando um novo cen3rio sociocultural, sobretudo nos maiores centros urbanos. Trata-se de mudanas profundas e permanentes, que dizem respeito 3 atividade produtiva e 3 organiza3o do trabalho, aos processos educativos e de comunica3o, 3 socializa3o das novas gera3es, e aos valores que norteiam a conduta do indiv3duo no cotidiano. Essas mudanas, concentradas e aceleradas, refletem consideravelmente na vida familiar, desde a concep3o de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade at3 a rela3o entre as gera3es (PETRINI, 2005).

As transi3es demogr3ficas ocorridas nos 3ltimos tempos, notadamente, aquelas relativas 3 redu3o da fecundidade e da mortalidade, 3 maior longevidade e os aspectos associados a esse comportamento e, tamb3m, as quest3es relacionadas 3 maior individualiza3o, foram acompanhadas das transforma3es no tamanho e composi3o das fam3lias e nos seus padr3es de consumo (SILVA, ROHDE, 2011).

Segundo Trad (2010), os indicadores sociodemogr3ficos mais recentes destacam a multiplica3o de arranjos que fogem ao padr3o da t3pica fam3lia nuclear, al3m do decr3scimo progressivo do n3mero de filhos, repercutindo diretamente no tamanho das fam3lias. Silva e Rohde (2011) corroboram afirmando que houve modifica3o na estrutura das fam3lias, ficando elas menores e mais heterog3neas quanto 3 sua composi3o. Tais mudanas s3o importantes, pois a estrutura das fam3lias determina os gastos de cada domic3lio.

No que se refere aos padr3es de consumo das fam3lias brasileiras, Carvalho e Alves (2010) mostram que estes est3o relacionados a alguns fatores, como: mudanas na distribu3o da renda; dos preos dos produtos; da sociedade, principalmente aquelas relacionadas ao estilo de vida, quest3es demogr3ficas e composi3o das fam3lias; e, n3vel de instru3o dos indiv3duos. Al3m disso, a estrutura domiciliar pode determinar os gastos de cada domic3lio, visto que a composi3o dos arranjos pode afetar no uso do tempo e dos recursos monet3rios por seus membros.

Bocock (1993) mostrou que os consumidores, no in3cio do per3odo moderno, podiam ser definidos como grupos para os quais os padr3es de consumo desempenhou um papel central em suas vidas, proporcionando-lhes maneiras de se distinguirem de

outros grupos de status social. Este processo também ajudou a proporcionar-lhes um senso de identidade social.

Já Barbosa (2004, p. 24) revela “que o consumo na sociedade moderna se tornou uma atividade individual, uma expressão de um dos valores máximos das sociedades individualistas – o direito de escolha”, e que a relação de dependência entre status e estilo de vida e de independência em relação à renda foi inteiramente rompida na sociedade contemporânea. Além disso, a autora ressalta que no mundo moderno o consumo tornou-se o foco central da vida social, em que práticas sociais, valores culturais, ideias, aspirações e identidades são definidas e orientadas em relação a ele. Além disso, os estudos de Luppe (2010) também revelaram que o mercado de consumo e o perfil dos consumidores brasileiros estão em transformação, respondendo cada vez mais rápido a mudanças conjunturais, econômicas e sociais.

Giglio (2005) ressalta que não existe uma teoria única para explicar o consumo e que diversas são as áreas que podem elucidar o comportamento do consumidor, como a Psicologia, Economia e a Biologia.

Solomon (2002) corrobora afirmando que o campo do comportamento do consumidor abrange uma ampla área, pois é o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou dispõem de produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos.

O consumo, na visão de Barbosa e Campbell (2006), é entendido como um processo social presente em todas as sociedades à medida que os indivíduos usam o universo material para se reproduzirem física e socialmente. Os bens e serviços satisfazem as necessidades físicas, biológicas e os desejos desses sujeitos, pois lhes conferem status, constroem as suas identidades e estabelecem fronteiras entre grupos e pessoas. Rocha e Pereira (2009) complementam afirmando que o consumo é onde as pessoas trocam o que acreditam ser, ou que os valores coletivos definem como necessidades e desejos por produtos ou serviços. Além disso, os autores consideram que culturalmente o consumo pode ser visto como um sistema de significação, pelo qual os indivíduos são classificados a partir dos bens que possuem. Assim, os autores definem o consumo como um sistema de significação, um sistema cultural, e um sistema de representações e práticas de valores que são coletivamente compartilhados.

Slater (2002) afirma que todo consumo é cultural, já que ele envolve significados e está articulado dentro ou em relação a modos de vida significativos e específicos. O autor ainda complementa a asserção dizendo que o consumo faz parte da reprodução cultural de relações sociais, pois trata-se de uma prática cotidiana em que os agentes sociais usam habilmente os recursos culturais, como a linguagem, coisas e imagens para atender as suas necessidades.

Kotler e Keller (2006, p. 179) contribuem afirmando que “as decisões do comprador também são influenciadas por características pessoais, como idade e estágio no ciclo de vida, ocupação, circunstâncias econômicas, personalidade, autoimagem, estilo de vida e valores”.

Gade (1998) considera que, no que se refere aos fatores que atuam sobre o comportamento do consumidor, tem-se os culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Os fatores culturais, incluem os hábitos, os costumes, os pensamentos, a ideologia, as mudanças culturais, as correntes culturais, a moda. No que se refere aos fatores sociais, as influências vêm dos grupos sociais primários e secundários, dos grupos de referência, dos líderes, dos inovadores e seguidores, da aceitação social e do conformismo. Já as influências dos fatores pessoais estão relacionadas às variáveis demográficas como idade, sexo, posição no ciclo de vida, escolaridade e atividades, situação econômica e estilo de vida. Em relação aos fatores psicológicos, tem-se o processamento de informação, sua captação e decodificação através de mecanismos de sensação, percepção, aprendizado e memória, processamento psicodinâmico e seus aspectos motivacionais, emocionais e atitudinais, e da personalidade do indivíduo.

Bocock (1993) ressalta que os padrões modernos de consumo muitas vezes são decorrentes da localização da residência. Os processos envolvidos em viver na cidade aumentam a consciência do estilo, da necessidade de consumir de acordo com um grupo social específico e expressivo de preferências individuais. Na cidade grande se consome, a fim de articular um sentido de identidade.

Rocha e Pereira (2009) complementam a discussão, afirmando que existe uma diversidade que se expressa por meio de movimentos sociais e culturais que ocupam um importante espaço no cenário da vida social moderno-contemporânea influenciando na maneira como os indivíduos de todas as idades consomem produtos e ideias.

Bauman (2007) ressalta que o consumidor é “bombardeado” a todo o momento por sugestões de que precisa se equipar com um ou outro produto fornecido pelas lojas se quiser ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que deseja.

Outro ponto relevante e também destacado por Aspesi, Dessen e Chagas (2008) é que, as decisões tomadas pelo indivíduo dependem tanto de fatores pessoais como sociais, e que os padrões socioculturais exercem grande influência. E o mesmo acontece no consumo de bens e serviços, uma vez que pode ser influenciado pela cultura na qual o indivíduo está inserido, pelos grupos sociais dos quais fazem parte.

Além disso, Tobias e Cervený (2012) ressaltam que a família é um agrupamento humano onde se iniciam as relações e onde se aprende a lidar com ele. E, é na família que cada indivíduo estabelece as primeiras relações com o mundo externo e, por isso, ela também serve para estabelecer o padrão de relacionamento com o dinheiro, e consequentemente com o consumo.

Considerando os objetivos propostos nesse estudo, observa-se que os fatores externos apresentados por Gade (1998), talvez sejam os que mais influenciam no consumo dos indivíduos e que condicionam seu comportamento, por serem derivados de variáveis pessoais, como sexo, idade, posição no ciclo de vida, profissão e ocupação, condições econômicas e estilo de vida.

Gade (1998) considera que o sexo é fator determinante para o consumo como consequência das exigências culturais, que exigem o uso de produtos vinculados ao desempenho do papel sociocultural. A idade é outra variável que implica no consumo de produtos específicos. Além disso, o consumo de produtos e serviços também depende da posição no ciclo de vida no qual o consumidor se encontra, derivando deste, suas necessidades e desejos.

Solomon (2002) esclarece que as necessidades e gastos de uma família são afetados por fatores como o número de pessoas na família, sua idade e o número de adultos que trabalham fora. Reconhecendo que as necessidades e gastos domiciliares mudam com o tempo, tem-se o conceito de ciclo de vida familiar, que combina tendências na composição da renda e da família com as mudanças nas demandas colocadas para sua renda.

Tobias e Cervený (2012) acreditam que a noção de ciclo de vida da família tem grande influência na compreensão das experiências de uma família, ao longo de sua

história, uma vez que esse consiste num conjunto de etapas ou fases definidas de acordo com alguns critérios como idade dos pais, filhos, tempo de união de um casal, entre outros, pelo qual as famílias passam, desde o início da sua constituição até a morte.

De acordo com Dessen e Braz (2008) a descrição de estágios do ciclo de vida familiar nos aproxima de realidades importantes do processo de desenvolvimento familiar, definindo características próprias de cada período e elucidando as tarefas de desenvolvimento, tanto da família como de seus membros em particular, além de enfatizar os problemas próprios de cada fase. Aspesi, Dessen e Chagas (2008) complementam afirmando que os estágios consistem em um conjunto de padrões comportamentais e habilidades características de determinada idade ou fase do ciclo de vida do indivíduo.

Para Neri (2011), a expressão ciclo de vida pode significar sucessão de estágios ou idades, ou a repetição das experiências de desenvolvimento geração após geração. Segundo Moschis (1987), o conceito de ciclo de vida familiar é um bom preditor de ampla gama de comportamentos de consumo que vão desde as decisões em relação aos tipos de despesas gerais à escolha de produtos específicos.

Fontes (2014) também comenta que, na demografia, o ciclo de vida é visto por meio das modificações da renda e dos padrões de consumo ao longo das etapas da formação da família. A perspectiva de gênero também se destaca como outra variável capaz de explicar o comportamento de consumo e o orçamento das famílias.

Medeiros e Cruz (2006) destacam que ao longo do tempo os integrantes de uma sociedade vão adquirindo um conjunto de valores, percepções, preferências e comportamentos por meio da vida familiar e de outras instituições básicas, que acabam interferindo em seus hábitos de consumo.

Para Solomon (2002), a organização domiciliar tradicional está diminuindo e, à medida que isso acontece, as pessoas estão colocando ênfase ainda maior em irmãos, amigos íntimos e outros familiares para ter companhia e apoio social. Assim, Serralvo (2009) destaca a importância do estudo da família e seus relacionamentos, pois embora a compra possa ser isolada, ela tem, na verdade, o caráter de um consumo múltiplo; e, as decisões individuais de compra podem influenciar fortemente os outros membros da família.

Assis (2011) complementa afirmando que deve-se dar importância às famílias em termos de sua dinâmica na tomada de decisões, visto que os cônjuges, têm diferentes

prioridades e exercem influência com diferente intensidade em termos de esforço e poder. As crianças também estão influenciando cada vez mais nas decisões de compra. Além disso, a autora ressalta que as empresas, ao desenvolver produtos e serviços, devem estar atentas para as diferenças entre os consumidores, tanto devido à idade, como ao sexo, e às atitudes, entre outros.

Contudo, Reis (2017, p. 30) afirma que “a estruturação do consumo está relacionada a vários fatores, mas é influenciada, principalmente, pelas particularidades de estilo de vida, composição demográfica e estrutura das famílias”.

Por isso, a importância de se estudar o comportamento de consumo dos arranjos domiciliares, haja visto que o consumo de bens e serviços pode ser afetado pelas diferentes composições ou etapas do ciclo de vida nos quais as famílias estejam passando, por variáveis sociodemográficas e pelo período econômico vivenciado pelos mesmos. Assim sendo, no próximo tópico daremos ênfase nas mudanças estruturais ocorridas nas famílias ao longo dos últimos anos.

2.4. Mudanças nas Estruturas Domiciliares

A família é uma instituição antiga e sofre diversas mudanças ao longo do tempo, tanto em relação ao seu papel social quanto às funções internas estabelecidas para cada integrante (GIRALDI, WAIDEMAN, 2007). Zamberlam (2001) afirma que a família possui uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento socioeconômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Maluf (2010) também demonstra que a família conheceu, ao longo do desenvolvimento histórico, diversas funções que se diferenciaram entre: religiosas, políticas, econômicas, protetivas, reprodutivas e socioculturais.

Durante muito tempo, a família foi considerada uma instituição sagrada, formada a partir do casamento. A importância dos valores transmitidos pela família assegurava a submissão dos indivíduos à cultura, tornando-os mais humanos à medida que se recusavam a obedecer aos próprios instintos, principalmente os sexuais (SIERRA, 2011).

O conceito de família tomou diversas dimensões no mundo contemporâneo, estendendo-se além da família tradicional, oriunda do casamento, para outras modalidades, muitas vezes informais, tendo em vista o respeito à dignidade do ser

humano, o momento histórico vigente, a evolução dos costumes, o diálogo internacional, a descoberta de novas técnicas científicas, a tentativa da derrubada de mitos e preconceitos (MALUF, 2010).

De acordo com Turkenicz (2013), a força normativa do padrão hegemônico da família ocidental vem sendo esvaziada, processo que se acelerou nas últimas décadas do século XX. Várias razões contribuíram para isso, dentre elas, a incorporação de uma significativa massa de mulheres ao mundo do trabalho remunerado, sua maior escolarização e conscientização de seu lugar social. Além disso, avanços científicos permitiram a reprodução humana ser determinada pela tecnologia.

Assim sendo, é notório que as famílias têm passado por muitas transformações devido aos acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos, ocorridos ao longo dos últimos séculos.

Trad (2010) ressalta as transformações na família não se limitam ao âmbito de sua estrutura. Modificaram-se os papéis e as relações familiares, que se tornaram menos hierarquizados e mais flexíveis. A autoridade paterna, antes inquestionável, assim como o lugar de provedor destinado exclusivamente ao homem, foram afetados pela progressiva incorporação da mulher do mercado de trabalho e por outras conquistas da população feminina.

De acordo com Lima Neta (2016), as famílias, tradicionalmente, eram formadas a partir de uma matriz hegemônica de gênero. Existiam papéis sociais específicos para o homem e para a mulher, ou seja, elas eram biparentais, formadas por casais heterossexuais e seus filhos. Além disso, os matrimônios, mesmo que não fossem construídos numa relação mútua de respeito, companheirismo e afetividade, eram estáveis e de longa duração, já que o divórcio não era aceito. Porém, ainda segundo a mesma autora, esse tipo de família nuclear, considerado por conservadores como “família tradicional brasileira”, vem diminuindo ao longo do tempo, coexistindo uma diversidade de arranjos domiciliares, com indivíduos que possuem ou não parentesco, além das famílias sem filhos e homoafetivas.

Em seu estudo, Turkenicz (2013) mostra que entre 1900 a 1930 o perfil das relações familiares foi tomando uma configuração mais semelhante ao das relações do mundo do trabalho. Assim, a racionalidade econômica, um valor que já permeava a sociedade moderna, chegava até a família. As mulheres reivindicaram o direito a uma

nova subjetividade, sobretudo por meio de movimentos feministas. Suas lutas as lançavam na direção de obter mais poder sobre a geração de filhos e maior inserção no mercado de trabalho. Contudo, devido à guerra de 1914/1918, onde muitos homens morreram, houve a necessidade de sobrevivência levando as mulheres para o mundo do trabalho, até então considerado exclusivamente masculino.

Nesse contexto, de acordo com Villa (2012), a mulher assumiu um novo papel na sociedade, passou a conseguir um lugar no mercado de trabalho, e como consequência mudou seu papel na família. Passaram a ter a liberdade de relações sexuais dissociadas da procriação, a escolher entre ter ou não filhos, e, de separar-se do parceiro. Com isso houve um aumento, nos últimos anos, da presença de famílias chefiadas por mulheres. Lima Neta (2016) afirma que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho redefiniu os papéis sociais atrelados ao homem e à mulher, uma vez que por elas terem conquistado a ocupação de espaços público e contribuírem para o sustento das famílias, fez com que passassem a assumir uma posição relevante na manutenção e reprodução da força de trabalho.

Além disso, Turkenicz (2013) complementa afirmando que também observou a partir do final dos anos de 1960, um conjunto de tendências que ocorria nas organizações familiares: a diminuição do número de casamentos e o aumento de coabitação; frequência cada vez maior de divórcios e separações; e, o incremento das famílias monoparentais e das famílias reconstituídas. A partir da década de 1970, a diminuição do número de casamentos era simultânea com o aumento da coabitação dos casais fora do casamento, sobretudo nas populações urbanas.

A vida familiar modificou-se significativamente para todos os segmentos da população brasileira, e isso pode ser observado desde os primeiros Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alves e Cavenaghi (2012) mostram que o “modelo hegemônico” de família nuclear era formado por um homem e uma mulher que se uniam em um matrimônio por toda a vida, com finalidade generativa. Contudo, esta “família padrão” começou a ruir na mesma época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho e a aceitação mais geral de novos arranjos domiciliares. Nesse sentido, Villa (2012) também ressalta que, principalmente nas últimas décadas, as mudanças ocorridas

na sociedade passaram por alterações de valores, crenças, sentimentos, atingindo todos os segmentos sociais. E, que os valores que eram tradicionalmente associados à família, como sexualidade, reprodução e casamento, passaram gradativamente a serem transformados.

De acordo com Alves e Cavenaghi (2012) os domicílios têm apresentado menor densidade demográfica e as famílias estão ficando menores e mais diversificadas. Nota-se que o percentual de casais com filhos era quase 65% em 1980 reduziu para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000, chegando a 52,5% em 2010. Ou seja, o tipo de arranjo domiciliar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está perdendo espaço.

Assim sendo, a família nuclear, na concepção de Villa (2012), mesmo configurando-se como a grande maioria dos arranjos domiciliares brasileiros, passou por profundas alterações em suas relações internas, mudanças essas em relação à redistribuição da autoridade; do aumento do número de mães trabalhando fora e da divisão sexual do trabalho. A tarefa da educação dos filhos agora é dividida com as escolas; havendo maior independência social, cultural e econômica de seus membros; entre outros aspectos.

Maluf (2010) corrobora afirmando que os elementos transformadores da família contemporânea foram: a independência econômica da mulher, a igualdade e emancipação dos filhos, divórcio, controle de natalidade, reprodução assistida, reciprocidade alimentar, afetividade, autenticidade, entre outros, que fizeram com que a estrutura domiciliar se tornasse mais maleável e adaptável às concepções atuais da humanidade. Alterou-se assim a família e suas relações, onde seus membros passaram a desempenhar distintos papéis, sendo o principal deles a valorização da função afetiva da família que se torna o lugar privilegiado dos indivíduos contra as pressões sociais e econômicas interpostas pela existência.

Assim, Villa (2008) ressalta que as famílias estão sendo formadas por diversas estruturas, como famílias constituídas por casais que já tiveram outros casamentos, por pessoas que vivem sozinhas, pais com filhos adotivos, mãe solteiras com seus filhos, casais que não possuem filhos, e casais homossexuais com ou sem casamento, e muitas vezes com adoção de crianças. Silva e Rohde (2011) complementam afirmando que, na contemporaneidade, as novas formas de estrutura domiciliar envolvem agrupamentos por afinidade, laços de sangue, onde existem pai, mãe e filhos de diferentes casamentos; mãe

e filhos; pai e filhos; pai, mãe e filhos frutos de um único casamento; casais homossexuais e heterossexuais sem filhos.

Reis (2017, p.29) também ressalta que os novos arranjos familiares estão surgindo a cada dia em substituição à tradicional família matrimonial, e, que está cada vez mais diversa a relação entre as pessoas, e, com isso vem surgindo “novos estilos de família, combinando características como o sexo dos membros do casal, a existência de filhos de uma relação anterior, a presença de não parentes no domicílio, entre outros”.

Diante disso, segundo Mariano (2009), surgem as famílias pós-nucleares, sendo essas mais pluralísticas, flexíveis, menos permanentes, porém, mais igualitárias, muitas vezes sendo compostas por mães e filhos ou pais e filhos, reconstituídas com filhos de primeiras e segundas uniões. Para a autora, a família não é mais formada apenas por ascendentes e descendentes, ou exclusivamente do matrimônio. Ela passou a buscar a realização plena dos seus membros, envolvendo mais a afetividade do que a propriedade. Ainda de acordo com a concepção da autora, hoje há famílias estruturadas sob os mais diversos arranjos, desde o patriarcalismo, o matrimonialismo, a monoparentalidade, a união estável e a união homoafetiva.

Além disso, Fontes (2014) e Lima Neta (2016) também demonstram que, ainda que dominante o arranjo tradicional casal com filhos, existe uma variedade muito grande de outros arranjos domiciliares, sendo estes: monoparentais, biparentais, unipessoais, famílias extensas, com ou sem filhos, de casais homoafetivos e heterossexuais e muitos sendo chefiados por mulheres.

Desse modo, para entendermos a dinâmica urbana no Brasil contemporâneo torna-se imprescindível observar as mudanças pelas quais têm passado os arranjos domiciliares, mudanças essas que estão associadas às transformações demográfica, social e cultural. No que se refere às transformações demográficas ocorridas no país, destaca-se a diminuição da fecundidade e o envelhecimento da população. Já em relação às transformações sociais e culturais, destacam-se o menor número de matrimônios, aumento das separações e atraso das uniões, e o novo papel da mulher na família e no trabalho, as quais tiveram importantes implicações nas relações de gênero (VILLA, 2008). Nesse sentido, Villa (2012) reforça que, em todo o mundo ocidental e inclusive no Brasil, a redução da fecundidade, da mortalidade e o aumento da esperança de vida são os fatores de maior impacto da diminuição do tamanho do grupo domiciliar.

Em resumo, a família na pós-modernidade, passa a ser compreendida mais como espaço de afeto e menos fundada em obrigações e restrita ao casamento (SILVA, ROHDE, 2011).

Assim sendo, diante da discussão aqui apresentada, nota-se que a família não é mais composta apenas por pai, mãe e filho, esse modelo de família tradicional está reduzindo, dando espaço para as novas configurações, que estão menores e mais diversificadas. Essas mudanças ocorridas no âmbito familiar são reflexos das conjunturas econômicas e sociais vivenciadas pelo país e em todo o mundo no último século. Dessa maneira, estudar os arranjos domiciliares existentes no país e suas relações com o consumo em um determinado período econômico se fez necessário para que possamos melhor caracterizá-los e entender suas necessidades frente à uma sociedade de consumo. Contudo, no próximo capítulo dessa tese, daremos destaque aos procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos aqui propostos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados na presente pesquisa. Inicialmente, apresenta-se o delineamento da pesquisa, bem como a descrição das Pesquisas de Orçamentos Familiares (2002/2003 e 2008/2009). Na sequência é descrito o universo de análise; a forma como os dados foram extraídos e analisados; e, por fim, são apresentadas as categorias de análise.

3.1. Caracterização da Pesquisa

Essa pesquisa teve caráter quantitativo, descritivo, analítico e foi realizada utilizando-se os dados secundários extraídos das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), em dois pontos no tempo: 2002/2003 e 2008/2009.

A escolha de utilizar a abordagem quantitativa se adequa às proposições de Creswell (2010) que afirma que ela consiste numa maneira de testar teorias objetivas, com o intuito de examinar a relação entre as variáveis. Para Hair Júnior et al. (2005), a abordagem quantitativa oferece objetividade quando as hipóteses são testadas por meio de técnicas estatísticas. Além disso, Cervi (2017, p. 9) corrobora apontando que o método “permite relacionar descobertas sobre padrões de comportamento social com implicações nas teorias sociais já existentes”, o autor ainda destaca que na pesquisa social os métodos quantitativos têm como finalidade medir quantidade e quantificar qualidades. Deste modo, a presente pesquisa teve caráter quantitativo pelo fato das variáveis de consumo e rendimento, fornecidas pelas POFs, serem quantificáveis, possibilitando gerar cálculos estatísticos precisos e confiáveis a respeito do consumo de bens e serviços pelos arranjos domiciliares em um determinado momento econômico.

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva porque visa oferecer um panorama ou uma descrição da realidade brasileira em relação ao consumo de bens e serviços dos arranjos domiciliares, com base nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs). Seu caráter analítico se justifica pelo fato de buscar uma análise ou avaliação aprofundada de informações com o intuito de explicar e fazer inferências estatísticas sobre o que afeta o consumo dos arranjos domiciliares no Brasil.

Os dados secundários foram originários dos microdados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), realizadas no período de 2002 a 2003 e de 2008 a 2009,

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha de trabalhar com esse intervalo de tempo se deve pelo fato de serem as duas pesquisas mais recentes publicadas pelo IBGE e por ambas possuírem um plano amostral que permite fazer comparações.

Assim, optou-se por essas bases de dados devido à riqueza de informações que elas fornecem sobre o orçamento doméstico, como despesas e rendimentos dos domicílios e famílias, a nível nacional, além disso, as bases dão subsídios de aspectos que envolvem os arranjos domiciliares da população e suas condições de vida. Assim, esse estudo, possibilitou a análise dos determinantes do consumo em diferentes arranjos domiciliares, bem como a avaliação de suas condições de vida.

Uma vez que ambas pesquisas não acompanham os mesmos domicílios ao longo do tempo, têm-se neste estudo dois cross sections (corte transversal) independentes. Segundo Wooldridge (2014), dados cross section consiste em uma amostra de indivíduos em um determinado ponto no tempo, porém, esses dados não necessariamente precisam corresponder ao mesmo tempo. Nesse sentido, Yee e Niemeier (1996) complementam afirmando que estudos com cortes transversais independentes podem ser vantajosos, já que novos indivíduos, nas mesmas condições, são pesquisados, o que garante um nível estável de confiabilidade para cada amostra sucessiva. Desse modo, a presente pesquisa utilizou os dados da POF realizada entre os anos de 2002/2003 e de 2008/2009.

Embora os dados desse estudo sejam relativos a seres humanos, não houve a necessidade do mesmo ser submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, pois de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, por serem procedentes de banco de dados de uso e de acesso público, cujas informações são agregadas sem possibilidade de identificação individual, não havendo necessidade de serem registradas e nem avaliadas pelo sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP).

3.2. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 e 2008/2009

A POF é uma pesquisa por amostragem probabilística que abrange as áreas urbanas e rurais de todo o território brasileiro e que visa mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias,

possibilitando traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos (IBGE, 2010). Assim, o uso dos dados da POF permitiu captar, com maior profundidade, a realidade orçamentária e as condições de vida dos domicílios brasileiros em diversos arranjos e em um determinado período econômico.

As POFs 2002/2003 e 2008/2009 são a quarta e quinta pesquisas realizadas pelo IBGE, respectivamente, sendo as duas mais recentes publicadas. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) 1974/1975, em âmbito territorial nacional, com exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste; a POF 1987/1988; e, a POF 1995/1996. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram realizadas para atender à atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no município de Goiânia e no Distrito Federal (IBGE, 2007, 2010).

A POF 2002/2003 e a POF 2008/2009 surgiram devido às novas demandas de pesquisas que envolvessem todo o território brasileiro. Assim sendo, elas apresentam diferenças importantes em relação às anteriores. Foram acrescentadas informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento, além da área urbana, a área rural foi incluída, e, as aquisições não monetárias (IBGE, 2007, 2010).

As POFs possuem um período de realização de 12 meses, permitindo obter: as aquisições realizadas continuamente; as aquisições feitas com mais intensidade em função das estações do ano ou em decorrência de condições de preço que os produtos apresentam no mercado; é possível obter também as aquisições realizadas por ocasião das safras e entressafras, ou em períodos especiais durante o ano (IBGE, 2008).

Por investigar temas tão diversos, a POF possui diversas aplicações, quais sejam: contribuir com informações para subsidiar políticas públicas na área social para melhoria das condições de vida da população, incluídas as políticas públicas temáticas na área da nutrição, orientação alimentar, saúde, moradia, entre outras. Para o setor privado, a pesquisa pode ser útil na definição de estratégias de investimentos em que o conhecimento do perfil do consumidor e da demanda por bens e serviços seja determinante. Sob a ótica da qualidade das estatísticas públicas, destacam-se as atualizações das estruturas de ponderação das medidas de inflação, em particular do Sistema Nacional de Índices de

Preços ao Consumidor produzido pelo IBGE, e da parcela de consumo das Contas Nacionais e Regionais do Brasil (IBGE, 2010).

A coleta de dados da POF 2002/2003 foi realizada no período compreendido entre julho de 2002 e junho de 2003, contando com 48.470 domicílios, onde residiam 182.333 pessoas. Já o período de coleta dos dados da POF 2008/2009 consistiu de 19 de maio de 2008 a 18 de maio de 2009, contando com 55.970 domicílios, onde residiam 190.159 pessoas (IBGE, 2007, 2010). Ambas pesquisas possuem como data de referência de publicação de seus resultados 15 de janeiro de 2003 e de 2009. Vale destacar que, a escolha das duas POFs mais atuais se deu devido a amostra da POF de 2008/2009 manter as mesmas características do desenho aplicado à POF de 2002/2003, permitindo assim comparações de todo o território nacional.

Em relação aos aspectos amostrais, a POF possui em seu planejamento amostral um estágio de seleção de setores censitários e, na edição de 2008/2009, utilizou como base de seleção a amostra mestra, que permite que várias subamostras possam ser selecionadas a partir de seu conjunto de setores censitários. Um dos aspectos específicos para a definição da amostra da POF refere-se principalmente à questão da estratificação dos setores censitários, que leva em consideração a divisão administrativa (municípios e regiões metropolitanas); espacial/geográfica; situação dos setores censitários (urbana/rural); e, estatística (a partir da variável renda do responsável, obtida no Censo Demográfico de 2000). Assim, a POF adotou um plano amostral denominado como conglomerado em dois estágios, possuindo estratificações geográfica e estatística das unidades primárias de amostragem. Já os setores foram selecionados por amostragem com probabilidade proporcional ao número de domicílios existentes no setor, dentro de cada estrato final, compondo a amostra mestra. A subamostra de setores para a POF foi selecionada por amostragem aleatória simples em cada estrato (IBGE, 2010).

Assim, o desenho amostral das POFs foi estruturado de tal modo que fornecem resultados nos seguintes níveis: Brasil, grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e também por situações urbana e rural (IBGE, 2010).

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados, a POF 2002/2003 utilizou-se de um questionário do domicílio, contendo informações gerais do domicílio e de todos os moradores; um questionário sobre despesa coletiva, em que foram pesquisadas as aquisições monetárias e não-monetárias com produtos de uso comum da família como

taxa de energia, condomínio, telefone, entre outras; uma caderneta de despesa coletiva, que consistia no registro de despesas com alimentação, higiene e limpeza; um questionário de despesa individual sendo investigado a disponibilidade de crédito e plano de saúde, além de despesas individuais, com serviços bancários, entre outras; um questionário de rendimento individual, que consistia na pesquisa dos rendimentos monetários obtidos através de trabalho, transferência, outros rendimentos e receitas, além de deduções e encargos; e, o questionário de condições de vida da unidade de consumo.

Já a POF 2008/2009 utilizou sete questionários, se diferenciando apenas o último da POF anterior. O primeiro, POF 1, consistiu em coletar informações a respeito das características do domicílio e dos moradores; o segundo, POF 2, tratou das despesas coletivas, ou seja, foram investigados as aquisições monetárias e não monetárias de produtos de uso comum da família; o terceiro, POF 3, caderneta de aquisição coletiva, apurou os gastos diários da unidade de consumo e de seus membros individualmente, com produtos alimentícios, de higiene e limpeza, cuja aquisição serve geralmente a todos os moradores; o quarto, POF 4, referiu-se às aquisições individuais, como vestuário, saúde, educação, higiene pessoal, transporte, serviços bancários, entre outros; o quinto, POF 5, investigou os rendimentos provenientes do trabalho, de transferências, das vendas e dos aluguéis e das aplicações financeiras, bem como as respectivas deduções e encargos (impostos, taxas e outras deduções); o sexto, POF 6, buscou informações sobre a avaliação das condições de vida, referentes à suficiência do rendimento mensal, qualidade e quantidade dos alimentos consumidos pelas famílias, além das condições de moradia; e o último, POF 7, pesquisou o bloco de consumo alimentar pessoal.

A partir da coleta dos dados, utilizando os questionários citados acima, os dados das POFs 2002/2003 e 2008/2009 são organizados em registros, onde apresentam suas informações assim distribuídas: sendo da primeira POF, em 14 tipos de registros e a segunda em 16 tipos de registros, equivalentes a banco de dados individuais, conforme descrito no Quadro 1. Desses registros, apenas o 4 e 14 da POF 2002/2003 não foram utilizados nesse estudo, e os registros 3, 5 e 16 da POF 2008/2009 também não foram usados.

Quadro 1 – Descrição dos tipos de registros das POFs 2002/2003 e 2008/2009.

TIPOS DE REGISTROS	
POF 2002/2003	POF 2008/2008
1. Domicílio	1. Domicílio
2. Pessoas	2. Pessoas
3. Condições de vida da unidade de consumo	3. Pessoas – Imputação
4. Inventário de bens duráveis	4. Condições de vida
5. Despesas 90 dias do questionário de despesa coletiva	5. Inventário de bens duráveis
6. Despesas 12 meses do questionário de despesa coletiva	6. Despesas 90 dias
7. Outras despesas do questionário de despesa coletiva	7. Despesas 12 meses
8. Despesas com serviços domésticos do questionário de despesa coletiva	8. Outras despesas
9. Caderneta de despesa coletiva (alimentação, higiene e limpeza)	9. Despesas com serviços domésticos
10. Despesa do questionário de despesas individual	10. Aluguel estimado
11. Despesa com veículos individual	11. Caderneta de despesa
12. Rendimentos e deduções individual	12. Despesa individual
13. Outros rendimentos e movimentação financeira individual	13. Despesa com veículos
14. Registro especiais de medicamentos e assistência à saúde do questionário de despesas individuais	14. Rendimentos e deduções
	15. Outros rendimentos
	16. Consumo alimentar

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009; POF 2002/2003.

3.3. Universo de Análise

É importante mencionar que os domicílios pertencentes às POFs tanto de 2002/2003 como de 2008/2009 são constituídos de pessoa de referência, cônjuge, filho,

outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico e não apresentam uma classificação dos tipos de arranjos domiciliares.

Nesse sentido, para atingir os objetivos propostos neste estudo, construiu-se uma classificação analítica para estudar os arranjos domiciliares, a partir do arquivo de “Registro de Pessoas” de ambas as POFs. Inicialmente, criou-se a variável “tipo de domicílio”. Essa variável utiliza informações que relacionam cada membro do domicílio com a pessoa de referência. No Quadro 2, está evidenciado como é definida essa relação entre as pessoas.

Quadro 2 – Condição na unidade domiciliar.

Posição no Domicílio	Condição na Unidade Domiciliar
Pessoa de referência	Morador responsável pelo aluguel, ou pelas prestações do imóvel ou por outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços e taxas do domicílio, etc.)
Cônjuge	Morador que vive conjugalmente com a pessoa de referência, existindo ou não vínculo matrimonial
Filho	Morador que é filho legítimo, adotivo ou de criação da pessoa de referência e/ou de seu cônjuge
Outro parente	Morador que possui qualquer grau de parentesco, por consanguinidade (tio, avó, etc.) ou afinidade (sogra, cunhado, etc.), com a pessoa de referência ou com seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente
Agregado	Morador que não é parente da pessoa de referência ou de seu cônjuge e que não paga moradia nem alimentação, nem presta serviços domésticos remunerados a morador da unidade de consumo
Pensionista	Morador que não é parente da pessoa de referência ou do seu cônjuge, mora sozinho, com seus parentes ou pessoas sob sua dependência doméstica, no domicílio, mediante pagamento ou partilhando despesas

(continua)

Empregado doméstico	Morador que não é parente da pessoa de referência ou de seu cônjuge e que presta serviços domésticos remunerados em dinheiro a um ou mais morador da unidade de consumo
Parente de empregado doméstico	Morador que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a morador da unidade de consumo

(conclusão)

Fonte: Manual do Agente de Pesquisa (IBGE, 2008).

Com base na relação da condição na unidade domiciliar descrita acima, foi realizada, para ambas as POFs, a categorização dos domicílios nos seguintes arranjos domiciliares: Unipessoal²; Casal sem Filhos³; Casal com Filhos⁴; Monoparental⁵; Família Estendida⁶; e, Domicílio Composto⁷. A Tabela 1 demonstra como ficaram as configurações dos arranjos domiciliares de ambas as POFs, bem como o percentual e o número de membros que cada arranjo desse estudo obteve.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares e sua composição. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	POF 2002/2003		POF 2008/2009	
	%	N	%	N
Unipessoal				
Pessoa de Referência	100	5.022.760	100	6.542.687
Casal sem Filhos		11.118.976		15.452.225
Pessoa de Referência	50,01	5.560.783	50,00	7.726.241
Cônjuge	49,99	5.558.193	50,00	7.725.984
Casal com Filhos		91.968.735		91.767.473
Pessoa de Referência	24,18	22.242.408	25,35	23.260.022
Cônjuge	24,17	22.225.407	25,33	23.242.608
Filho	51,65	47.500.920	49,33	45.264.843

(continua)

² Domicílio no qual a pessoa de referência mora sozinha.

³ Domicílio em que a pessoa de referência reside apenas com o cônjuge.

⁴ Domicílio onde residem pessoa de referência, cônjuge e filho(s).

⁵ Domicílio onde mora pessoa de referência e filho(s).

⁶ Domicílio em que reside pessoa de referência, cônjuge, filho(s), outro parente(s).

⁷ Domicílio onde reside pessoa de referência, cônjuge, filho(s), outro parente(s) e não parente(s).

A variável “não parente” consiste na agregação das categorias: “agregado”, “pensionista”, “empregado doméstico” e “parente do empregado doméstico”.

Monoparental		14.829.129		17.435.999
Pessoa de Referência	34,12	5.060.228	36,02	6.279.628
Filho	65,88	9.768.901	63,98	11.156.371
Família Estendida		47.320.119		45.418.007
Pessoa de Referência	20,80	9.842.637	22,25	10.104.384
Cônjuge	11,50	5.440.092	11,61	5.271.222
Filho	31,55	14.930.587	29,52	13.406.168
Outro Parente	36,15	17.106.803	36,63	16.636.233
Domicílio Composto		5.273.128		4.032.491
Pessoa de Referência	21,88	1.153.911	23,35	941.764
Cônjuge	11,64	613.803	10,01	403.651
Filho	28,96	1.527.001	26,26	1.058.949
Outro Parente	10,68	563.220	11,84	477.504
Não Parente	26,84	515.733	28,53	1.150.623
Outros				
Pessoa de Referência	100	11.482	100	1.244
Total		175.544.329		180.650.126

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

Dos domicílios pesquisados pela POF 2002/2003 apenas 0,01% não se encaixaram nas condições dos arranjos domiciliares descritos, e, para a POF de 2008/2009 apenas 0,001%, sendo que todas as pessoas pertencentes a esses domicílios eram consideradas pessoas de referência, não fazendo distinção com outro grau de parentesco. Assim, esses domicílios que não se ajustaram à classificação dos arranjos domiciliares por apresentarem mais de uma pessoa de referência responsável pelo domicílio.

A escolha por trabalhar com esses tipos de arranjos domiciliares se deve à suposição de que por se tratar de todas as possibilidades de arranjos domiciliares que as famílias possam ter, ou qualquer relação de parentesco ou não parentesco que se possam estabelecer, necessidades por bens e serviços diferenciados também pode surgir. Além disso, as configurações apresentadas foram as que abarcaram o maior número de domicílios com que as POFs trabalham, havendo assim uma perda amostral mínima.

A perda amostral em estudos acontece para melhor se adequar os resultados aos objetivos propostos. Isto ocorre em diversos estudos, principalmente quando se trabalha com dados secundários onde algumas informações podem estar mais presentes ou pode haver falhas ou faltas no registro, como é o caso do trabalho, por exemplo, de Rodrigues

(2014) sobre as mudanças do perfil da pobreza no Brasil, onde também utilizou as duas bases de dados das POFs/IBGE observando, principalmente na variável de alimentação, a ausência de relatos de despesa, e colocando como possível explicação para estes gastos, a falta do período de referência, que no caso da alimentação é de sete dias, sendo curto para captar a aquisição de alimentos no domicílio, pois as famílias podem não ter comprado todos os itens alimentares durante a semana em que a pesquisa foi realizada, já que muitas famílias optam por comprar alimentos de maneira mensal ou trimestral.

Quintaes et al. (2006) também ressalta esse problema na base da POF de 2002/2003, e utiliza como um dos critérios a exclusão de valores elevados na base de dados. Lanjouw (2005) considera difícil estabelecer apenas um critério para “corrigir” esse tipo de mensuração errada da base de dados e indica que cada estudo exige um tipo de tratamento diferente para se adequar ao seu propósito. Desse modo, observam-se como os autores acertam suas bases de dados para melhor se ajustarem ao objetivo do trabalho.

Outro ponto a destacar, para obter generalizações a respeito das características populacionais, em análise neste estudo das POFs (2002/2003 e 2008/2009) optou-se por realizar os cálculos utilizando-se o fator de expansão já incorporado nas bases de dados, o que nos permite ter estimativas das variáveis da pesquisa para todo o universo, obtendo, assim, representatividade para análises de todas as regiões do país, incluindo áreas rurais e urbanas.

3.4. Forma de Extração e Análise dos Dados

Os dados foram extraídos dos microdados das POFs (2002/2003 e 2008/2009) e analisados estatisticamente utilizando o software STATA (Data Analysis and Statistical Software), versão 12. O mesmo tratamento, classificações e categorizações foram feitas em ambas as bases de dados, de modo a permitir comparações durante as análises dos mesmos.

Para caracterizar e comparar o perfil demográfico e socioeconômico, bem como avaliar as condições de vida dos arranjos domiciliares em estudo, foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados, utilizando-se as variáveis renda, idade, sexo, nível de escolaridade, raça, região e área de residência, além de variáveis que avaliam as condições de vida dos tipos de arranjos domiciliares. De acordo com Triola (2011), nesse

tipo de análise os dados são explorados, em um nível preliminar, com o objetivo de compreender e descrever suas características mais importantes.

Para identificar como se dava a distribuição do consumo e da renda dos arranjos domiciliares em um determinado período econômico (2003 e 2009) no Brasil, foi utilizado o Coeficiente de Gini, que consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 representa completa igualdade e o número 1 representa completa desigualdade (WOLFFERNBÜTTEL, 2004). Para sua realização, utilizou-se os coeficientes das variáveis de ‘despesa total anual’ e de ‘renda total mensal’ de cada arranjo domiciliar, de ambos os períodos analisados, para fazer as comparações.

Posteriormente, para fazer a comparação do consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar foi utilizado um teste t de Student para igualdade de médias em amostras independentes. Este teste pode ser usado para testar uma hipótese onde se estabelece que as médias das variáveis associadas com duas amostras ou grupos independentes serão iguais, avaliando se as diferenças observadas entre as médias ocorreram por acaso ou se houve diferença verdadeira (HAIR JÚNIOR et al., 2005). Nesta pesquisa, o arranjo domiciliar “casal que mora com filho” foi tomado como a referência para comparação com os demais, uma vez que este é ainda considerado predominante no país. Assim sendo, as seguintes hipóteses foram formuladas para nortear o teste t:

✓ H_0 : Não existia diferença no consumo entre o arranjo casal que mora com filho quando se comparado a outro arranjo domiciliar.

✓ H_a : Existia diferença no consumo em razão do arranjo domiciliar.

O teste t foi realizado comparando cada categoria de despesa em relação a cada arranjo domiciliar, tendo sempre o casal que mora com filho como base da comparação.

A realização do teste t de Student para igualdade de médias em amostras independentes é respaldada pelo Teorema do Limite Central. Triola (2011, p. 267) afirma nesse Teorema que as “médias amostrais de tamanhos $n > 30$ têm uma distribuição que pode ser aproximada por uma distribuição normal”, e que neste caso a distribuição t de Student pode ser utilizada. Autores como Anderson et al. (2008), Hoffmann (2009) e Rodrigues (2011) também afirmam que pelo Teorema do Limite Central, amostras de tamanho n de uma população aproximam-se de uma distribuição normal à medida que o tamanho da amostra se torna maior.

Além disso, buscou-se através do método de equações aparentemente não relacionado (Seemingly Unrelated Regressions – SUR) verificar se determinados fatores ou variáveis produziam mudanças sistemáticas ou explicavam o comportamento de algumas variáveis relevantes no estudo.

O SUR é uma generalização de um modelo de regressão linear que consiste em várias equações de regressão, cada uma com sua própria variável dependente e um conjunto de diferentes variáveis explicativas exógenas. Cada equação é uma regressão linear válida que por si só pode ser estimada separadamente, razão pela qual o sistema é chamado aparentemente não relacionado. As regressões aparentemente não relacionadas permitem estimar vários modelos simultaneamente, ao mesmo tempo em que contabilizam os erros correlacionados (OLAMIDE, ADEPOJU, 2013).

De acordo com Zellner (1962) o método de equações aparentemente não relacionado é mais eficiente que por mínimos quadrados (MQO), já que gera estimadores de coeficientes mais eficientes que os estimadores do MQO.

O método SUR estima os parâmetros de todas as equações simultaneamente, de modo que os parâmetros de cada equação individual também levam em conta as informações fornecidas pelas outras equações. Isso resulta em maior eficiência das estimativas de parâmetro, porque informações adicionais são usadas para descrever o sistema (CADAVEZ, HENNINGSEN, 2012).

Zellner (1962) apresenta o modelo de equações aparentemente não relacionado da seguinte maneira:

$$y_{\mu} = X_{\mu} \beta_{\mu} + u_{\mu} \quad (1.1)$$

Sendo μ a equação de um sistema de regressão de equações M com vetores Y_{μ} e $T \times 1$ de observações sobre a variável μ “dependente”, matriz X e $T \times 1$ com classificação $l_{\mu} \times 1$, de observações sobre l_{μ} variáveis não-estocásticas “independentes”, vetor β_{μ} e $l_{\mu} \times 1$ de coeficientes de regressão e u_{μ} , um vetor $T \times 1$ de termos de erro aleatório, cada um com média zero. O sistema é uma equação que pode ser escrito assim:

$$\begin{bmatrix} y_1 \\ \vdots \\ y_M \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} X_1 & \cdots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & \cdots & X_M \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \beta_1 \\ \vdots \\ \beta_M \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} u_1 \\ \vdots \\ u_M \end{bmatrix} \quad (1.2)$$

$$y = X\beta + \mu \quad (1.3)$$

Onde, $y=[y'_1 y'_2 \dots y'_M]'$, $\beta=[\beta'_1 \beta'_2 \dots \beta'_M]'$, $u=[u'_1 u'_2 \dots u'_M]'$ e X representa a matriz diagonal em bloco conforme 1.2.

Para o ajuste do modelo, alguns procedimentos precisaram ser adotados para melhor adequação de análise para as duas POFs (2002/2003 e 2008/2009) em estudo. Foi utilizado o comando `extremes` do STATA versão 12.0 para a identificação de outliers das variáveis de despesas, com isso, a POF 2002/2003 ficou com 48.427 domicílios e a POF 2008/2009 com 55.932 domicílios. Além disso, as variáveis de despesas pessoais, despesas diversas, despesas correntes, aumento de ativo e diminuição do passivo foram agrupadas de maneira a formar uma única variável: “outras despesas”. Para permitir comparações entre as pesquisas, para a POF de 2002/2003 foram utilizadas as despesas deflacionadas e a renda anual também deflacionada. Esse procedimento foi utilizado apenas nessa parte de análise dos dados.

No Quadro 3, apresenta-se as variáveis dependentes e explicativas utilizadas no modelo.

Quadro 3 – Relação das variáveis dependentes e explicativas do SUR.

Variáveis dependentes	Variáveis explicativas
Alimentação	Arranjos domiciliares
Habitação	Local de residência
Vestuário	Área de residência
Transporte	Número de moradores
Assistência à Saúde	Renda anual do domicílio
Educação	Raça da pessoa de referência
Recreação e Cultura	Nível de escolaridade da pessoa de referência
Higiene e Cuidados Pessoais	Sexo da pessoa de referência
Fumo	Idade da pessoa de referência
Outras Despesas: Despesas com Serviços Pessoais, Despesas Diversas, Despesas Correntes, Aumento de Ativos, Diminuição do Passivo	Número de filhos, parentes, não parentes, criança, adolescente e idoso no domicílio

Fonte: Dados da pesquisa.

O sistema de equações estimado simultaneamente pelo método SUR para os gastos com as despesas agregadas está descrito na equação (1.4) apresentada abaixo. Assim, a forma funcional utilizada para determinar o gasto total anual do domicílio (GTD) por categoria de despesa é a seguinte:

$$\begin{aligned}
GTD_{ik} = & \beta_0 + \beta_1 Unipessoal_k + \beta_2 Casal_S_Filho_k + \beta_3 Monoparental_k \\
& + \beta_4 Família_Estendida_k + \beta_5 Domicílio_Composto_k \\
& + \beta_6 Norte_k + \beta_7 Nordeste_k + \beta_8 Sul_k + \beta_9 Centro_Oeste_k \\
& + \beta_{10} Rural_k + \beta_{11} Moradores_k + \beta_{12} Renda_Anual_k \\
& + \beta_{13} Preto_k + \beta_{14} Parda_k + \beta_{15} Amarela_k + \beta_{16} Indígena_k \\
& + \beta_{17} Ens_Médio_k + \beta_{18} Ens_Superior_k + \beta_{19} Pos_Graduação_k \\
& + \beta_{20} Sem_Instrução_k + \beta_{21} Sexo_Chefe_k + \beta_{22} Idade_Chefe_k \\
& + \beta_{23} Total_Filho_k + \beta_{24} Total_Parentes_k \\
& + \beta_{25} Total_N_Parentes_k + \beta_{26} Total_Criança_k \\
& + \beta_{27} Total_Adolescente_k + \beta_{28} Total_Idoso_k + \epsilon_{ik}
\end{aligned} \tag{1.4}$$

Assim, foram estimados simultaneamente, para as POFs 2002/2003 e 2008/2009, as equações dos gastos anuais com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e cuidados pessoais, fumo e outras despesas. Obteve-se um total de 280 parâmetros estimados, sendo 50 relacionados ao tipo de arranjo domiciliar, 50 interações entre o local e área de residência, 40 sobre o nível de escolaridade da pessoa de referência do domicílio, 140 em relação às características domiciliares, renda e variáveis demográficas. Desses estimadores, 211 (ou 75,35%) foram estatisticamente significativos para a POF 2002/2003; e, 200 (ou 71,43%) para a POF 2008/2009, considerando o nível de significância de 1%, 5% e 10%.

Vale ressaltar que os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos pelos agentes de pesquisa da POF em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios. Entretanto, visando construir um panorama do gasto médio anual dos arranjos domiciliares, se fez necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores analisados, em valores anuais. Assim, os valores orçamentários, da POF 2008/2009 com períodos de referência de 7, 30 e 90 dias foram multiplicados pelos seus respectivos fatores de anualização, ou seja, 52,

12, 4, e, para aquelas informações pesquisadas cujo período de referência era de 12 meses, o fator de anualização foi igual a 1. Já para a POF de 2002/2003, os valores da variável “valor da despesa deflacionado e anualizado” já possuía o fator de anualização embutido, não precisando fazer essa multiplicação. Assim sendo, todos os valores de consumo da presente pesquisa são anuais.

Além disso, cabe ressaltar que, para efeitos de comparação, nesse estudo, os valores das despesas e rendimentos da POF 2002/2003 foram corrigidos (de janeiro de 2003) para janeiro de 2009 a partir do índice acumulado do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). De acordo com o SINDUSCON (2009), a metodologia utilizada para calcular o acúmulo das variações de um indicador em um determinado período no qual não se tem disponível o número-índice desejado é a seguinte:

1º passo: O primeiro passo para se acumularem taxas percentuais é transformá-las em multiplicadores, utilizando a fórmula:

$$\text{Multiplicador} = (\text{variação percentual} / 100) + 1;$$

2º passo: Multiplicar os resultados obtidos em cada mês;

3º passo: Transformar o multiplicador final em variação percentual.

Portanto, a variação percentual acumulada encontrada do IPCA no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2009 foi de 42,50%.

A partir das informações geradas pelo STATA 12.0, os dados foram descritos, analisados e confrontados com a fundamentação teórica.

3.5. Categorias de Análise

Os microdados das POFs, conforme visto anteriormente no Quadro 1 do tópico 3.2, estão subdivididos em registros, onde cada um constitui uma base de dados. Os registros utilizados nessa pesquisa, para ambas as POFs, foram organizados e extraídos de maneira individual. Em cada um, foram identificadas as variáveis e construídas outras adicionais de modo a atender os objetivos aqui propostos, posteriormente, todos os arquivos (ou registros) foram agrupados a fim de formar um único banco de dados, sendo esse processo feito para 2002/2003 e também para 2008/2009.

O plano tabular do IBGE de 2008/2009 foi utilizado como base, nele encontra-se como o IBGE agregou os itens de consumo e rendimento que dão origem a codificação

das bases de dados. Entretanto, para melhor se adequar aos objetivos desse estudo, algumas variáveis foram ajustadas, com isso foi construído o plano tabular apropriado a esta pesquisa. A POF 2002/2003 não apresentou esse plano, para efeitos de comparação, utilizou-se do mesmo plano de categorização da POF de 2008/2009. Assim, faz-se necessário ressaltar que, os resultados aqui apresentados podem apresentar uma perspectiva diferente dos divulgados pelas POFs ou até mesmo por outras pesquisas similares, já que esses se apresentam classificados de acordo com os objetivos dessa pesquisa e analisados em função dos arranjos domiciliares.

Nesse tópico são descritas as diversas variáveis que compõem ou que foram geradas de cada base de dados, sendo extraídas dos registros, tanto da POF 2002/2003 como da 2008/2009, selecionadas para essa pesquisa, referentes ao perfil socioeconômico e demográfico dos arranjos domiciliares, variáveis de consumo e condições de vida dos arranjos.

3.5.1. Perfil socioeconômico e demográfico dos arranjos domiciliares

Para descrever o perfil social, econômico e demográfico de todos os membros dos arranjos domiciliares foi utilizado o “Registro de Pessoas” tanto da POF 2002/2003 como da POF de 2008/2009. As seguintes variáveis foram utilizadas:

1. Sexo: Feminino, Masculino.
2. Idade: em anos.
3. Raça: Branca, Parda, Preta, Amarela, Indígena e Não informou.
4. Unidade da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal.
5. Regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste.
6. Situação censitária: Rural, Urbano.
7. Curso mais elevado que frequentou: Não Aplicável, Creche, Pré-Escolar, Classe de Alfabetização de Crianças, Alfabetização de adultos, Antigo Primário, Antigo Ginásio, Antigo Clássico ou Científico, Regular do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Fundamental ou 1º grau, Regular do Ensino Médio,

Educação de Jovens e Adultos ou Supletivo do Ensino Médio ou 2º grau, Tecnológico Superior, Pré-Vestibular, Superior – graduação, Especialização Superior, Mestrado ou Doutorado. Sendo recategorizadas para: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação.

8. Condição no domicílio: identifica o grau de parentesco ou a natureza da subordinação existente entre o morador e a pessoa de referência no domicílio. Categorias: Pessoa de Referência, Cônjuge, Filho, Outro Parente, Agregado, Pensionista, Empregado Doméstico e Parente de Empregado Doméstico.

9. Tamanho do domicílio: corresponde ao número total de moradores integrantes no domicílio.

10. Valor da renda total mensal do domicílio: identifica o valor em reais do rendimento bruto total mensal do domicílio. O rendimento total é obtido através do somatório dos rendimentos brutos monetários mensais de todos os moradores do domicílio, obtidos através do trabalho, transferências e outras rendas, mais a parcela relativa aos rendimentos não monetários mensais do domicílio, acrescido da variação patrimonial, que compreende vendas de imóveis, recebimentos de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira.

3.5.2. Tipos de bens e serviços consumidos nos diferentes arranjos domiciliares

Para definir as variáveis que seriam utilizadas para trabalhar o consumo dos domicílios, em ambas as bases de dados, utilizou-se dos seguintes registros: despesas 90 dias, despesas 12 meses, outras despesas, despesas com serviços domésticos, caderneta de despesas, despesa individual, e despesa com veículos. As despesas de consumo correspondem às despesas realizadas pelos domicílios com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Elas foram organizadas segundo os seguintes agrupamentos apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Agrupamento das categorias de despesas e suas subcategorias.

CATEGORIAS DE DESPESAS	DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE DESPESAS (Subcategorias)
Habitação	- Serviços e taxas - Manutenção do lar - Taxas de condomínio, aluguel, energia, telefone, água - Despesas com mobiliário, eletrônicos e artigos do lar
Alimentação	- Despesas totais com alimentação
Vestuário	- Roupas pessoais - Tecidos e armarinhos - Calçados - Joias e bijuterias
Recreação e cultura	- Livros e revistas não didáticos - Esporte - Brinquedos e jogos - Outras despesas
Transporte	- Transporte urbano - Combustível - Aquisição de veículos - Viagens esporádicas - Manutenção e acessórios - Outras despesas
Assistência à saúde	- Remédios - Plano de saúde - Consulta e tratamento médico e ambulatorial - Hospitais, exames e cirurgias - Outras despesas
Educação	- Livros e artigos escolares - Cursos - Outras despesas
Higiene e cuidados pessoais	- Produto pessoal - Produtos diversos
Fumo	- Despesas totais com fumo
Despesas com serviços pessoais	- Cabelereiro e manicure - Consertos pessoais - Outras despesas
Despesas diversas	- Jogos e apostas - Comunicação - Serviços profissionais - Festas - Imóveis de uso ocasional - Outras despesas

(continua)

Despesas correntes	- Serviços bancários - Previdência - Pensão - Impostos - Outras despesas
Aumento de ativos	- Imóveis - Outros investimentos - Aquisição e reforma
Diminuição do passivo	- Empréstimo - Prestação de imóveis

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa.

3.5.3. Variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares

Para identificar e analisar as principais variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares, foram utilizadas as seguintes variáveis, tendo como base as informações da pessoa de referência do domicílio:

1. Arranjo domiciliar: Unipessoal, Casal sem Filho, Casal com Filho, Monoparental, Família Estendida e Domicílio Composto.
2. Idade.
3. Sexo: Feminino, Masculino.
4. Raça: Branca, Parda, Preta, Amarela, Indígena e Não informou.
5. Curso mais elevado que frequentou: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação.
6. Tamanho do domicílio.
7. Número de filhos, parentes, não parentes, criança, adolescente e idoso no domicílio
8. Valor da renda total anual do domicílio.
9. Região de residência: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.
10. Área de residência: Urbano, Rural.
11. Variáveis de despesas anuais: alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, higiene e cuidados pessoais, fumo, outras despesas (despesas com serviços pessoais, despesas diversas, despesas correntes, aumento de ativos, diminuição do passivo).

3.5.4. Condições de vida dos arranjos domiciliares

As variáveis relacionadas às condições de vida dos arranjos domiciliares em estudo, para ambas as POFs, foram extraídas do registro de 'condições de vida'. As variáveis avaliam os seguintes aspectos:

1. Grau de dificuldade ou de facilidade da família para chegar ao fim do mês com seu rendimento: não respondeu, muita dificuldade, dificuldade, alguma dificuldade, alguma facilidade, facilidade e muita facilidade. Sendo recategorizadas para: dificuldade (que corresponde à agregação das categorias: muita dificuldade; dificuldade; e, alguma dificuldade) e facilidade (que corresponde às categorias: alguma facilidade; facilidade; e, muita facilidade).
2. Avaliação quanto à quantidade de alimento consumido: não respondeu, normalmente não é suficiente, às vezes não é suficiente, é sempre suficiente. Foram recategorizadas em: insuficiente (que corresponde à agregação das categorias: normalmente não é suficiente; e, às vezes não é suficiente) e suficiente (corresponde à categoria: é sempre suficiente).
3. Tipo de alimentação consumida: não respondeu, sempre do tipo que quer, nem sempre do tipo que quer, raramente do tipo que quer.
4. Razões de não estar se alimentando como quer: não respondeu, porque a renda familiar não permite, os alimentos que a família quer não são encontrados no mercado, outras razões.
5. Condições de moradia: não respondeu, boas, satisfatórias, ruins.
6. Existência de problemas nos domicílios e vizinhança, ou seja, problemas com pouco espaço; vizinhos barulhentos; casa escura; telhado com goteira; fundação, paredes ou chão úmidos; madeiras das janelas, portas ou assoalhos deteriorados; poluição ou problemas ambientais; violência ou vandalismo: não respondeu; sim; e, não.
7. Avaliação do acesso à serviços de água, coleta de lixo, iluminação de rua, escoamento de água de chuva, fornecimento de energia elétrica: bom, ruim, não tem.
8. Capacidade de pagamento de algumas despesas, ou seja, atraso de aluguel ou prestação da residência; de água, eletricidade e gás; e, de prestações de bens ou serviços adquiridos: não respondeu, sim; não; e, não se aplica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em função dos objetivos propostos, neste capítulo buscou-se fazer uma apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos a partir da extração dos dados das POFs 2002/2003 e 2008/2009. Assim, este capítulo está estruturado em cinco seções, a saber: a primeira visa caracterizar e comparar o perfil socioeconômico e demográfico dos arranjos domiciliares, e avaliar a distribuição da renda desses arranjos; a segunda, calcular o gasto médio anual dos arranjos com base nas despesas estipuladas pelas POFs (2002/2003 e 2008/2009), bem como avaliar a distribuição do consumo entre os arranjos; a terceira, avaliar a diferença de gastos por categoria de despesa entre os arranjos domiciliares; a quarta, identificar e analisar as principais variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos; e, a quinta seção visa avaliar as condições de vida dos arranjos domiciliares no Brasil.

4.1. Características demográfica e socioeconômica dos arranjos domiciliares

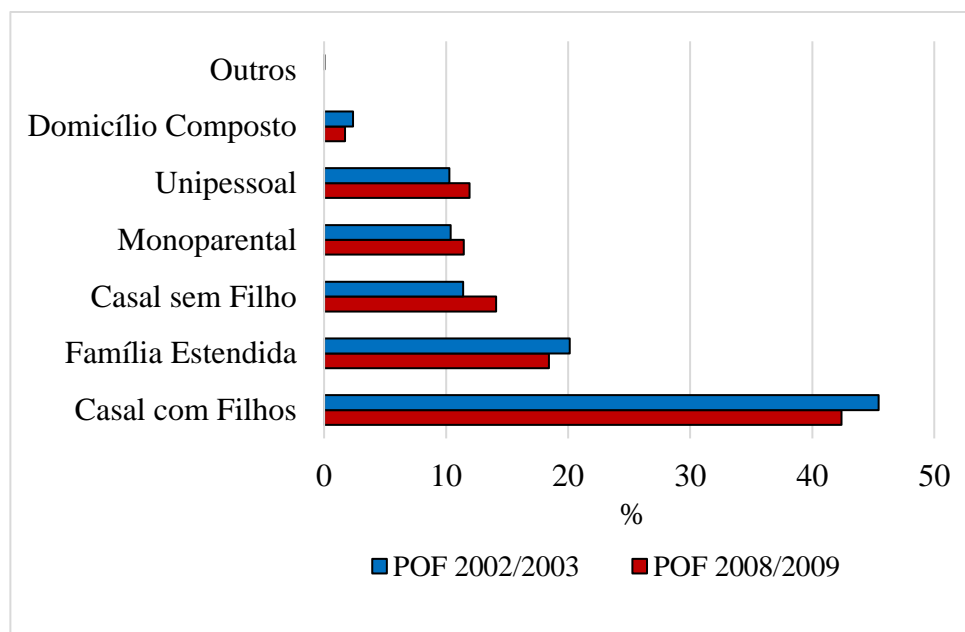
Com o intuito de alcançar o primeiro objetivo desse estudo, qual seja, caracterizar e comparar o perfil socioeconômico e demográfico dos arranjos domiciliares presentes nas diferentes regiões do país, das POFs 2002/2003 e 2008/2009, foi realizada uma análise utilizando-se da estatística descritiva das variáveis sexo, idade, raça, nível de escolaridade, renda, região e área de residência.

Para esse estudo, foram selecionadas, para a POF de 2002/2003, 175.544.329 pessoas que constituíam 48.758.102 domicílios distribuídos nos arranjos unipessoal, casal sem filho, casal com filhos, monoparental, família estendida, domicílio composto e outros arranjos domiciliares. Já para a POF 2008/2009, para fins dessas análises, foram selecionadas 180.650.126 pessoas que compunham 54.737.986 domicílios distribuídos nos mesmos arranjos citados anteriormente.

No que se refere à distribuição percentual dos arranjos domiciliares no Brasil, no período de 2002/2003 e 2008/2009, percebe-se que os arranjos casal com filhos (45,45%; 42,39%, respectivamente) e família estendida (20,14%; 18,43%, respectivamente) ainda eram predominantes no país, mesmo havendo uma redução percentual de 2003 para 2009. Por outro lado, houve um aumento dos arranjos casal sem filhos (11,39%; 14,09%, respectivamente), monoparental (10,37%; 11,44%, respectivamente) e unipessoal

(10,28%; 11,93%, respectivamente) nesse mesmo período. O Gráfico 1 demonstra a distribuição dos arranjos domiciliares no Brasil nos dois períodos analisados.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos arranjos domiciliares no Brasil no período de 2002/2003 e 2008/2009.



Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

A redução do arranjo casal com filho e o aumento de outros arranjos domiciliares é resultado de uma série de fatores que vem afetando as famílias brasileiras ao longo das últimas décadas, principalmente em razão das oscilações econômicas acontecidas. Isso é corroborado por Montali (2017) que afirma que as modificações nas relações familiares estão associadas às crises econômicas das décadas de 1980 e 1990 e à reestruturação produtiva, que se intensificou nos anos de 1990. Além disso, a sucessão de períodos recessivos nessas décadas e as mudanças sociodemográficas e no padrão de emprego favoreceram o surgimento dos rearranjos familiares de inserção, onde houve um aumento da participação das mulheres como responsáveis pelas famílias e, conseqüentemente, pelo seu orçamento doméstico (MONTALI, 2017).

Segundo Alves e Cavenaghi (2012), os domicílios têm apresentado menor densidade demográfica e as famílias estão ficando menores e mais diversificadas, sendo que o percentual de casais com filhos reduziu. Além disso, Fontes (2014) e Lima Neta (2016) também demonstram que, ainda que o arranjo tradicional casal com filhos seja

dominante, existe uma variedade muito grande de outros arranjos domiciliares. Segundo Trad (2010), os indicadores sociodemográficos mais recentes destacam a multiplicação de arranjos que fogem ao padrão da típica família nuclear, além do decréscimo progressivo do número de filhos, repercutindo diretamente no tamanho das famílias.

Em relação ao perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares em estudo, nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 encontram-se informações referentes à média, desvio padrão, valor mínimo e máximo da idade e renda total mensal dos domicílios, além do percentual do sexo, da raça e do nível de escolaridade de todos os membros constituintes de cada arranjo domiciliar.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos arranjos Unipessoal e Casal sem Filho. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

VARIÁVEIS	UNIPESSOAL		CASAL SEM FILHO			
	2002/2003	2008/2009	2002/2003		2008/2009	
	Pessoa de Referência	Pessoa de Referência	Pessoa de Referência	Cônjuge	Pessoa de Referência	Cônjuge
Idade (Média/Anos)	53,18 (±17,9)	54,22 (±17,9)	49,15 (±18,2)	45,53 (±17,8)	50,30 (±18)	47,08 (±17,9)
Mín. – Máx.	15 – 103	12 – 103	16 – 94	11 – 96	14 – 98	14 – 103
Sexo (%)						
Feminino	49,77	51,28	7,69	92,35	10,12	89,86
Masculino	50,23	48,72	92,31	7,65	89,88	10,14
Raça (%)						
Branca	59,11	53,38	61,28	64,33	56,64	57,15
Parda	30,16	35,26	29,83	27,95	33,8	34,33
Preta	9,39	9,76	7,07	6,41	8,36	7,24
Amarela	0,92	0,8	0,82	0,81	0,77	0,74
Indígena	0,41	0,54	0,74	0,29	0,21	0,38
Não declarou	0,01	0,26	0,25	0,2	0,23	0,16
Nível de Escolaridade (%)						
Ens. Fund.	64,36	52,09	63,22	61,80	52,29	49,95
Ens. Médio	18,03	29,47	24,12	26,87	33,61	37,23
Ens. Superior	14,61	13,52	11,24	10,03	11,49	10,82
Pós-Graduação	3,00	4,92	1,43	1,30	2,60	2,00
Renda Total (Média/R\$)	1.344,82 (±2.209,37) (1.916,42 ±3.148,44)*	2.117,52 (±3785,08)	1.953,09 (±3.320,58) (2.783,24 ±4.731,96)*		2.896,76 (±4.207,70)	
Mín. – Máx.	16,33 – 42.242,42 (23,27 – 60.197,02)*	0 – 87.430,75	28,29 – 62.480,08 (40,31 – 89.036,45)*		8,83 – 96.495,83	

Mín.= valor mínimo / Máx.= valor máximo / Ens. Fund. = Ensino Fundamental.

*O valor da renda mensal total do domicílio da POF de 2002/2003 foi deflacionado para janeiro de 2009, a partir do índice acumulado do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado).

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

Tabela 3 – Perfil socioeconômico do arranjo Casal com Filho. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

VARIÁVEIS	CASAL COM FILHO					
	2002/2003			2008/2009		
	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho
Idade (Média/Anos)	41,7 (±11,9)	37,93 (±11,4)	11,81 (±8)	42,75 (±12,4)	39,37 (±11,7)	12,68 (±8,6)
Mín. – Máx.	13 – 93	11 – 97	0 – 63	14 – 96	12 – 91	0 – 85
Sexo (%)						
Feminino	6,43	93,60	46,26	9,94	90,12	45,97
Masculino	93,57	6,40	53,74	90,06	9,88	54,03
Raça (%)						
Branca	53,49	55,29	52,48	49,5	51,37	48,73
Parda	38,17	37,51	41,57	41,17	40,13	44,58
Preta	7,39	6,09	5,15	8,09	7,2	5,7
Amarela	0,51	0,65	0,46	0,52	0,57	0,45
Indígena	0,23	0,30	0,20	0,40	0,41	0,35
Não declarou	0,21	0,16	0,14	0,32	0,32	0,18
Nível de Escolaridade (%)						
Ens. Fund.	68,21	67,13	73,25	54,29	52,91	31,27
Ens. Médio	21,49	23,62	21,18	34,33	36,09	52,93
Ens. Superior	8,62	8,12	5,28	9,19	9,02	14,16
Pós-Graduação	1,68	1,13	0,29	2,19	1,98	1,64
Renda Total (Média/R\$)	1.897,99 (±3027,54) (2.704,71 ±4.314,36)*			2.945,43 (±4281,72)		
Mín. – Máx.	24,83 – 125.752,70 (35,38 – 179.202,30)*			0 – 89.340,5		

Mín.= valor mínimo / Máx.= valor máximo / Ens. Fund. = Ensino Fundamental.

*Valor da renda mensal total do domicílio deflacionada.

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

Foi notório que, para os dois períodos analisados (2002/2003 e 2008/2009), os homens ainda predominavam enquanto pessoa de referência nos domicílios, ou seja, eram os responsáveis pelas despesas do domicílio. As mulheres eram a maioria, enquanto pessoa de referência, apenas nos arranjos unipessoal em 2008/2009 e monoparental em ambos os períodos pesquisados, sendo necessário ressaltar que elas também se sobressaíam na condição de outros parentes e não parentes nos arranjos, conforme pode ser visualizado nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6.

O estudo de Gelinski e Moser (2015) ressalta que um dos elementos de mudança das famílias brasileiras observados nos levantamentos do Censo Demográfico e da PNAD

é que há um aumento do número de famílias em que a pessoa de referência é a mulher, e que esse é um elemento mais revelador em termos da nova configuração das famílias. Além disso, as autoras destacam o aumento do número de famílias unipessoais, que foi um dos arranjos que obteve maior crescimento nas últimas décadas, dado também encontrado na presente pesquisa.

Tabela 4 – Perfil socioeconômico dos arranjos Monoparental e Outros. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

VARIÁVEIS	MONOPARENTAL				OUTROS ARRANJOS	
	2002/2003		2008/2009		2002/2003	2008/2009
	Pessoa de Referência	Filho	Pessoa de Referência	Filho	Pessoa de Referência	Pessoa de Referência
Idade (Média/Anos)	48,3 (±14,8)	17,84 (±11,1)	49,13 (±14,7)	18,89 (±11,8)	41,2 (±18,4)	58,46 (± 21,85)
Mín. – Máx.	15 – 98	0 – 67	15 – 104	0 – 70	21 – 70	38 – 92
Sexo (%)						
Feminino	87,73	44,28	88,22	43,42	33,53	-
Masculino	12,27	55,72	11,78	56,58	66,47	100
Raça (%)						
Branca	51,29	48,1	48,57	44,73	61,16	55,79
Parda	38,13	42,34	41,28	46,6	38,84	44,21
Preta	9,79	8,48	9,01	7,72	-	-
Amarela	0,39	0,49	0,43	0,41	-	-
Indígena	0,23	0,19	0,4	0,24	-	-
Não declarou	0,17	0,4	0,3	0,3	-	-
Nível de Escolaridade (%)						
Ens. Fund.	66,4	64,63	56,9	36,35	-	100
Ens. Médio	21,84	27,31	31,09	50,68	100	-
Ens. Superior	9,81	7,71	9,19	11,46	-	-
Pós-Graduação	1,95	0,34	2,82	1,51	-	-
Renda Total (Média/R\$)	1.418,25 (±2.088,30)		2.141,47 (±3.631,06)		947,70 (±447,50)	612,67 (±91,55)
	(2.021,05 ±2.975,90)*				(1350,50 ±637,71)*	511,26 – 745,83
Mín. – Máx.	4,33 – 29.516,37				561,36 - 2371,55	
	(6,17 – 42.061,93)*				(799,96 – 3.379,55)*	

Mín.= valor mínimo / Máx.= valor máximo / Ens. Fund. = Ensino Fundamental.

*Valor da renda mensal total do domicílio deflacionada.

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

A raça predominante em todos os arranjos foi a branca, como descrito nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6, com exceção da família estendida e domicílio composto da POF de 2008/2009, onde a maioria se autodeclarou parda. Os filhos do arranjo monoparental,

família estendida e domicílio composto, e os cônjuge e outros parentes da família estendida e os outros parentes e não parentes do domicílio composto na POF de 2002/2003 também tiveram a maioria declarados pardos.

Tabela 5 – Perfil socioeconômico dos arranjos Família Estendida. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

VARIÁVEIS	FAMÍLIA ESTENDIDA							
	2002/2003				2008/2009			
	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho	Outro Parente
Idade (Média/Anos)	50,96 (±15,8)	47,01 (±14,2)	19,43 (±10,67)	23,76 (±23,4)	52,15 (±15,6)	48,32 (±14,1)	21,01 (±11,3)	25,13 (±24,2)
Mín. – Máx.	15 – 102	11 – 91	0 – 70	0 – 102	13 – 103	13 – 103	0 – 71	0 – 104
Sexo (%)								
Feminino	38,87	91,45	50,83	52,75	44,85	86,88	52,68	52,39
Masculino	61,13	8,55	49,17	47,25	55,15	13,12	47,32	47,61
Raça (%)								
Branca	46,42	48,47	40,9	45,75	42,35	43,12	38,36	42,58
Parda	42,97	42,14	49,75	45,23	46,01	46,63	51,05	47,5
Preta	9,44	7,94	8,1	7,92	10,03	8,58	9,42	8,46
Amarela	0,47	0,82	0,63	0,47	0,62	0,65	0,44	0,57
Indígena	0,38	0,30	0,32	0,34	0,61	0,77	0,35	0,52
Não declarou	0,30	0,33	0,29	0,29	0,39	0,25	0,38	0,36
Nível de Escolaridade (%)								
Ens. Fund.	72,39	76,59	64,23	75,56	61,29	64,91	41,1	53,55
Ens. Médio	18,8	18,26	30,39	20,69	29,52	28,75	49,73	38,74
Ens. Superior	7,80	4,76	5,05	3,50	7,95	5,23	7,99	7,05
Pós-Graduação	1,01	0,38	0,33	0,25	1,25	1,11	1,18	0,66
Renda Total (Média/R\$)	1.812,35 (±2.653,97)				2.826,69 (±3.507,13)			
	(2.582,67 ±3.782,01)*							
Mín. – Máx.	13,28 – 51.459,33 (18,92 – 73.331,47)*				0 – 79.146,62			

Mín.= valor mínimo / Máx.= valor máximo / Ens. Fund. = Ensino Fundamental.

*Valor da renda mensal total do domicílio deflacionada.

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

Tabela 6 – Perfil socioeconômico do arranjo Domicílio Composto. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

VARIÁVEIS	DOMICÍLIO COMPOSTO									
	2002/2003					2008/2009				
	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Não Parente	Pessoa de Referência	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Não Parente
Idade	45,73	42,30	15,50	23,04	27,77	48,67	46,32	19,03	19,68	29,94
(Média/Anos)	(±16,6)	(±13,6)	(±10,11)	(±23,1)	(±16,4)	(±17,7)	(±15,3)	(±11,95)	(±21,2)	(±16,2)
Mín. – Máx.	15 – 99	12 – 89	0 – 69	0 – 97	0 – 110	16 – 99	16 – 96	0 – 58	0 – 97	0 – 104
Sexo (%)										
Feminino	40,74	87,49	49,66	55,49	63,29	44,68	85,86	45,10	54,16	57,35
Masculino	59,26	12,51	50,34	44,51	36,71	55,32	14,14	54,90	45,84	42,65
Raça (%)										
Branca	56,22	53,6	49,46	51,23	41,85	43,59	46,20	42	35,43	38,13
Parda	35,87	39,59	43,39	41,81	47,97	44,08	44,21	48,92	54,12	48,81
Preta	5,32	4,22	4,12	5,2	8,99	9,24	9,24	8,43	8,16	9,54
Amarela	1,94	2,06	1,92	-	0,65	1,19	0,18	0,16	1,54	1,09
Indígena	0,65	0,12	0,15	1,23	0,33	1,48	0,17	0,17	0,51	0,33
Não declarou	-	0,41	0,96	0,52	0,21	0,43	-	0,33	0,24	2,10
Nível de Escolaridade (%)										
Ens. Fund.	47,48	46,72	65,43	69,18	64,66	42,66	44,22	36,92	50,44	45,44
Ens. Médio	29,84	24,69	21,91	24,19	27,43	31,93	37,03	47,39	40,6	38,45
Ens. Superior	18,34	24,22	11,94	6,63	7,23	17,39	14,69	13,22	5,23	12,75
Pós-Graduação	4,34	4,37	0,72	-	0,67	8,01	4,06	2,46	3,73	3,37
Renda Total										
(Média/R\$)		3.784,99 (±9.018,66)					4.619,86 (±5.890,45)			
		(5.393,76 ±12.851,94)*								
Mín. – Máx.		34,11 – 385.250,7					175,49 – 62.781,29			
		(48,61 – 548.996,6)*								

Mín.= valor mínimo / Máx.= valor máximo / Ens. Fund. = Ensino Fundamental.

*Valor da renda mensal total do domicílio deflacionada.

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; POF 2008/2009.

O nível de escolaridade dos membros dos arranjos domiciliares ainda era baixo, sendo que a maioria em todos os arranjos, em média, possuía apenas ensino fundamental (69,08%, para a POF 2002/2003; e, 51,10%, para a POF 2008/2009), como pode ser visto nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6. Comparando os dois períodos, houve uma melhoria nos percentuais de 2008/2009, com uma redução do ensino fundamental e aumento dos outros níveis de escolaridade, principalmente para os que estavam na condição de filho no domicílio. Em 2008/2009, a maioria dos que estavam na condição de filho, em todos os arranjos, possuía ensino médio, passando de 24,06%, em média, em 2002/2003, para 51,22%, em 2008/2009. Isso é um indicativo de que a melhoria da renda das famílias levou-as a investir mais na educação dos filhos. Os membros dos arranjos unipessoal e domicílio composto (para esse arranjo, apenas pessoa de referência e cônjuge na POF de 2002/2003) foram os que apresentaram maiores índices de ensino de pós-graduação.

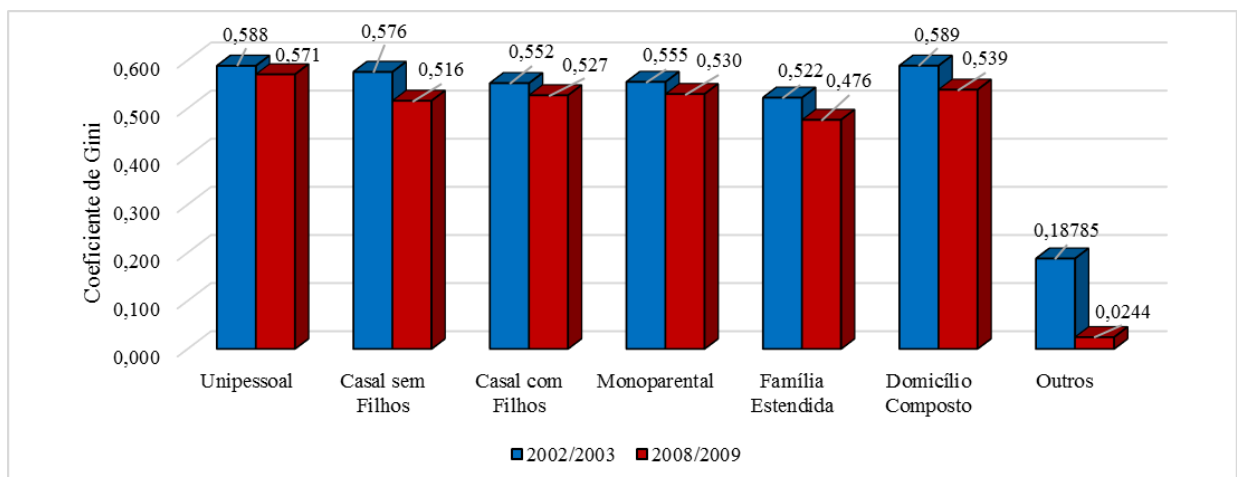
Nota-se que houve uma melhoria na renda total mensal dos arranjos domiciliares em estudo quando se compara os dois períodos. Em 15 de janeiro de 2003, data referencial da POF 2002/2003, o salário mínimo era de R\$200,00, que deflacionado para janeiro de 2009 seria R\$285,00, enquanto no período da POF 2008/2009, 15 de janeiro de 2009, o salário mínimo vigente era de R\$415,00. Em 2002/2003 a média da renda total mensal deflacionada dos arranjos variou de R\$1.916,42 (\pm R\$3.148,44, para o arranjo unipessoal que teve a menor renda) a R\$5.393,76 (\pm R\$12.851,94, domicílio composto), enquanto no período de 2008/2009, para esses mesmos arranjos, a média da renda total mensal variou de R\$2.117,52 (\pm R\$3785,08) e R\$4.619,86 (\pm R\$5.890,45), respectivamente. O domicílio composto foi o que apresentou, em média, melhor renda total mensal, ao contrário dos arranjos unipessoal, monoparental e outros. Isso pode ter ocorrido pelo fato de o domicílio composto apresentar maior diversificação dos seus membros, que podem contribuir para o rendimento domiciliar, uma vez que, em média, os membros já possuíam a idade mínima permitida por lei para trabalhar.

Já no caso dos arranjos unipessoal e monoparental, pelo fato de terem menos membros em sua composição e também terem a mulher, em sua maioria, como pessoa de referência, pode ter influenciado na menor renda desses domicílios, já que no país existe uma diferenciação de salário de acordo com o sexo. Além disso, Fontes (2014) destaca que a situação econômica dos arranjos pode ser influenciada também pela presença de crianças no domicílio.

Quando se analisa a distribuição da renda mensal total do domicílio, entre os arranjos domiciliares nos dois períodos em análise, 2002/2003 e 2008/2009, encontrou-se que os 10% dos domicílios com maior renda tinham, aproximadamente, 13 vezes e 10 vezes a mais entre os domicílios de 2002/2003 e de 2008/2009, respectivamente, do que os 10% dos domicílios que apresentaram menor renda, dentro do mesmo período. Esta relação da desigualdade na distribuição da renda se evidencia num coeficiente de Gini, médio, de 0,56 e 0,52, respectivamente, para os períodos. Como se pode observar no Gráfico 2, no período de 2008/2009, houve uma melhor distribuição da renda entre os arranjos, quando se compara com 2002/2003, sendo que o arranjo família estendida apresentou melhor coeficiente na distribuição da renda.

Os resultados apresentados pelos Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (BRASIL, 2012), que utilizaram dados da PNAD, também revelaram que entre 2001 a 2012, houve uma melhoria do perfil distributivo da renda, havendo uma trajetória declinante do Coeficiente de Gini, em todas as regiões do país, uma vez que, nesse período a economia brasileira foi marcada pela combinação de crescimento econômico e melhoria da distribuição de renda.

Gráfico 2 – Cálculo do Coeficiente de Gini da renda total mensal dos arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.



Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

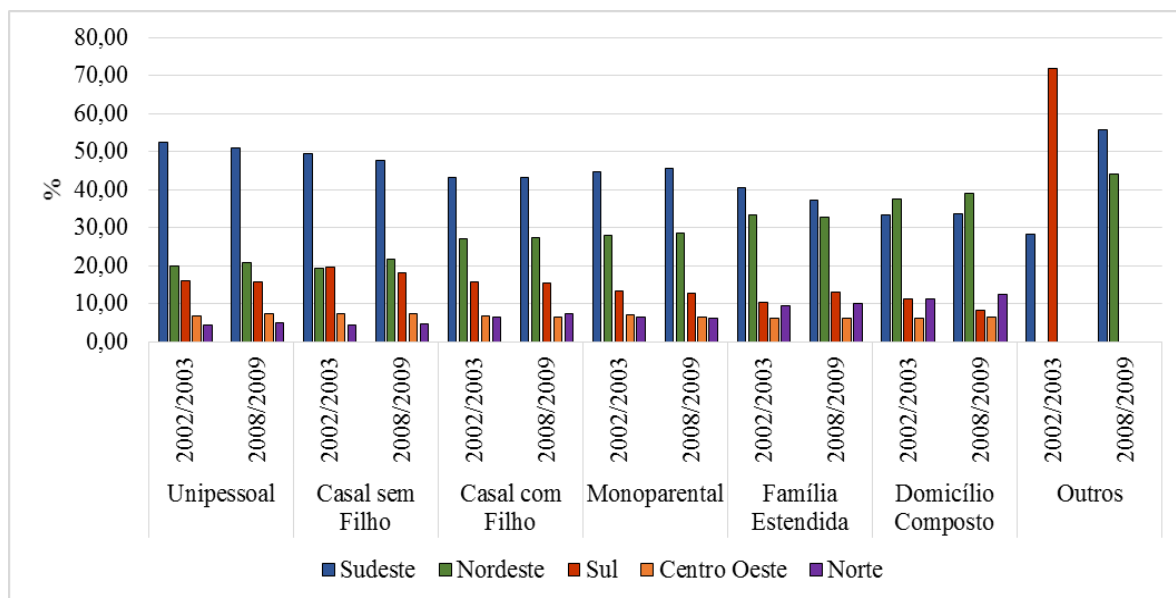
Os estudos de Figueiredo e Ziegelmann (2009) apontam que, no período de 1987 a 2005, a redução da desigualdade de distribuição de renda no Brasil foi estatisticamente significativa. Curado (2011) também afirma que durante o período de 2003 a 2010 a

economia brasileira foi marcada por um processo de crescimento do PIB, com estabilidade de preços e avanços significativos na distribuição da renda e redução da miséria, o que contribuiu para a ampliação do mercado consumidor brasileiro.

No que se refere à distribuição regional dos arranjos domiciliares, a maioria, em ambos os períodos, residia na região Sudeste do país (sendo, em média, 45,43% dos arranjos da POF de 2002/2003; e, em média, 44,50% da POF de 2008/2009), vindo em seguida a região Nordeste (em média com 25,59% dos arranjos da POF de 2002/2003; e, em média, 26,35% da POF de 2008/2009).

O Gráfico 3 demonstra essa distribuição dos arranjos por todas as regiões do país, nos dois períodos estudados. Os estados que apresentaram maior concentração dos arranjos domiciliares em estudo, tanto para a POF de 2002/2003, como na POF de 2008/2009, foram: São Paulo (23,30%; e, 23,06%), seguido por Minas Gerais (10,69%; e, 10,36%) e Rio de Janeiro (9,53%; e, 9,27%), respectivamente. Por outro lado, os estados que apresentaram menor concentração foram: Roraima (0,15%; e, 0,20%), Amapá (0,22%; e, 0,27%) e Acre (0,32%; e, 0,33%), respectivamente.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos arranjos domiciliares por regiões do país. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.



Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

Ao analisar a área de residência, a POF 2002/2003 e a de 2008/2009 apontaram que 84,82% e 84,51%, respectivamente, dos arranjos estudados residiam na área urbana do país, talvez por buscar nas cidades melhores condições de vida.

É interessante ressaltar que os arranjos com menos representatividade no meio rural para as duas POFs foram: o monoparental (9,36% e 10,83%, respectivamente) e o domicílio composto (10,59% e 12,29%, respectivamente). O fato do arranjo monoparental apresentar maior predominância da chefia feminina pode ter contribuído para a redução desse arranjo no meio rural, haja visto que as condições de trabalho no campo são mais propensas ao trabalho masculino.

De acordo com Turkenicz (2013), a industrialização promoveu grandes deslocamentos migratórios, sobretudo das zonas rurais para as zonas industrializadas. A industrialização e urbanização foram tendências sociais que se alimentaram reciprocamente, o que pode ser uma explicação para o fato da maior parte dos arranjos domiciliares residirem na área urbana, ou seja, possivelmente as famílias migraram para as cidades em busca de empregos e melhores condições de vida para seus membros.

Contudo, percebe-se que os arranjos domiciliares não se comportavam de maneira homogênea, mesmo apresentando características parecidas entre si, possuindo particularidades, configurações e características próprias. Foi notório as mulheres assumindo a responsabilidade por seus domicílios, seja para residirem individualmente ou com seu filho(a), mesmo sendo os domicílios que possuíam, em média, menor renda. Além disso, o número de residentes nos domicílios diminuiu de 2003 para 2009, passando, em média, de 3,59 ($\pm 1,8$) para 3,29 ($\pm 1,6$) pessoas, respectivamente.

Sem dúvida, o retrato da família brasileira vem mudando desde a década de 1960, estando cada vez menor, com seus membros alcançando idades mais elevadas, tendo um aumento de mulheres sozinhas cuidando de filhos, além do número de pessoas morando sozinhas, e que nem sempre são provenientes de segmentos com elevados níveis de renda (GELINSKI, MOSER, 2015).

Por isso, a importância de se estudar os arranjos domiciliares no Brasil, ao longo do tempo, pois suas necessidades por bens e serviços podem mudar de acordo com o período econômico vivenciado, além do surgimento de novas configurações familiares. Assim, a próxima seção desse capítulo versará sobre os gastos médio anual dos arranjos domiciliares segundo as categorias de despesas.

4.2. Gasto médio anual dos arranjos domiciliares por categorias de despesas

Neste tópico, descreve-se o gasto médio anual, das categorias de despesas, de todos os arranjos domiciliares, em ambos os períodos em estudo.

Dentre os itens de consumo contemplados pelas POFs 2002/2003 e 2008/2009, e com o intuito de atingir o objetivo proposto por essa pesquisa de calcular o gasto médio anual dos arranjos domiciliares no Brasil, por categorias de despesas, selecionou-se, para este estudo, os gastos com: alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, higiene e cuidados pessoais, fumo, despesas com serviços pessoais, despesas diversas, despesas correntes, aumento de ativos, e, diminuição do passivo, conforme o Quadro 4.

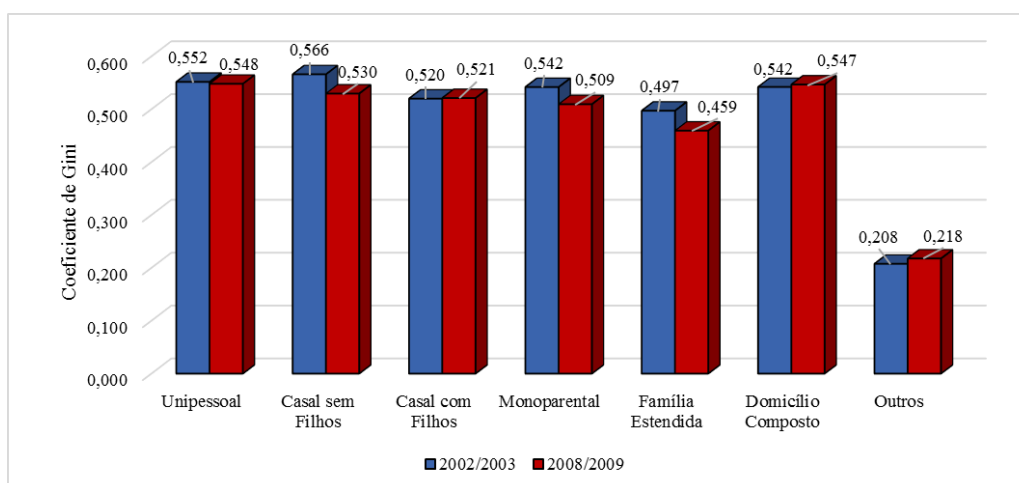
Em relação ao consumo dos arranjos domiciliares em estudo, evidenciou-se uma distribuição assimétrica no consumo total anual, explicada pelo maior consumo dos domicílios situados no percentil 90. Para as POFs de 2002/2003 e 2008/2009 a assimetria foi de 8,56 e 8,92, e a curtose de 173,80 e 155,64, respectivamente. Essa assimetria se reflete numa média de consumo total anual (R\$30.667,52 e, R\$28.935,58, respectivamente) significativamente superior à mediana (R\$17.447,30 e, R\$17.121,65, respectivamente).

O valor mínimo do consumo total anual⁸ identificado para os arranjos domiciliares pesquisados no estudo da POF 2002/2003 foi de R\$337,33, enquanto o maior consumo da amostra foi de R\$2.023.341,00. Já para POF 2008/2009, o consumo total anual mínimo foi de R\$ 146,00 e, o máximo, de R\$1.254.290,00.

Ao estudar com maior profundidade a distribuição do consumo total anual entre os arranjos domiciliares brasileiros, nos dois períodos de 2002/2003 e de 2008/2009, encontrou-se que os 10% das famílias com maior consumo gastavam aproximadamente 11 vezes a mais no período entre 2002/2003 e 10 vezes a mais entre 2008/2009 do que os 10% das famílias que apresentaram menor consumo. Esta desigualdade na distribuição do consumo se evidencia num coeficiente de Gini médios de 0,53 e 0,52, respectivamente, para os períodos estudados.

⁸ A variável “consumo total anual” foi criada a partir do somatório das variáveis de despesa com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, higiene e cuidados pessoais, fumo, despesas diversas, despesas correntes, aumento de ativos, e, diminuição do passivo.

Gráfico 4 – Cálculo do Coeficiente de Gini da despesa total anual dos arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.



Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

Como se pode observar no Gráfico 4, no período de 2008/2009 todos os arranjos domiciliares apresentaram melhor distribuição do consumo anual quando se compara com os arranjos no período de 2002/2003, com exceção do domicílio composto e casal com filho. Desconsiderando o arranjo outros por possuir menor quantidade de membros, o arranjo família estendida foi o que apresentou melhor distribuição do consumo em ambos os períodos analisados.

No que se refere à distribuição anual do consumo por categorias de despesas entre os arranjos domiciliares no Brasil, estes estão apresentados nas Tabelas 7 e 8, e no Apêndice A encontra-se também as Tabelas 15, 16, 17 e 18, com o valor do consumo médio anual, o consumo per capita desses arranjos, com seus respectivos desvio padrão, e os valores mínimo e máximo de cada categoria de despesa por arranjo.

Ao se analisar o consumo per capita desses arranjos, conforme as Tabelas 16 e 17 (Apêndice A), o arranjo unipessoal foi o que obteve maior consumo total anual, gastando em média R\$20.956,62 (\pm R\$32.328) em 2003 e R\$19.481,23 (\pm R\$30.034) em 2009. Uma possível explicação para esse maior consumo per capita ser do arranjo unipessoal pode ser explicado por sua própria configuração, não implicando em divisão de gastos com outras pessoas como no caso as despesas com habitação, despesas diversas, entre outras. Nesse sentido, vale ressaltar que o arranjo unipessoal foi o que apresentou o maior gasto per capita com habitação, sendo para 2003 um gasto médio de R\$8.048,86 (\pm R\$10.203)

e para 2009 de R\$6.879,13 (\pm R\$13.014). Esse maior consumo apresentado pelo arranjo unipessoal também foi encontrado no estudo de Carvalho e Alves (2010).

Em relação ao consumo médio anual dos arranjos domiciliares, foi notório que, em média, os arranjos no período de 2002/2003 possuíram maiores gastos com bens e serviços, quando comparados com o período de 2008/2009, conforme pode ser visto nas Tabelas 7 e 8. Utilizando-se de valores deflacionados do consumo, para se fazer comparações com 2009, observou-se que em 2003 e em 2009 o arranjo domicílio composto era o que possuía, em média, maior consumo anual (R\$54.893,84 e R\$45.122,63), haja visto que foi o arranjo domiciliar que obteve também, em média, maior renda total mensal no período analisado, o que pode ter contribuído para o maior consumo de bens e serviços por esse arranjo.

Tabela 7 – Consumo médio anual deflacionado dos arranjos domiciliares por categorias de despesa. Brasil, 2002/2003.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.185,00	4.437,31	5.777,61	4.269,61	5.687,04	7.456,35
Habitação	8.048,86	10.736,74	10.227,9	9.631,24	9.251,75	18.429,10
Vestuário	743,60	1.101,76	1.576,71	1.288,54	1.623,38	2.777,10
Transporte	2.757,49	4.632,64	5.412,67	3.199,63	4.061,24	8.416,12
Assistência à Saúde	1.198,02	2.330,09	1.621,38	1.317,15	1.715,17	2.999,06
Educação	376,60	391,55	1.329,97	1.025,26	945,41	2.705,96
Recreação e Cultura	448,72	448,45	658,94	543,16	596,85	1.220,20
Higiene e Cuidados Pessoais	298,98	424,20	579,22	525,33	636,37	946,83
Fumo	118,11	144,03	173,89	150,61	230,51	189,67
Despesas com Serviços Pessoais	171,75	257,77	261,44	239,53	276,65	520,79
Despesas Diversas	817,5	2.710,82	1.422,14	1.142,14	1.397,73	2.342,50
Despesas Correntes	1.641,46	1.913,89	1.504	1.101,64	1.125,18	3.824,4
Aumento de Ativos	699,52	2.462,87	1.628,02	814,96	1.244,79	1.796,04
Diminuição do Passivo	450,94	670,71	679,20	376,25	519,34	1.269,67
Despesas Totais	20.956,62	32.662,89	32.853,14	25.625,12	29.311,47	54.893,84

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003.

Dentre as categorias de despesas de consumo anual selecionadas nesse estudo, os maiores gastos nos dois períodos analisados foram com habitação, alimentação e transporte. Já o menor gasto declarado foi com fumo e despesas com serviços pessoais,

conforme pode ser visto nas Tabelas 7 e 8. O maior consumo entre os arranjos domiciliares sendo com alimentação, habitação e transporte revelam que os membros preferiam atender às necessidades mais básicas, imediatas e necessárias dos domicílios.

Já o menor gasto com fumo entre os arranjos domiciliares, e a redução do mesmo entre 2003 e 2009, pode ser sinal do que afirma o Ministério da Saúde (2018), que entre 2006 a 2017 houve uma redução do número de fumantes no Brasil, e isso pode ser sinônimo de uma série de ações desenvolvidas pelo Governo Federal, como tratamento gratuito para fumantes ofertado pelo SUS; a política de preços mínimos e aumento de impostos dos produtos derivados do tabaco; a legislação antifumo que proibiu o consumo em locais de uso coletivo, públicos ou privados; e, ações de prevenção com atenção especial aos grupos mais vulneráveis.

Tabela 8 – Consumo médio dos arranjos domiciliares por categorias de despesa. Brasil, 2008/2009.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.237,90	4.610,93	5.807,31	4.095,79	5.407,27	7.570,11
Habitação	6.879,13	9.397,10	9.050,09	7.776	8.388,17	12.597,00
Vestuário	698,16	1.168,02	1.630,64	1.236,13	1.647,79	2.327,56
Transporte	2.517,70	5.519,62	6.296,61	3.283,38	4.282,10	8.439,51
Assistência à Saúde	1.470,01	2.101,11	1.722,09	1.564,99	1.992,58	2.804,47
Educação	263,74	369,21	1.087,09	746,68	653,37	1.554,13
Recreação e Cultura	366,02	413,88	622,61	478,56	516,90	951,96
Higiene e Cuidados Pessoais	324,42	487,02	695,37	567,46	705,35	1.058,20
Fumo	84,73	142,46	137,54	129,80	180,46	239,64
Despesas com Serviços Pessoais	173,89	293,80	309,33	274,02	302,27	470,27
Despesas Diversas	562,29	925,92	794,37	499,26	728,39	1.354,92
Despesas Correntes	1.147,87	1.790,12	1.945,73	740,28	1.018,95	2.060,44
Aumento de Ativos	1.422,51	2.366,57	2.113,18	1.149,11	1.333,79	3.027,72
Diminuição do Passivo	332,80	460,36	490,23	388,78	607,77	666,63
Despesas Totais	19.481,23	30.046,19	32.702,27	22.930,3	27.765,23	45.122,63

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009.

Ao comparar as médias de consumo anual por categoria de despesa, observa-se que, em média, os arranjos em 2009 gastaram mais com higiene e cuidados pessoais e despesas com serviços pessoais, do que os de 2003, sendo que o mesmo aconteceu com

transporte, e assistência à saúde, com exceção do arranjo casal com filho. Por outro lado, observa-se que houve uma redução dos gastos dos domicílios com educação, recreação e cultura. A redução dos gastos com educação de 2003 para 2009, pode ser reflexo da criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2004, concedendo bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes em instituições privadas de educação superior, além da expansão do número de vagas em universidades públicas e institutos federais.

Em relação às outras despesas a melhoria da renda entre os arranjos pode ter contribuído para uma distribuição e aquisição maior de outros itens de bens e serviços, inclusive com a assistência à saúde, como investimento em plano de saúde. Garcia et al. (2013) fazendo uma análise dos dados das publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que a renda é um fator importante nos gastos das famílias, e que quanto maior a renda, maior o gasto com saúde.

Os resultados apresentados também vêm ao encontro dos trazidos pelo IBGE (2010), que afirma que a variação de despesas entre as POFs 2002/2003 e a 2008/2009 são mais suaves, tendo em vista o intervalo de tempo entre as duas pesquisas, mas quando se compara com o ENDEF 1974/1975, as mudanças são mais evidentes em todos os grandes grupos de despesas, o que é justificado pelo longo período de tempo entre as pesquisas e a oferta crescente de serviços e produtos que ocorreram no período entre elas, além das diversas mudanças ocorridas no modo de vida das famílias brasileiras. Os dados do IBGE também apontam para uma redução do consumo geral da POF 2008/2009, quando comparada com a POF 2002/2003.

Na visão de Rodrigues (2014), estas mudanças nos padrões de consumo podem estar relacionadas a todas as alterações que têm ocorrido no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, devido ao controle inflacionário, à expansão do poder de consumo das classes mais baixas, e, às transformações socioeconômicas.

Araújo (2011) também ressalta que várias transformações ocorreram no mercado de trabalho brasileiro, sendo que no período de 2004 até 2008 houve uma incorporação de milhões de trabalhadores, e, com isso, um crescimento da renda das famílias. Curado (2011) complementa afirmando que a melhoria na distribuição da renda foi extremamente importante para a ampliação do mercado consumidor brasileiro.

Além disso, uma pesquisa realizada pela CNI (2016) afirma que uma das estratégias que as famílias têm adotado durante esses períodos de instabilidade econômica

é utilizar do sistema público, seja para o ensino, saúde e, ou, transporte. No que se refere à educação, como observado no presente estudo, houve um aumento da escolaridade dos membros dos arranjos domiciliares, porém uma redução dos gastos, o que pode ser um indicativo que os domicílios têm optado pela educação pública.

Assim sendo, percebe-se que as famílias residentes nos domicílios estudados podem ter optado por alternativas de gastos com bens e serviços para se adequarem ao momento econômico em que o país estava passando, realocando sua renda para as necessidades dos membros dos domicílios que se faziam presentes no momento. A fim de melhor compreender a diferença no consumo de bens e serviços, na próxima seção será apresentada uma comparação, por categoria, do consumo entre cada arranjo domiciliar brasileiro.

4.3. Comparação do consumo de bens e serviços de acordo com o tipo de arranjo domiciliar

Nesta seção, analisa-se a diferença de consumo dos bens e serviços adquiridos pelos arranjos domiciliares nos períodos de 2002/2003 e de 2008/2009 quando comparados com o gasto do arranjo casal com filho. Para isto, foi realizado um teste t de Student para igualdade de médias em amostras independentes. Nesta pesquisa, o arranjo domiciliar “casal com filho” foi tomado como referência para comparação com os demais por ainda ser considerado predominante no país. Assim, para a execução do teste, partiu-se da hipótese nula de que não existia diferença no consumo de uma categoria de despesa entre o arranjo casal com filho quando comparado a um outro arranjo domiciliar, sendo a hipótese alternativa, se o contrário ocorresse, ou seja, que existia diferença no consumo da mesma categoria em razão do arranjo domiciliar. Os dados estão apresentados nos Quadros 5 e 6.

Em relação à categoria gastos com alimentação, considerando-se apenas os resultados estatisticamente significativos ($p < 0,01$, ou $p < 0,05$, ou ainda, $p < 0,10$) em ambas as POFs, apenas o arranjo domiciliar composto gastava mais que o casal com filho, com uma diferença observada de R\$1.765,60, para a POF 2002/2003, e de R\$1.660,56, para a POF de 2008/2009. Já os arranjos casal sem filho, monoparental e unipessoal gastavam menos que o casal com filho, apresentando uma diferença de R\$1.134,76,

R\$1.404,91, e, R\$2.310,74, respectivamente, para a POF 2002/2003, e de R\$1.012,21 R\$1.416,48, e R\$2.351,97, respectivamente, para a POF 2008/2009. Logo, com exceção do arranjo família estendida para a POF 2002/2003, cujo intervalo de confiança a 95% variou de - R\$184,00 a R\$55,00, rejeita-se a hipótese de não haver diferença de consumo com alimentação em razão do arranjo domiciliar no qual os domicílios estavam inseridos. Nessa categoria de consumo, observa-se também que a diferença foi mais significativa quando comparado os arranjos unipessoais com o casal com filho, talvez pela própria configuração dos mesmos, onde o residir sozinho fez com que os domicílios possuíssem um gasto menor com alimentação, principalmente quando se compara com um arranjo constituído por filhos ou em que o número de membros é maior.

Quadro 5 – Teste t, diferença da média de consumo por categoria de despesa entre os arranjos domiciliares da POF 2002/2003. Brasil.

	Teste t	Casal sem Filho	Unipessoal	Composto	Monoparental	Família Estendida
Casal com filho (≠ Médias)	Alimentação	-1.134,76*	-2.310,74*	1.765,60*	-1.404,91*	64,65
	Habitação	-150,72	-2110,41*	7.010,94*	-588,21**	-881,00*
	Vestuário	-456,21*	-843,49*	1.170,53*	-231,25*	27,72
	Transporte	-638,43*	-2.396,13*	4.059,78*	-1.991,99*	-1.182,13*
	Assistência à Saúde	224,35**	-443,52*	1.417,89*	-264,59*	69,81**
	Educação	-610,59*	-698,39*	993,37*	-275,04*	315,92*
	Recreação	-143,45*	-168,67*	540,49*	-66,94*	-29,76**
	Higiene	-130,35*	-269,25*	402,46*	-30,43**	55,41*
	Fumo	-5,63	-39,11*	42,54*	-24,64*	36,73*
	Serviços Pessoais	-16,92**	-99,88*	226,79*	-8,95	-1,58
	Despesas Diversas	627,88**	-491,14*	892,64*	-463,77*	-246,19*
	Despesas Correntes	239,91*	49,69	1482,48*	-338,21*	-261,47*
	Aumento de Ativo	286,30	-530,39*	413,25	-547,58*	-450,52*
Diminuição do passivo	-82,89***	-279,09*	696,15*	-195,60*	-114,48*	

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003.

* nível de significância (p<0,01)

** nível de significância (p<0,05)

*** nível de significância (p<0,10)

Quadro 6 – Teste t, diferença da média de consumo por categoria de despesa entre os arranjos domiciliares da POF 2008/2009. Brasil.

Teste t		Casal sem Filho	Unipessoal	Composto	Monoparental	Família Estendida
Casal com filho (≠ Médias)	Alimentação	- 1.012,21*	- 2.351,97*	1.660,56*	- 1.416,48*	-122,5**
	Habitação	94,09	-2.252,60*	2.841,19*	-1.037,08*	-149,15
	Vestuário	-499,77*	-916,30*	713,02*	-373,20*	19,10
	Transporte	-738,42*	-3.107,37*	1.736,79*	-2.604,66*	-1.504,83*
	Assistência à Saúde	365,08*	-359,49*	1.011,66*	-178,60*	318,34*
	Educação	-489,65*	-596,09*	496,38*	-241,11*	-225,82*
	Recreação	-167,88*	-222,50*	335,95*	-100,16*	-39,05*
	Higiene	-179,51*	-368,64*	376,03*	-117,25*	37,12*
	Fumo	0,56	-22,80*	59,14*	-13,00*	35,89*
	Serviços Pessoais	-36,45*	-136,07*	175,70*	-31,47*	2,41
	Despesas Diversas	68,00***	-236,56*	451,60*	-214,38*	-10,55
	Despesas Correntes	158,45	-301,74*	652,04**	-469,56*	-299,22*
	Aumento de Ativo	99,78	-859,57*	230,33	-859,60*	-592,68*
	Diminuição do passivo	-15,43	-165,84*	298,29*	-129,94*	79,74**

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009.

* nível de significância (p<0,01)

** nível de significância (p<0,05)

*** nível de significância (p<0,10)

No que se refere aos gastos com habitação, os domicílios formados pelo arranjo composto gastavam mais, estatisticamente, que o arranjo casal com filhos, apresentando uma diferença de R\$7.010,94, para a POF 2002/2003 e de R\$2.841,19, para a POF 2008/2009. Por outro lado, o arranjo casal com filho gastava mais que o monoparental, família estendida e unipessoal para a POF de 2002/2003 e os arranjos monoparental e unipessoal, para a POF de 2008/2009. Para ambas as POFs, a diferença dos gastos do arranjo casal com filho quando comparados com o casal sem filho, nota-se que o intervalo de confiança a 95%, podendo variar a diferença de -R\$593,00 a R\$291,00, para 2002/2003 e de - R\$237,00 a R\$425,00 para 2008/2009, o mesmo ocorrendo para a família estendida em 2008/2009 (-R\$67,00 a R\$365,00), onde a diferença das médias inclui o zero, concluindo-se pela não rejeição da igualdade de médias, ou seja, os arranjos domiciliares casal sem filho das duas POFs e a família estendida de 2009 gastavam igualmente ao arranjo casal com filho no que se refere às despesas com habitação.

A categoria de despesa com vestuário foi estatisticamente significativa considerando $p < 0,01$, sendo que, para ambas as POFs, apenas o arranjo domiciliar composto gastava mais que o casal com filho, com uma diferença observada de R\$1.170,53, para a POF 2002/2003, e de R\$713,02, para a POF de 2008/2009. Por outro lado, em ambas as POFs, os arranjos monoparental, casal sem filho e unipessoal gastavam menos quando comparados separadamente com o arranjo casal com filho. Esse menor gasto se deve à própria configuração dos mesmos, uma vez que um menor número de membros tem uma influência direta nas despesas com este item de consumo.

Em relação aos gastos com transporte dos arranjos domiciliares, o arranjo composto gastava estatisticamente mais que o casal com filho, considerando $p < 0,01$, sendo essa diferença de R\$4.059,78 para a POF 2002/2003 e R\$1.736,79 para a POF 2008/2009. Os demais arranjos gastavam menos que o casal com filho com transporte, sendo a menor diferença de gastos apresentada pelo arranjo casal sem filho (R\$638,43 e R\$738,43, respectivamente) e família estendida (R\$1.182,13 e R\$1.504,83, respectivamente) para ambas as POFs.

Já os gastos com assistência à saúde, os arranjos domiciliares composto, casal sem filho e família estendida gastavam estatisticamente mais que o arranjo casal com filho, a um nível de significância de $p < 0,01$ e $p < 0,05$. A maior diferença de gastos com assistência à saúde foi com o arranjo composto, gastando R\$1.417,89 da POF 2002/2003 e R\$1.011,66 da POF 2008/2009 a mais que o arranjo casal com filho. Já os arranjos monoparental e unipessoal gastavam menos que o casal com filhos em ambas as POFs analisadas. O maior gasto dos arranjos composto, casal sem filho e família estendida com assistência à saúde em relação ao arranjo casal com filho pode ser explicado pelo fato desses arranjos, muitas vezes, serem compostos por idosos, seja por meio de coresidência nos arranjos composto e, ou família estendida, ou o estágio do ciclo de vida em que alguns arranjos casal sem filho podiam estar vivenciando, ou seja, os filhos já haviam saído de casa, o que também, é conhecido como ninho vazio. Segundo Rabelo e Neri (2015), o aumento de idosos nos arranjos ou a coresidência entre as gerações pode gerar maiores gastos em algumas categorias de despesas, o que, no caso da saúde, implica em gastos com medicamentos, plano de saúde, internações, consultas médicas, entre outros.

A diferença de gastos com educação, foi estatisticamente significativa, considerando $p < 0,01$, comparando todos os arranjos com o casal com filho. O arranjo

composto gastava R\$993,37 e R\$496,38 a mais que o arranjo casal com filho, respectivamente para as POFs 2002/2003 e 2008/2009. A família estendida da POF 2003 também gastava R\$315,92 a mais que o casal com filho nesse período. Possivelmente, esses arranjos apresentaram maiores gastos com educação devido ao número de membros pertencentes aos mesmos, e o fato dos filhos e outros parentes pertencerem a esses arranjos e terem, em média, idade escolar. Nesta categoria de gasto, o arranjo casal com filho possuía uma despesa superior aos arranjos casal sem filho, unipessoal, monoparental e família estendida (apenas para a POF 2008/2009).

No tocante aos gastos referentes à recreação e cultura, apenas o arranjo composto teve uma despesa estatisticamente superior, com o nível de significância $p < 0,01$, ao arranjo casal com filho em ambas as POFs (R\$540,49 e R\$335,95, respectivamente). A diferença de gastos com recreação e cultura entre os arranjos domiciliares pode ser explicada em razão da renda mensal recebida, uma vez que o arranjo composto e o casal com filho são os que apresentaram maior renda mensal total do domicílio nos dois períodos analisados. Nesse sentido, Sena e Alves (2013) afirmam que o lazer nas famílias pode ser influenciado tanto pela falta de infraestrutura básica dos municípios, quanto pelo fator econômico, que contribuem para a escassez de alternativas de lazer.

Em relação aos gastos com higiene e cuidados pessoais, os arranjos composto e família estendida gastaram estatisticamente mais que o arranjo casal com filho, considerando $p < 0,01$, sendo essa diferença de R\$402,46 e R\$55,41 para a POF de 2003 e R\$376,03 e R\$37,12 para a de 2009, respectivamente. O reflexo disso pode estar relacionado ao fato de esses arranjos possuírem maior número de membros quando se compara com os outros em estudo, assim, o maior número de membros pode acarretar em mais gastos com higiene e cuidados pessoais.

No que se refere aos gastos com fumo, os arranjos domiciliares composto e família estendida gastaram estatisticamente mais que o arranjo casal com filho, R\$42,54 e R\$36,73 para a POF de 2003 e de R\$59,14 e R\$35,89 para a POF de 2009, respectivamente. Os arranjos casal sem filho, unipessoal e monoparental para ambas as POFs gastaram menos que o arranjo casal com filho, sendo que essa categoria foi a que apresentou menor diferença de gasto em todas as categorias de despesas entre todos os arranjos.

A diferença de gastos com serviços pessoais entre os arranjos domiciliares foi estatisticamente significativa para os arranjos casal sem filho, unipessoal e composto para ambas as POFs e para o arranjo monoparental apenas da POF 2008/2009. Assim sendo, considera-se que o arranjo família estendida das duas POFs em análise e o arranjo monoparental da POF 2002/2003 possuíam um gasto igual no que se refere à categoria de serviços pessoais em comparação com o arranjo casal com filho. Dessa categoria em análise, apenas o arranjo composto gastava estatisticamente mais que o casal com filho em ambas as POFs, considerando $p < 0,01$.

Em relação às despesas diversas, somente a família estendida na análise da POF 2008/2009 teve um gasto igualitário ao arranjo casal com filho, com um nível de significância de 99%. Quando comparado aos demais arranjos, apenas o arranjo composto e casal sem filho gastou estatisticamente mais do que o casal com filho (R\$892,64 e R\$627,88 para a POF de 2003 e R\$451,60 e R\$68,00 para a de 2009, respectivamente). Já os arranjos unipessoal e monoparental gastaram menos com despesas diversas do que o arranjo casal com filho em ambas as POFs.

O arranjo unipessoal (POF 2002/2003) e o casal sem filho (POF 2008/2009) gastaram estatisticamente o mesmo valor que o casal com filho com despesas correntes. Já os arranjos casal sem filho (POF 2002/2003) e o composto (POFs 2002/2003 e 2008/2009) gastaram mais que o casal com filho nessa categoria de despesa. Por outro lado, os arranjos monoparental e família estendida (POF 2002/2003 e POF 2008/2009) e o unipessoal (POF 2008/2009) gastaram menos com despesas correntes quando comparados ao casal com filho.

Em relação ao aumento de ativos, os arranjos casal sem filho e composto (POF 2002/2003 e POF 2008/2009) tiveram um gasto estatisticamente igual ao arranjo casal com filho, diferentemente dos arranjos unipessoal, monoparental e família estendida, que apresentaram uma diferença de gasto menor que o casal com filho nos dois períodos analisados com aumento de ativos.

Ao se analisar a diferença de gasto com a diminuição do passivo, o arranjo composto (POF 2002/2003 e POF 2008/2009) e a família estendida (POF 2008/2009) gastaram mais que o arranjo casal com filho. Os demais arranjos domiciliares, casal sem filho, unipessoal, monoparental (POF 2002/2003 e POF 2008/2009) e família estendida

(POF 2002/2003) apresentaram uma diferença de gasto menor com a diminuição do passivo ao se comparar com o arranjo casal com filho.

Assim, foi notório que, ao se realizar o teste t de Student para igualdade de médias em amostras independentes, comparando a diferença de consumo entre o arranjo composto com o arranjo casal com filho, em todas as categorias de despesa estudadas, foi estatisticamente significativa a diferença do maior consumo do arranjo composto. Logo, rejeita-se a hipótese de não haver diferença de consumo, quando se compara o arranjo composto com o casal com filho, em relação à todas as categorias de despesa, tanto para a POF de 2002/2003 como para a POF de 2008/2009. Já que era um arranjo que possuía também maior renda total mensal e maior diversidade de membros, o que pode ter contribuído para um maior consumo de bens e serviços por parte desse arranjo.

Por outro lado, os arranjos domiciliares unipessoal e monoparental foram os que apresentaram uma diferença de gasto menor que o arranjo casal com filho, para todas as categorias de despesas analisadas em ambos os períodos. Logo, também se rejeita a hipótese de não haver diferença de consumo, quando se compara os arranjos unipessoais e monoparentais com o casal com filho, em relação à todas as categorias de despesa (com exceção das despesas correntes para o arranjo unipessoal e com serviços pessoais para o monoparental da POF de 2002/2003), tanto para a POF de 2002/2003 como para a POF de 2008/2009.

Assim sendo, fica evidente com a realização do teste t de Student para igualdade de médias em amostras independentes que existe diferença no consumo de bens e serviços ao analisá-lo por categoria de despesa e comparando o arranjo casal com filho com os demais arranjos domiciliares. O consumo de uma mesma categoria sendo diferenciado entre os diversos arranjos pode ter influência de algumas variáveis, como a renda total do domicílio, o número de membros, a composição dos arranjos, a etapa do ciclo de vida em que se encontram, entre outros fatores. Sendo assim, o próximo tópico dessa pesquisa visa analisar os fatores que influenciam no consumo de bens e serviços dos arranjos domiciliares no Brasil.

4.4. Fatores que influenciam no consumo de bens e serviços pelos diferentes arranjos domiciliares

Neste tópico pretendeu-se identificar e analisar as variáveis que influenciam no consumo de bens e serviços dos arranjos domiciliares no país. A análise foi feita a partir do sistema de equações aparentemente não relacionadas (SUR)⁹.

Os resultados do sistema de equações aparentemente não relacionadas estão dispostos nas Tabelas 9 e 10. Foram estimados simultaneamente, para as POFs 2002/2003 e 2008/2009, as equações dos gastos anuais com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e cuidados pessoais, fumo e outras despesas.

Em relação às estimativas por arranjo domiciliar, os domicílios que pertenciam aos arranjos unipessoal e casal sem filho tendiam a gastar, em média, menos com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e outras despesas (apenas para o casal sem filho) em comparação aos domicílios do arranjo casal com filho no período de 2002/2003. Com exceção das categorias assistência à saúde para o arranjo casal sem filho e recreação para o unipessoal, que não foram estatisticamente significativos, o mesmo comportamento das demais variáveis de despesa foram observados em 2008/2009, porém houve uma redução entre a média dos gastos entre os arranjos.

O arranjo monoparental apresentou em 2002/2003 um gasto menor também em relação à alimentação, gastando, em média, R\$329,45 a menos que o casal com filho, sendo que em 2008/2009, esse gasto foi R\$164,26 a menos que o casal com filho. Com educação, esse mesmo arranjo apresentou uma redução de gastos em relação ao casal com filho, gastando, em média, R\$79,81 a menos em 2008/2009. Uma possível explicação está na composição desses arranjos, já que o monoparental possui menos membros que o casal com filho, em média 2 moradores no monoparental em comparado com 4 moradores do arranjo casal com filho.

⁹ O teste de Breusch-Pagan foi realizado, onde constatou-se a presença da correlação contemporânea. Assim, estimar os sistemas demanda por SUR seria mais eficiente do que pelo Método dos Mínimos Quadrados (MQO).

Tabela 9 – Resultado do SUR para a POF de 2002/2003.

	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Assistência à Saúde	Educação	Recreação	Higiene	Fumo	Outras Despesas
Arranjos domiciliares										
Unipessoal	-568,58*	-1.238,99*	-176,41*	-606,15*	-242,11*	-347,54*	-40,46***	-61,75*	10,87	-165,81
Casal sem filho	-484,46*	-806,30*	-179,40*	-696,07*	-136,33*	-474,70*	-92,37*	-40,68*	7,04	516,84**
Monoparental	-329,45*	145,71	2,71	-81,05	-11,25	-72,45	2,43	7,69	9,81	-80,00
Composto	208,79	2.390,35*	278,74*	620,11	522,77*	336,43**	-22,82	61,76	3,03	-1.031,74
Família estendida	-42,63	-394,25***	9,77	-316,36**	-12,44	-123,51*	-19,12	10,53	30,00*	-31,93
Localização domiciliar										
Norte	60,80	-1.045,01*	57,86**	19,79	-493,10*	-433,58*	-105,96*	111,38*	-28,67*	-1.389,22*
Nordeste	-580,60*	-2.354,34*	-172,67*	-402,17*	-476,85*	-283,69*	-147,92*	30,01*	-68,19*	-1.467,14*
Centro Oeste	-551,00*	-614,70*	-26,61	692,63*	-256,52*	-172,82*	-98,66*	26,39**	-18,19*	-857,45*
Sul	-127,37***	-369,79**	19,71	531,43*	-331,41*	-239,17*	-34,91**	-15,16	15,53*	-267,53
Rural	280,87*	-1.999,52*	-262,28*	-7,13	-225,71*	-180,52*	-138,76*	-125,13*	-35,48*	-98,82
Características domiciliares										
Número de moradores	782,45*	1.193,11*	339,24*	1.029,86*	441,39*	185,84*	7,93	129,75*	28,07*	640,84**
Renda anual	0,02*	0,09*	0,01*	0,07*	0,02*	0,01*	0,01*	0,00*	0,00*	0,11*
Raça										
Preta	-652,00*	-1.178,50*	-150,27*	-1.158,49*	-400,02*	-188,06*	-78,45*	-80,46*	-11,22	-562,96
Parda	-511,68*	2.522,70*	-137,08***	-868,94*	-260,66*	-143,53*	-62,93*	-55,74*	-12,58*	-293,17**
Amarela	-251,14	-1.239,58*	-196,26*	-658,67	-445,88**	563,31*	159,89**	-62,84	52,18**	-699,75
Indígena	-501,53***	-1.848,82*	-324,94*	-930,06***	-352,30*	-37,16	-70,32	-161,23*	12,49	-963,66
Nível de escolaridade										
Ensino Médio	959,52*	3.046,54*	534,96*	1.700,35*	690,61*	600,60*	281,85*	207,62*	-7,62	1.581,25*
Ensino Superior	2.512,99*	9.621,07*	1.313,08*	5.132,22*	1.962,53*	2.645,56*	911,07*	402,37*	-10,30	5.586,27*

(continua)

Pós-Graduação	3.473,65*	13.651,43*	2.246,11*	7.918,16*	3.047,28*	4.429,99*	1.613,25*	550,54*	-51,14*	12.210,54*
Não informou	-384,65*	-532,67*	-88,67*	-65,32	-254,32*	143,26*	21,87***	-67,79*	-2,85	86,00
Sexo	-412,77*	505,40*	63,30*	-892,58*	62,22***	-38,32	-93,16*	52,10*	-25,55*	-91,44
Idade	16,42*	43,62*	-5,37*	15,06*	17,59*	7,35*	-2,15*	-0,35	0,50*	29,18*
Composição domiciliar										
Total de filhos	-38,95	-826,73*	32,12	-451,63*	-258,61*	-20,09	124,07*	6,45	3,59	-647,21**
Total de parentes	-124,16	-857,12*	-12,69	-485,41*	-313,33*	-108,34**	105,08*	-6,54	6,76	-653,07**
Total de não parentes	51,92	-1.241,64*	58,23	-25,95	-325,78*	-217,38**	208,58*	31,39	22,99	15,38
Total de criança	-625,11*	-632,48*	-416,13*	-904,41*	-232,12*	-185,27*	-160,66*	-166,61*	-36,85*	-13,28
Total de adolescente	-279,13*	-462,00*	-223,67*	-666,26*	-228,06*	-1,53	-118,20*	-78,02*	-24,90*	-180,49
Total de idoso	-103,96**	-112,67	-148,78*	-845,47*	286,75*	-203,49*	-51,32*	-71,31*	-34,21*	-568,83*

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003.

* nível de significância (p<0,01)

** nível de significância (p<0,05)

*** nível de significância (p<0,10)

Tabela 10 - Resultado do SUR para a POF de 2008/2009.

	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Assistência à Saúde	Educação	Recreação	Higiene	Fumo	Outras Despesas
Arranjos domiciliares										
Unipessoal	-409,73*	-1.026,24*	-186,72*	-585,90*	-151,22*	-240,66*	-20,91	-61,21*	19,74*	-759,59**
Casal sem filho	-329,15*	-339,88*	-173,87*	-607,75*	-4,68	-295,29*	-86,33*	-55,35*	10,52*	165,48
Monoparental	-164,26*	-130,11	-37,27	-118,72	22,19	-79,81**	15,85	-6,84	16,89**	-363,93
Composto	1.730,95*	-35,66	23,48	967,51	89,34	174,95	0,43	-15,42	21,60	-1.507,78
Família estendida	-78,45*	-52,71	34,59	-331,38**	70,63	-113,74*	-22,42	-2,41	32,85*	-78,19
Localização domiciliar										
Norte	612,46*	-872,53*	289,54*	-202,67***	-374,64*	-79,51*	-18,38	206,19*	-60,38*	29,33
Nordeste	-61,57	-1.825,11*	-6,70	-267,63*	-270,79*	14,00	-45,94*	63,90*	-69,87*	128,88
Centro Oeste	-486,27*	-367,14*	-85,89*	274,07**	-233,19*	-117,46*	-94,76*	45,02*	-40,31*	-175,11
Sul	391,99*	285,21*	254,58*	915,01*	-91,05**	-108,14*	43,39*	22,18***	14,76*	1.155,08*
Rural	-41,36	-1.375,45*	-263,71*	334,47*	-148,87*	-193,78*	-116,71*	-131,49*	-11,94*	103,72
Características domiciliares										
Número de moradores	720,21*	812,93*	221,57*	1.058,88*	215,56*	44,51	16,16	146,72*	29,43*	-436,57
Renda anual	0,04*	0,10*	0,02*	0,12*	0,03*	0,02*	0,01*	0,01*	0,00*	0,16*
Raça										
Preta	-527,69*	-838,02*	-87,03*	-901,97*	-268,80*	-122,81*	-26,64**	-47,86*	5,76	-189,98
Parda	-298,48*	-844,43*	-82,18*	-559,78*	-235,02*	-116,25*	-46,80*	-41,68*	-3,83	-114,17
Amarela	400,17	-72,62	130,05	-446,75	366,72**	28,24	98,73***	109,88**	-5,57	-1.199,21
Indígena	-247,14	-434,02	-381,34*	-1.461,56*	-330,41*	-182,27**	-87,80**	-220,98*	9,13	-489,06
Nível de Escolaridade										
Ensino Médio	489,49*	1.138,77*	248,44*	654,95*	224,16*	169,91*	103,19*	138,01*	-14,32*	-338,66**

(continua)

Ensino Superior	1.486,69*	3.910,60*	632,78*	2.091,31*	734,66*	648,34*	377,68*	274,97*	-18,58*	332,90
Pós-Graduação	2.015,00*	5.091,31*	798,34*	2.740,57*	1.118,33*	1.129,70*	675,95*	302,03*	-32,84*	2.103,61*
Não informou	25,56	134,71	100,93*	214,05**	-142,89*	377,13*	64,99*	13,44	-7,79**	99,53
Sexo	-365,90*	365,78*	26,14	-657,87*	82,66*	-26,44	-54,06*	53,85*	-13,94*	-103,51
Idade	6,76*	32,54*	-8,42*	-7,22**	11,65*	0,77	-3,15*	-3,25*	0,51*	-2,96
Composição domiciliar										
Total de filhos	-101,58	-584,70*	33,05	-731,96*	-159,58*	59,43	70,71*	-3,42	-3,37	-107,91
Total de parentes	-141,64***	-620,06*	15,21	-737,86*	-173,24*	6,57	68,38*	-2,37	0,79	58,04
Total de não parentes	-1.088,63*	-65,40	174,45***	-1.328,42*	-67,26	-54,50	112,98**	129,27*	18,41	932,44
Total de criança	-497,85*	-380,05*	-286,39*	-641,12*	-72,40*	-111,98*	-96,72*	-174,56*	-30,23*	447,52*
Total de adolescente	-244,45*	-132,64**	-98,33*	-512,99*	-112,88*	11,69	-80,11*	-85,70*	-25,71*	386,19*
Total de idoso	-260,64*	-152,42***	-177,82*	-844,83*	537,00*	-228,83*	-63,66*	-64,69*	-29,19*	-511,42*

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009.

* nível de significância (p<0,01)

** nível de significância (p<0,05)

*** nível de significância (p<0,10)

Por outro lado, no arranjo composto para a POF 2002/2003, apenas algumas das variáveis de despesas foram estatisticamente significativas, apresentando um gasto maior com habitação, vestuário, assistência à saúde e educação, e alimentação para a POF 2008/2009, quando comparadas com o arranjo casal com filhos. Esse maior gasto com essas categorias de despesas também pode ser explicado pela própria configuração dos arranjos, que por apresentarem maior quantidade de membros (em média, 4,8 em 2003, e 4,5 em 2009) e diversidade, como idosos e crianças, os gastos com essas categorias foram maiores.

Quanto aos gastos da família estendida, os domicílios desse arranjo domiciliar apresentaram um gasto menor em relação ao arranjo casal com filho, com habitação em 2002/2003, alimentação em 2008/2009 e, com transporte e educação em ambos os períodos.

Em 2008/2009, houve um aumento das despesas com fumo entre os arranjos domiciliares, quando comparado com o arranjo casal com filho, o unipessoal apresentou um gasto maior, em média R\$19,74, já o casal sem filho R\$10,52, o monoparental R\$16,89 e a família estendida R\$32,85, e R\$30,00 em 2002/2003 quando comparado com o arranjo casal com filho.

Quando se analisa a diferença de gastos em relação à região de residência dos arranjos domiciliares, adotou-se a região Sudeste como referência. Optou-se por selecionar essa região para comparação pelo fato de ser a que abriga o maior número dos arranjos em estudo.

Os gastos com alimentação foram menores nas regiões Nordeste e Sul em 2002/2003 e Centro Oeste em ambos os períodos, enquanto as regiões Norte e Sul em 2008/2009 tiveram um gasto maior quando comparado com o Sudeste.

Os parâmetros estimados para os gastos com habitação também apresentaram de maneira negativa em ambos os períodos analisados, ou seja, os domicílios cujos arranjos situavam nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul (exceção para os de 2008/2009) gastaram menos com habitação do que os situados no Sudeste.

Por outro lado, os arranjos domiciliares que pertenciam à região Norte do país foram os que tiveram, em média, um maior gasto com vestuário, e as regiões Centro-Oeste e Sul, com transporte ao se comparar com a região Sudeste do país.

Em relação às despesas com higiene e produtos pessoais, nos dois períodos analisados, os domicílios de todas as regiões analisadas apresentaram uma média de gasto superior aos do Sudeste para o período 2008/2009.

Já os parâmetros estimados para os gastos com assistência à saúde, educação, recreação e fumo, dos que foram estatisticamente significativos entre os dois períodos analisados, os arranjos domiciliares situados na região Sudeste apresentaram um gasto superior quando comparados aos das demais regiões do país.

O estudo de Santos (2008) analisou a distribuição do consumo entre as regiões brasileiras, e confirmou que existe um comportamento desigual na distribuição do consumo das famílias em todas as regiões do país, sendo que a região Nordeste é onde existe o menor consumo médio per capita em comparação às demais regiões, enquanto o Sudeste apresenta um consumo maior.

Casali et al. (2010) afirmam que o Brasil se divide em regiões que apresentam grandes disparidades entre si, sendo desequilibradas economicamente. A região Sudeste, principalmente a partir do século XX, apresenta maior padrão de concentração de produção e renda. E, isso pode ter sido um fator que impactou nos gastos dos arranjos domiciliares em estudo, uma vez que a maioria das categorias de despesas apresentou um gasto maior entre os arranjos situados na região Sudeste quando comparada às demais regiões do país.

Além disso, os parâmetros estimados em relação aos domicílios localizados na área rural, dos que foram estatisticamente significativos, apresentaram uma relação negativa em 2002/2003, ou seja, por residirem na área rural os domicílios obtiveram um gasto menor com habitação, vestuário, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e fumo quando comparados aos situados na área urbana. Com exceção das despesas com transporte, o mesmo ocorreu no período de 2008/2009.

O fato de residir na área urbana apresenta mais gastos por parte dos domicílios em estudo, isso reflete o fato de esse meio apresentar maior disponibilidade de bens e serviços fazendo com que o consumo seja maior nessa área de residência.

Um exemplo de maiores gastos na área urbana seria com educação, onde nas cidades a opção por escolas particulares se faz presente. Além desse tipo de gasto, outros são pertinentes, como no caso de despesas com recreação e lazer, onde os gastos com cinema, clubes, acarretam maiores gastos no meio urbano. Por outro lado, o maior gasto

com transporte no meio rural deve ocorrer devido à localização desses domicílios por necessitarem de meios de transporte para atenderem suas necessidades de deslocamentos.

O número de pessoas presente em cada arranjo domiciliar também afeta o consumo de bens e serviços, sendo que a cada aumento de um morador no domicílio, ocasiona um aumento no consumo em todas as categorias de despesas analisadas. A média dos maiores gastos observados com o aumento de uma pessoa no domicílio, em ambos os períodos, foi com habitação, transporte e alimentação (R\$1.193,11, R\$1.029,86, R\$782,45 em 2002/2003, e, R\$812,93, R\$1.058,88, R\$720,21 em 2008/2009, respectivamente). Esse maior gasto das categorias de despesas com o aumento do número de moradores nos domicílios já era de se esperar, pois cada membro dos arranjos domiciliares possui necessidades e desejos diferentes o que pode acarretar o aumento dos gastos.

A renda anual dos domicílios em estudo também teve impacto relevante no consumo de bens e serviços nos dois períodos em análise. Dos 10 parâmetros estimados para cada POF, todas as categorias foram estatisticamente significativas e positivas, ou seja, o aumento em uma unidade na renda (R\$1,00), é um fator que influencia no consumo de bens e serviços, sendo que esse aumento acarreta um consumo maior em todas as categorias de despesas em análise.

Barreto (2014), analisando a expansão do consumo e seus impactos sobre o comércio no período de 2003 a 2013, constatou que a expansão da massa salarial, por meio da redução nos índices de desemprego e da melhoria da renda, aumentou o poder de compra da população, o que favoreceu o consumo. Assim, diante dos dados encontrados nesse estudo, pode-se perceber como a renda domiciliar afeta no consumo de bens e serviços, seu aumento também acarreta acréscimo do consumo.

Dos 40 parâmetros estimados para a raça da pessoa de referência de cada POF, obteve-se 33 estimadores estatisticamente significativos para a POF de 2002/2003 e 25 para a de 2008/2009. Dos que foram significativos, a maioria dos estimadores das raças preta, parda, amarela e indígena apresentaram um consumo menor com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e cuidados pessoais quando se comparado com a raça branca, haja visto que a maior representatividade entre os arranjos era da raça branca. Em 2002/2003, apenas a raça parda apresentou um consumo maior com habitação, e a amarela com educação, recreação

e fumo. Já em 2008/2009, apenas os arranjos cuja pessoa de referência se autodeclarou amarela gastaram a mais com assistência à saúde, recreação e higiene quando comparados com a pessoa de referência da raça branca.

Em relação ao nível de escolaridade da pessoa de referência dos arranjos domiciliares, foram estimados ao todo 40 parâmetros para cada POF. Para as duas POFs analisadas, 35 parâmetros foram estatisticamente significativos, sendo que destes, seis foram negativos para a categoria de despesas com fumo, ou seja, ter ensino médio, superior ou pós-graduação fez com que os arranjos domiciliares gastassem menos com fumo quando comparado com os arranjos cuja pessoa de referência possuía apenas o ensino fundamental. Uma explicação para esse resultado é que pessoas mais escolarizadas podem ter um conhecimento maior dos males que o fumo pode causar para a saúde, evitando, assim, o seu consumo.

Quanto às outras categorias de despesas, o fato da pessoa de referência dos arranjos em estudo terem o ensino médio, superior ou pós-graduação fez com que os arranjos domiciliares possuíssem um gasto superior com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene e produtos pessoais em ambos os períodos analisados e com outras despesas em 2002/2003 quando se comparado com os arranjos cuja pessoa de referência possuía apenas o ensino fundamental. Os domicílios cuja a pessoa referência possuía maior escolaridade apresentou também maior renda total mensal, o que pode ter contribuído para aumentar a aquisição de bens e serviços nesses arranjos.

O fato de os arranjos domiciliares possuírem como pessoa de referência a mulher também afetou nos gastos com bens e serviços. Estes arranjos apresentaram, em média um gasto maior com habitação, assistência à saúde e higiene para ambos os períodos analisados, e, além disso com vestuário em 2002/2003. As mulheres muitas vezes se preocupam mais com as coisas do lar, como o design interior, com a saúde e higiene, gastam mais também com salão de beleza. Além disso, a maior expectativa de vida para as mulheres fez com que os domicílios em que eram a pessoa de referência possuíssem mais idosos e, conseqüentemente, os gastos com saúde aumentam.

Del-Vechio et al. (2007) afirmam que as mulheres gostam e se importam mais em comprar, sendo algo que lhes proporciona prazer, são atentas aos detalhes, buscam por informações sobre os produtos e questionam sobre os mesmos. Além disso, muitas delas

não consideram o preço das mercadorias como o fator de maior peso na decisão de compra.

A pesquisa divulgada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL,2016) também demonstra que o maior consumo pelas mulheres se deve ao fato de que por elas já terem as responsabilidades do trabalho, os cuidados e tarefas com a casa e a educação dos filhos, boa parte delas se sentem mais sobrecarregada com a rotina diária do que o cônjuge, e por isso acabam adquirindo produtos e serviços com o intuito de facilitar sua vida, garantindo assim mais tempo livre, reduzindo o cansaço e o estresse.

A idade da pessoa de referência do domicílio também apresentou alteração no consumo, sendo que o aumento de uma unidade na idade dessa pessoa fez com que aumentasse o consumo de alimentação, habitação, transporte, assistência à saúde, educação, fumo e despesas diversas em 2002/2003. Em 2008/2009, esse aumento foi observado apenas para as categorias alimentação, habitação, assistência à saúde e fumo.

Por outro lado, os gastos com vestuário e recreação em 2003 e em 2009, e com transporte e higiene em 2009 foram negativos em relação à idade da pessoa de referência, ou seja, essas categorias apresentaram um gasto menor em relação à idade da pessoa de referência. Esses dados indicam que o aumento da idade da pessoa de referência dos domicílios não influenciou em maiores gastos com bens e serviços supérfluos, como o lazer e vestuário em ambos os períodos analisados, o que pode ser reflexo também das condições econômicas que o país vivenciou, o que fez com que as famílias se preocupassem mais em poupar e, assim, evitar esses tipos de despesas.

Quando se analisa a presença ou não de algumas pessoas nos arranjos domiciliares, como a presença de filhos, parentes, não parentes, crianças, adolescentes e, ou idosos percebe-se que isso também afeta na demanda por bens e serviços entre os arranjos domiciliares. Foram estimados 60 parâmetros em relação a essas categorias para cada POF em estudo. No período de 2002/2003, 41 parâmetros foram estatisticamente significativos, e, em 2008/2009, 43 parâmetros.

Assim, em 2002/2003 e em 2008/2009, o fato de aumentar em uma unidade o número de filhos, ou de parentes, ou ainda não parentes nos arranjos domiciliares acarretou em um aumento na média das despesas com recreação. O mesmo acontece quando aumentou o número de idoso nos arranjos, havendo um acréscimo nos gastos com assistência à saúde, já que esse segmento da população carece de maiores atendimentos

médicos, remédios e adquirem mais planos de saúde. Além disso, em 2008/2009, o aumento do número de não parentes nos arranjos domiciliares fez com que aumentasse os gastos com vestuário, higiene e produtos pessoais; e, o aumento do número de crianças e de adolescentes nos arranjos domiciliares também fez com que aumentasse os gastos com outras despesas.

Por outro lado, tanto em 2002/2003 como em 2008/2009, para a maioria das categorias de despesas, o fato de aumentar o número de crianças, adolescentes e idosos possui uma relação negativa, ou seja, estima-se que o aumento desses indivíduos nos arranjos domiciliares diminui a média de gastos com alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde (exceção para o aumento de idosos), educação, recreação, higiene e com fumo. Isso pode indicar que o aumento de membros nos domicílios contribui para o consumo conjunto e com isso reduz os gastos nessas categorias de despesas, uma vez que as compras por atacado acabam por compensar em determinados casos, e também dividir as taxas de aluguel, condomínio entre outras, diminuem as despesas quando se compara com um arranjo onde a pessoa vive só. Como afirma Sette (2017), famílias maiores se beneficiam dos ganhos de economia de escala e consumo conjunto, pois elas obtêm ganho com compras em maiores quantidades, principalmente ao fazer uso conjunto de imóveis e automóveis.

Foi notório com a realização do SUR que o consumo de bens e serviços entre os arranjos domiciliares em estudo no período de 2002/2003 e de 2008/2009 não foi homogêneo. Em cada período existiram fatores que influenciaram no consumo, como por exemplo a renda total do domicílio. Além disso, fatores como idade e nível de escolaridade da pessoa de referência, a composição desses arranjos, a região e área de residência também trouxeram impactos quanto aos gastos dos arranjos. Observa-se também com a realização do modelo que a diferença da média de gasto por categoria de despesas foi menor entre os arranjos domiciliares no período entre 2008/2009, quando se compara com os resultados obtidos no período de 2002/2003.

O crescimento econômico ocorrido no país no decorrer dos períodos analisados pode ter contribuído para essa diminuição da diferença entre os gastos dos arranjos domiciliares brasileiros, haja visto que foi um período em que houve uma melhoria na distribuição da renda entre a população brasileira, principalmente entre os mais pobres, fazendo com que esse segmento da população aumentasse seu poder de compra. De

acordo com Meressi e Silva (2016), a expansão do crédito ocorrida no país entre 2003 a 2011, a ampliação das transferências de renda associadas à política social, como a criação e expansão do Programa Bolsa Família, e a política de valorização real do salário mínimo fizeram com que o mercado interno brasileiro fosse dinamizado, seja por ter aumentado o poder de compra por meio do crédito, ou pelo impulso ao consumo através do aumento da renda dos segmentos mais pobres.

4.5. Condições de vida dos arranjos domiciliares

Nesta quinta parte do trabalho, busca-se fornecer estimativas das condições de vida dos arranjos domiciliares no Brasil, ampliando a análise para além da dimensão da renda e do consumo. Para esta análise específica, utilizou-se os registros de “pessoas”, que consiste nas características de cada pessoa do domicílio, além do registro de “condições de vida” de ambas as POFs estudadas.

As POFs de 2002/2003 e 2008/2009 apresentam muitas diferenças no que diz respeito às variáveis subjetivas. Na POF 2008/2009, há inclusão de variáveis importantes que infelizmente não constam no banco de dados da POF 2002/2003, impedindo, desta forma, uma comparação mais ampla. Assim, para realizar a comparação entre os dois períodos, efetuou-se uma análise utilizando os indicadores comuns nas duas POFs, o que pode não condizer totalmente com o conceito de qualidade de vida que abarca inúmeras variáveis.

A POF 2008/2009 investigou, em um questionário específico, a percepção da população em relação a alguns aspectos de qualidade de vida no que diz respeito às condições de moradia, facilidade para chegar ao final do mês com os rendimentos familiares e a avaliação da suficiência e do tipo do alimento consumido. Esta foi a segunda vez em que esse tema foi pesquisado, sendo a primeira para a POF 2002/2003 (IBGE, 2010).

A importância de se analisar as condições de vida dos diferentes arranjos domiciliares em estudo se deve à necessidade de melhor compreender a realidade desses domicílios no Brasil, haja visto que a literatura referente às condições de vida apresenta-se limitada a determinados segmentos da população, como por exemplo, pesquisas relacionadas à saúde do idoso (MEIRA et al., 2014), aos professores da educação básica

(MATIJASCIC, 2017), às mulheres e negros na sociedade brasileira (MARCONDES et al., 2013) e, ou estão limitadas a determinados municípios brasileiros (SILVA, TOMANIK, 2011). Os que abordam as condições de vida dos arranjos familiares estão restritos aos que corresidem com idosos como o estudo de Meira et al. (2014). A pesquisa de Pires (2012) também analisa alguns arranjos domiciliares analisados a partir de dados da POF 2008/2009, mas não os comparam com a POF de 2002/2003 e não abordam todos os arranjos aqui estudados. Há também a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2014) que apresenta uma análise das condições de vida da população brasileira a partir de dados da PNAD de 2013, abordando indicadores de alguns arranjos domiciliares, mas, assim como o estudo de Pires (2012), não os compara com o período aqui analisado e nem estuda todos os arranjos.

De acordo com Ribeiro e Barbosa (2006, p. 2-3) o conceito de condição de vida é

eminente subjetivo, uma vez que, na sua concepção estão aspectos relacionados com o atendimento de necessidades vitais básicas tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, dentre outras. O atendimento destas necessidades garante aos indivíduos melhores condições de vida e bem-estar. A avaliação das condições de vida de uma população pressupõe a utilização de indicadores sociais.

Deve-se levar em consideração que a avaliação das condições de vida, pela ótica do próprio entrevistado, representa a percepção que ele tem de sua posição na vida e no contexto social em que está inserido. Retrata, portanto, um conjunto de valores onde estão presentes suas aspirações, objetivos, preocupações em relação com o seu modo de produzir e se reproduzir na sociedade (RIBEIRO, BARBOSA, 2006, p. 2-3).

Nesse sentido, Meira et al. (2014) afirmam que as condições de vida da população podem ser afetadas por gastos elevados com assistência à saúde, a desigual distribuição de renda, as condições precárias de alimentação, escolaridade e habitação.

Oliveira e Valla (2001) ressaltam a importância de estudar as condições de vida da população, por apontar a realidade da situação social e econômica dos indivíduos, determinando o surgimento e o agravamento de problemas na saúde, saneamento, educação, transporte, dentre outros. Ainda para os autores, as “condições de vida referem-se, então, ao campo de ação onde os atores se movem e atuam, buscando formas de enfrentamento destes problemas e de suas determinações como um todo” (OLIVEIRA, VALLA, 2001, p. 80).

Assim, ao realizar as análises das condições de vida dos arranjos domiciliares em estudo das POFs 2002/2003 e 2008/2009, em relação à percepção das famílias sobre seu rendimento total permitia levar a vida até o final do mês, foram criadas duas

categorias, sendo a primeira referente a se a pessoa apresentou dificuldade para chegar até o final do mês (composta pelas categorias disponibilizadas nas bases de dados muita dificuldade, dificuldade e/ou alguma dificuldade), e, a outra, facilidade (composta pelas categorias alguma facilidade, facilidade e/ou muita facilidade).

Além disso, foi avaliada a capacidade financeira dos arranjos domiciliares em relação ao pagamento de algumas despesas, ou seja, se possuíam atraso ou não no pagamento de: despesas com aluguel ou prestação do domicílio em que residiam; água, eletricidade, gás e outras; prestações de bens ou serviços adquiridos pelos arranjos nos últimos 12 meses.

Foi possível notar, de acordo com a Tabela 11, que todos os arranjos domiciliares possuíam dificuldade para chegar até o final do mês com o rendimento total. Houve uma melhora nessa percepção de 2003 para 2009, sendo que os arranjos monoparental e família estendida foram os que apresentaram maiores dificuldades, talvez pela própria configuração destes.

Quanto à avaliação da capacidade dos arranjos domiciliares de pagamento de despesas com aluguel, água, luz, gás e prestações de bens ou serviços adquiridos, todos os arranjos possuíam atrasos no pagamento de suas contas, principalmente o arranjo monoparental, vindo em seguida o casal com filhos e família estendida. Os arranjos pertencentes à POF 2008/2009 foram os que possuíam maior atraso com as despesas de aluguel e prestações de bens ou serviços adquiridos. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de que após 2005, os valores dos novos aluguéis passaram a ter acréscimos maiores do que os índices inflacionários (SECOVI, 2013), fato que pode ter contribuído para que os arranjos domiciliares tivessem dificuldade para cumprir com seus compromissos orçamentários.

Tabela 11 – Percepção sobre a renda disponível para pagamento das despesas mensais e capacidade de pagamento de algumas despesas, Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Renda		Atraso de aluguel		Atraso com água, luz e gás		Atraso de prestações de bens ou serviços	
	Dificuldade	Facilidade	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Unipessoal								
POF 2002/2003	78,48	21,52	7,02	92,98	26,68	73,32	16,80	83,20
POF 2008/2009	65,34	34,66	16,24	83,76	24,36	75,64	19,77	80,23

(continua)

Casal sem Filhos								
POF 2002/2003	76,16	23,84	6,98	93,02	27,00	73,00	18,79	81,21
POF 2008/2009	66,52	33,48	16,57	83,43	25,14	74,86	21	79,00
Casal com Filhos								
POF 2002/2003	86,62	13,38	8,03	91,97	43,85	56,15	30,15	69,85
POF 2008/2009	77,34	22,66	24,70	75,30	41,30	58,70	33,18	66,82
Monoparental								
POF 2002/2003	90,36	9,64	8,17	91,83	47,22	52,78	28,29	71,71
POF 2008/2009	80,71	19,29	28,85	71,15	42,55	57,45	34,02	65,98
Família Estendida								
POF 2002/2003	89,32	10,68	6,20	93,80	46,89	53,11	31,08	68,92
POF 2008/2009	80,24	19,76	20,57	79,43	41,69	58,31	32,15	67,85
Domicílio Composto								
POF 2002/2003	80,28	19,72	9,71	90,29	42,14	57,86	30,98	69,02
POF 2008/2009	64,82	35,18	15,44	84,56	32,25	67,75	26,98	73,02
Outros Arranjos								
POF 2002/2003	83,23	16,77	-	-	35,02	64,98	-	100
POF 2008/2009	100	-	-	100	100	-	-	100

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

No tocante à avaliação das condições de moradia dos arranjos domiciliares em estudo, essa variável foi avaliada como “boa”, “satisfatória” ou “ruim”. Nos dois períodos analisados, 2002/2003 e 2008/2009, as pessoas de referência dos arranjos consideraram como boas suas moradias, principalmente no período de 2009, além de apresentarem satisfeitos com as condições de moradia, como pode ser visto na Tabela 12. É muito provável que o fato de os arranjos domiciliares terem dificuldade com o rendimento para chegar ao final do mês contribuísse para que os domicílios destinassem suas rendas para as necessidades básicas e mais urgentes do domicílio do que para a melhoria de suas habitações.

Ainda sobre as condições de moradia, Morais e Cruz (2011, p. 102) afirmam que os estudos empíricos ressaltam que as condições de ocupação das moradias “depende do estágio das famílias ao longo do ciclo de vida, da renda, da riqueza, da disponibilidade de crédito, da política tributária do governo e das expectativas inflacionárias, entre outros aspectos”. Assim sendo, a renda não é o único fator influenciador, sendo que outros fatores também podem impactar nas condições de moradia da população.

Tabela 12 - Avaliação das condições de moradia, rua barulhentas, existência de problemas ambientais e violência na área de residência dos arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Condições de moradia			Rua barulhenta		Problemas ambientais		Violência	
	Boa	Satisfatória	Ruim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Unipessoal									
POF 2002/2003	53,91	33,26	12,82	22,27	77,73	20,91	79,09	27,56	72,44
POF 2008/2009	57,58	33,97	8,45	24,36	75,64	19,66	80,34	29,62	70,38
Casal sem Filhos									
POF 2002/2003	58,13	32,31	9,56	24,44	75,56	20,70	79,30	25,03	74,97
POF 2008/2009	59,45	34,94	5,61	25,48	74,52	19,73	80,27	28,17	71,83
Casal com Filhos									
POF 2002/2003	49,49	37,49	13,02	22,62	77,38	18,93	81,07	27,68	72,32
POF 2008/2009	50,51	40,19	9,30	26,56	73,44	19,46	80,54	29,87	70,13
Monoparental									
POF 2002/2003	47,87	34,27	17,86	25,13	74,87	21,72	78,28	31,57	68,43
POF 2008/2009	44,52	42,23	13,25	29,18	70,82	19,75	80,25	35,38	64,62
Família Estendida									
POF 2002/2003	47,87	34,27	17,86	24,03	75,97	19,10	80,90	27,75	72,25
POF 2008/2009	49,00	40,93	10,07	26,57	73,43	19,01	80,99	32,5	67,5
Domicílio Composto									
POF 2002/2003	47,47	37,33	15,20	25,28	74,72	20,57	79,43	31,59	68,41
POF 2008/2009	58,32	33,62	8,07	26,54	73,46	23,64	76,36	34,74	65,26
Outros Arranjos									
POF 2002/2003	-	64,98	35,02	16,77	83,23	51,79	48,21	-	100
POF 2008/2009	44,21	55,79	-	44,21	55,79	44,21	55,79	-	100

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

Em relação à existência de problemas com barulho proveniente da rua ou de vizinhos, com poluição ou problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústria, e, ou violência ou vandalismo na área de residência da família, constata-se que alguns arranjos apresentaram alguns destes problemas onde residiam, sendo que os dois últimos problemas tiveram maior destaque entre os arranjos domiciliares, havendo um aumento ainda em 2009 quando comparados com os arranjos de 2003.

O Atlas da Violência 2018, realizado pela IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, FBSP, 2018) apontam que há um aumento da violência intencional no Brasil, que nos últimos dez anos, em que 553 mil pessoas perderam suas vidas devido a

isso. Nesse mesmo período, houve um crescimento gradativo da violência letal no país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. No Rio de Janeiro, isso também não foi diferente, apesar de que houve uma diminuição entre 2003 a 2012, mas a partir de 2012, observou-se uma oscilação nos indicadores de letalidade violenta, e em 2016 houve forte crescimento nos índices, sendo essa transição sinalizada pelo final das Olimpíadas, quando a falência econômica e política deram a tônica ao novo cenário. Por outro lado, São Paulo apresentou uma diminuição das taxas de homicídios, iniciada em 2000, que podem estar associadas às políticas sobre o controle responsável das armas de fogo; bem como a melhorias no sistema de informações criminais e na organização policial; a redução acentuada na proporção de jovens na população; às melhorias no mercado de trabalho. A Paraíba e o Espírito Santo também tiveram destaques na redução das taxas de homicídio, estando associadas aos investimentos dos governadores na questão da segurança pública.

No que se refere ao acesso dos domicílios aos serviços de água, coleta de lixo, iluminação de rua, escoamento de água de chuva e fornecimento de energia elétrica, as POFs pesquisaram se as condições de acesso a esses serviços eram “boas”, “ruins” ou “não possuíam”. Conforme as Tabelas 13 e 14, foi notório que esses serviços básicos ainda não eram uma totalidade de acesso entre os arranjos domiciliares no país, apesar de ter melhorado os índices ou a percepção das pessoas de referência dos domicílios quanto ao acesso desses serviços do período de 2002/2003 para 2008/2009, com exceção dos arranjos monoparental e do domicílio composto para coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica. Os serviços de iluminação de rua e o escoamento de água de chuva foram os que apresentaram maiores porcentagens de avaliação como ruim ou não disponível.

Leoneti et al. (2011) corroboram afirmando que apesar dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário proporcionarem benefícios para a saúde da população, no Brasil ainda existe uma grande desigualdade e déficit no acesso em relação à coleta e tratamento de esgoto. Os autores ainda destacam que a quantidade de água necessária para o desenvolvimento das atividades humanas está cada vez mais aumentando no país, e que por outro lado, a quantidade de água potável ou de água que possa ser utilizada para satisfazer às nossas necessidades não aumentou, e que isso se deve também à falta de uma definição das responsabilidades peculiares à União, estados,

Distrito Federal e municípios de aplicação e planejamento correto dos recursos em saneamento.

Tabela 13 – Distribuição percentual da avaliação de acesso à serviços de água, coleta de lixo e iluminação de rua por arranjo domiciliar. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Água			Coleta de Lixo			Iluminação de rua		
	Bom	Ruim	Não tem	Bom	Ruim	Não tem	Bom	Ruim	Não tem
Unipessoal									
POF 2002/2003	75,01	11,67	13,31	79,50	7,39	13,11	69,14	18,38	12,48
POF 2008/2009	77,88	13,13	9,00	80,93	9,27	9,81	73,17	17,86	8,97
Casal sem Filhos									
POF 2002/2003	72,36	12,92	14,72	74,57	8,70	16,73	65,28	18,86	15,86
POF 2008/2009	77,17	13,95	8,88	76,92	10,25	12,82	66,57	21,67	11,77
Casal com Filhos									
POF 2002/2003	69,57	14,18	16,25	71,43	9,95	18,62	59,62	23,03	17,35
POF 2008/2009	73,48	15,76	10,75	73,97	11,97	14,06	62,03	25,42	12,55
Monoparental									
POF 2002/2003	74,81	14,34	10,84	79,84	9,38	10,78	67,23	23,01	9,76
POF 2008/2009	77,77	14,27	7,97	79,37	11,76	8,86	66,20	26,60	7,20
Família Estendida									
POF 2002/2003	70,26	15,30	14,44	73,72	10,50	15,77	65,13	20,49	14,38
POF 2008/2009	73,70	17,05	9,25	76,34	11,50	12,16	66,44	23,49	10,07
Domicílio Composto									
POF 2002/2003	76,36	12,29	11,35	78,04	10,23	11,73	61,02	27,97	11,00
POF 2008/2009	75,79	14,79	9,42	74,47	15,64	9,90	64,09	26,99	8,92
Outros Arranjos									
POF 2002/2003	100	-	-	100	-	-	100	-	-
POF 2008/2009	55,79	44,21	-	55,79	44,21	-	55,79	44,21	-

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

Tabela 14 – Distribuição percentual da avaliação de acesso escoamento de água da chuva e fornecimento de energia elétrica por arranjo domiciliar. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Escoamento de água de chuva			Fornecimento de energia elétrica		
	Bom	Ruim	Não tem	Bom	Ruim	Não tem
Unipessoal						
POF 2002/2003	61,31	17,55	21,15	88,69	6,19	5,12
POF 2008/2009	67,06	23,80	9,14	90,74	6,78	2,48
Casal sem Filhos						
POF 2002/2003	58,94	18,37	22,69	90,41	5,70	3,89

(continua)

POF 2008/2009	65,15	24,15	10,70	90,24	8,20	1,56
Casal com Filhos						
POF 2002/2003	51,23	20,64	28,14	88,17	6,81	5,02
POF 2008/2009	59,85	27,76	12,39	88,29	9,62	2,09
Monoparental						
POF 2002/2003	55,15	23,68	21,18	90,56	5,95	3,49
POF 2008/2009	61,49	29,90	8,62	89,46	8,79	1,75
Família Estendida						
POF 2002/2003	53,82	21,12	25,06	88,43	7,13	4,44
POF 2008/2009	61,09	27,94	10,97	89,07	9,15	1,78
Domicílio Composto						
POF 2002/2003	59,72	20,61	19,67	90,16	7,11	2,73
POF 2008/2009	60,92	29,82	9,26	88,94	9,61	1,44
Outros Arranjos						
POF 2002/2003	48,21	51,79		100	-	-
POF 2008/2009	100	-		100	-	-

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

A percepção das pessoas de referência dos arranjos domiciliares quanto à existência ou não de problemas nos domicílios com: pouco espaço, casa escura, telhado com goteira, fundação, paredes ou chão úmidos, madeiras das portas, janelas ou assoalhos deteriorados também foi investigado pelas POFs 2002/2003 e 2008/2009, tendo como categorias “sim” caso o domicílio apresentasse o problema, e, “não” caso não possuísse. Conforme a Tabela 15, os arranjos que mais avaliaram seus domicílios quanto à presença desses problemas foram família estendida e monoparental, sendo que para pouco espaço o arranjo casal com filhos também apresentou o maior índice.

Tabela 15 – Avaliação da existência de problemas nos domicílios onde residiam os arranjos domiciliares. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Pouco espaço		Casa escura		Telhado com goteira		Fundação ou paredes úmidas		Madeiras deteriorados	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Unipessoal										
POF 2002/2003	28,31	71,69	17,45	82,55	29,12	70,88	25,97	74,03	27,63	72,37
POF 2008/2009	24,86	75,14	16,56	83,44	24,74	75,26	25,96	74,04	24,72	75,28
Casal sem Filhos										
POF 2002/2003	30,53	69,47	18,30	81,70	27,96	72,04	23,61	76,39	23,16	76,84
POF 2008/2009	26,41	73,59	15,59	84,41	22,84	77,16	24,58	75,42	18,79	81,21

(continua)

Casal com Filhos										
POF 2002/2003	45,50	54,50	19,07	80,93	32,68	67,32	30,52	69,48	28,86	71,14
POF 2008/2009	42,40	57,60	18,96	81,04	29,37	70,63	31,30	68,70	25,82	74,18
Monoparental										
POF 2002/2003	41,32	58,68	22,39	77,61	39,30	60,70	36,29	63,71	35,28	64,72
POF 2008/2009	40,10	59,90	20,64	79,36	35,24	64,76	35,77	64,23	32,32	67,68
Família Estendida										
POF 2002/2003	42,95	57,05	22,13	77,87	40,18	59,82	33,63	66,37	36,21	63,79
POF 2008/2009	42,38	57,62	21,35	78,65	36,76	63,24	33,88	66,12	32,49	67,51
Domicílio Composto										
POF 2002/2003	34,69	65,31	13,08	86,92	29,39	70,61	25,17	74,83	28,60	71,40
POF 2008/2009	34,01	65,99	18,56	81,44	29,59	70,41	30,19	69,81	25,82	74,18
Outros Arranjos										
POF 2002/2003	83,23	16,77	-	100	35,02	64,98	-	100	16,77	83,23
POF 2008/2009	100	-	44,21	55,79	44,21	55,79	44,21	55,79	55,79	44,21

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

Já a percepção dos arranjos domiciliares em relação à quantidade de alimentos consumidos, foi avaliado como “suficiente” ou “insuficiente” essa quantidade, sendo que na categoria “insuficiente” foi agregado as categorias “normalmente não é suficiente” e “às vezes não é suficiente” que as POFs trabalham, e a categoria “suficiente” corresponde a “é sempre suficiente” que as bases de dados fornecem.

A Tabela 16 mostra que a quantidade de alimentos consumidos pelos arranjos domiciliares, mesmo sendo avaliada como suficiente na maior parte dos arranjos em 2009, havendo até uma melhoria quando comparado com 2003, ainda foi alta a porcentagem de avaliação dos domicílios que consideraram ser insuficiente a quantidade de alimentos consumidos em ambos os períodos.

Nos arranjos monoparental e família estendida, em 2003 a maioria dos domicílios declararam ser insuficiente a quantidade de alimento consumido. Infere-se que, nesses arranjos, o rendimento total do domicílio tenha influência nessa avaliação, pois foram os que apresentaram maiores dificuldades para que seu rendimento total chegasse até o final do mês. Além disso, constatou-se que quando os arranjos domiciliares foram questionados a respeito do tipo de alimento consumido, todos os arranjos declararam que nem sempre consomem o tipo de alimento que querem, sendo que a razão de não se alimentarem como querem ocorrer devido a renda não permitir, mesmo havendo uma melhora nos percentuais de 2003 para 2009.

Tabela 16 – Avaliação da quantidade e tipo de alimento consumidos, e as razões de não se alimentar como quer. Brasil, 2002/2003 e 2008/2009.

Arranjos Domiciliares	Quantidade de alimento		Tipo de alimento			Razão de não se alimentar como quer		
	Insuficiente	Suficiente	Sempre do tipo que quer	Nem sempre do tipo que quer	Raramente do tipo que quer	Renda não permite	Alimentos não são encontrados	Outras razões
Unipessoal								
POF 2002/2003	36,76	63,24	39,37	46,61	14,02	87,41	3,49	9,10
POF 2008/2009	26,04	73,96	48,58	40,76	10,65	85,30	3,15	11,55
Casal sem Filhos								
POF 2002/2003	35,14	64,86	35,89	52,61	11,49	91,98	2,36	5,66
POF 2008/2009	25,16	74,84	44,64	46,49	8,87	87,81	3,53	8,66
Casal com Filhos								
POF 2002/2003	46,85	53,15	25,28	58,03	16,69	93,89	1,87	4,24
POF 2008/2009	36,24	63,76	32,74	54,40	12,86	91,45	2,75	5,81
Monoparental								
POF 2002/2003	53,56	46,44	23,08	54,40	22,52	94,18	1,68	4,14
POF 2008/2009	41,79	58,21	29,66	53,25	17,09	94,23	1,67	4,10
Família Estendida								
POF 2002/2003	54,24	45,76	20,72	59,32	19,96	93,51	2,36	4,13
POF 2008/2009	43,42	56,58	28,28	56,58	15,14	92,59	2,38	5,03
Domicílio Composto								
POF 2002/2003	36,73	63,27	36,74	49,71	13,55	87,49	5,18	7,33
POF 2008/2009	32,96	67,04	42,57	46,71	10,71	82,33	3,35	14,32
Outros Arranjos								
POF 2002/2003	-	100	100	-	-	-	-	-
POF 2008/2009	100	-	-	44,21	55,79	100	-	-

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003; 2008/2009.

De acordo com Rodrigues (2014), a elevação dos níveis de privação de consumo de alimentos reflete em uma baixa qualidade de vida da população, uma vez que as pessoas tendem a se privar de outros gastos para satisfazer suas necessidades mais básicas e imediatas, como a alimentação.

Diante da avaliação das condições de vida dos arranjos domiciliares nota-se que houve uma melhoria no período de 2002/2003 para 2008/2009, no que diz respeito ao rendimento total do domicílio para se chegar até o final do mês, a capacidade de pagamento de algumas despesas, da quantidade e tipo de alimento consumido, e as razões de não se alimentar como quer, das condições de moradia, do acesso a serviços de água, coleta de lixo, iluminação da rua, escoamento da água da chuva e fornecimento de energia elétrica, da existência de problemas nos domicílios onde residiam. Porém o percentual dos arranjos que não fizeram uma boa avaliação desses itens ainda foi alto, principalmente para os arranjos monoparental e família estendida. Por outro lado, houve uma piora nos índices de avaliação dos arranjos domiciliares no que se refere à rua barulhenta e violência ou vandalismo onde residiam os arranjos de 2003 para 2009.

Os dados encontrados estão de acordo com os estudos de Maia e Buainain (2011) e Rodrigues (2014) no que se refere à melhoria das condições de vida da população brasileira. Na visão de Rodrigues (2014), o Brasil vem apresentando grandes modificações nas últimas décadas, principalmente no que se refere à distribuição dos rendimentos e nos indicadores de pobreza de sua população, já que houve um aumento da renda, principalmente entre os mais vulneráveis, e, devido a esse fator, surge a melhora das percepções de qualidade de vida da população. Os resultados apresentados pelos Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (BRASIL, 2012) também demonstram que houve uma melhoria nas condições de vida e de acesso a serviços de saúde em todas as regiões do país no período de 2001 a 2012, e que um reflexo disso foi o aumento da expectativa de vida ao nascer.

Porém, Maia e Buainain (2011) ressaltam que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para superar carências e melhorar os indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida. Haja visto que o Brasil apresenta uma alta incidência de pobreza e elevada desigualdade na distribuição da renda (BARROS et al., 2006). Isso implica em precárias condições de vida para uma significativa parcela da população, uma

vez que a renda é fator determinante na obtenção de bens e serviços essenciais para assegurar uma melhor qualidade de vida (RIBEIRO, BARBOSA, 2006).

Assim sendo, percebe-se que no Brasil a desigualdade de acesso aos serviços básicos, alimentação e renda entre todos da população ainda permanece. Essa desigualdade populacional foi visível nos dados apresentados. Portanto, muito deve ainda ser feito por parte dos governantes, pois faltam políticas públicas e fiscalizações que garantam a igualdade entre todos.

5. CONCLUSÕES

O objetivo dessa pesquisa consistiu em caracterizar e delinear o perfil e as condições de vida de alguns arranjos domiciliares existentes no Brasil, bem como analisar o consumo desses arranjos, fazendo um paralelo com o momento econômico em que o país estava vivenciando entre 2003 e 2009.

As famílias têm passado por muitas transformações, ao longo do último século, o que está acarretando mudanças em sua constituição, no seu tamanho, nos tipos de arranjos e no consumo, já que elas vêm se modificando, se adaptando a cada processo e se ajustando às mudanças econômicas, sociais e demográficas pelas quais a sociedade vivencia.

Os arranjos domiciliares não podem ser descritos ou assimilados como algo estático e único, mas, sim, em modelos distintos e heterogêneos. Sendo assim, as mudanças internas dentro de um domicílio só podem ser entendidas se houver uma compreensão dos contextos social, econômico, político e histórico vivenciados pela sociedade. Isso porque esses contextos afetam a dinâmica familiar, haja visto que as mudanças ocorridas nas famílias, quanto à sua composição e, principalmente, ao papel da mulher na sociedade, assumindo domicílios e constituindo novos arranjos, acompanha um longo processo histórico e social.

Além disso, atender às necessidades e demandas desses novos arranjos, quando se remete ao consumo de bens e serviços, pode ser afetado por fatores econômicos, como inflação, emprego, desemprego e conseqüentemente a renda disponível nos domicílios que são agentes importantes no consumo e bem-estar dos envolvidos.

Diante disso, os arranjos domiciliares diferem em termos de sua constituição, dos momentos sociais, econômicos, demográficos e culturais que atravessam, o que influencia em seu consumo.

Enquanto há uma redução dos arranjos casal com filho e da família estendida no país, há um aumento dos outros tipos de arranjos como o monoparental e unipessoal. Os homens ainda prevalecem como a pessoa de referência, situação inversa apenas nos arranjos unipessoal e monoparental, cuja pessoa de referência é predominantemente feminina. O nível de escolaridade dos membros dos arranjos é baixo, prevalecendo o ensino fundamental. Quanto ao local de residência, morar na área urbana e na região Sudeste do país foi o que mais prevaleceu entre os arranjos.

Comparando-se os dois períodos, 2002/2003 e 2008/2009, os arranjos domiciliares apresentaram uma melhoria em sua renda total mensal, bem como uma melhor distribuição dessa renda, principalmente para o arranjo família estendida.

Em relação à distribuição do consumo total anual existe uma assimetria entre os arranjos domiciliares nos dois períodos estudados. Os maiores gastos em relação às categorias de despesas foram com habitação, alimentação e transporte em todos os arranjos domiciliares, enquanto que, por outro lado o menor gasto declarado foi com fumo. A destinação da renda para a satisfação das necessidades básicas e imediatas, principalmente em períodos em que a economia não se mostra tão favorável ou estável é esperada, evitando-se, assim gastos supérfluos.

Comparando-se a média dos gastos no período de 2003 e 2009, a maior diferença é verificada entre o arranjo composto e o casal com filho, em todas as categorias de despesa, quais sejam, alimentação, habitação, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação, higiene, fumo, serviços pessoais, despesas diversas, despesas correntes e diminuição do passivo. Uma vez que a diversidade e o maior número de membros do arranjo composto quando se compara com os demais arranjos em estudo faz com que ele tende a gastar mais para atender às necessidades de todos os seus membros.

Por outro lado, a menor diferença de gasto é verificada entre os arranjos domiciliares unipessoal e monoparental quando se compara com o casal com filho, para todas as categorias de despesas analisadas em ambos os períodos. A configuração desses arranjos, a etapa do ciclo de vida e o rendimento familiar podem ter contribuído para essa diferença de consumo por bens e serviços entre os arranjos domiciliares em estudo.

Além do tipo de arranjo domiciliar, outros fatores contribuíram para afetar o consumo de bens e serviços, tanto em 2003 como em 2009, como a renda total do domicílio; idade, sexo, nível de escolaridade e raça da pessoa de referência; a região e área de residência; bem como a composição desses arranjos, ou seja, o número de membros, o total de filhos, de crianças, de adolescentes, de idosos, de parentes e não parentes também trouxeram impactos quanto aos gastos das categorias de despesa em estudo dos arranjos domiciliares.

A diferença da média de gasto por categoria de despesas é menor entre os arranjos domiciliares no período de 2008/2009, quando se compara com os resultados obtidos no

período de 2002/2003, o que indica que a estabilização econômica do país, a melhoria da renda e a diminuição do desemprego são fatores que podem influenciar no consumo.

Avaliar as condições de vida da população também é extremamente importante, principalmente para a elaboração de políticas públicas e promoção do bem-estar das pessoas. Os arranjos domiciliares apresentaram uma melhoria em suas condições de vida de 2003 para 2009, uma vez que com a melhoria da renda e de sua distribuição entre a população nesse período trouxe novas oportunidades para atender suas necessidades e desejos. Mas, muito ainda tem que ser pensado no que se refere à redução da pobreza, à maior igualdade na distribuição da renda entre as regiões do país e entre os arranjos domiciliares, principalmente, aqueles cuja pessoa de referência é a mulher, além da melhoria de políticas de acessibilidade em prol do aumento da qualidade de vida da população.

Contudo, reforça-se a necessidade da priorização de recursos para instituições públicas, como o IBGE, realizarem suas pesquisas, como as Pesquisas de Orçamentos Familiares no país, pois assim será possível acompanhar a mudança e o comportamento do consumo dos arranjos domiciliares no país ao longo do tempo.

A continuidade de pesquisas direcionadas aos diferentes arranjos domiciliares existentes no país se faz necessário, já que os domicílios compostos apenas por pai, mãe e filhos, que era considerada como a família tradicional está diminuindo e dando espaço para outras formas de arranjos, mais diversificados, menores, com necessidades e desejos diferenciados. Além disso, é extremamente importante avaliar suas condições de vida, incluindo as variáveis que são relevantes para tal, haja visto que muitos ainda não estão em um patamar desejável. Para tanto, é necessário atentar para os desafios que essas famílias enfrentam e adequar ou repensar em políticas públicas que sejam mais acessíveis à todas as formas de arranjos para que possam viver mais e melhor.

Vale ainda ressaltar, que compreender o perfil socioeconômico e demográfico, a fase do ciclo de vida, bem como as relações de consumo de bens e serviços dos diversos arranjos domiciliares é fundamental, visto que os bens e serviços ofertados à população podem proporcionar satisfação e melhoria da qualidade de vida. Além disso, é importante entender como as diferentes características dos arranjos domiciliares influenciam no consumo de bens e serviços, o que é um indicador da qualidade de vida desses arranjos.

Embora este trabalho traga grandes contribuições para a literatura científica no que se refere ao consumo dos diferentes arranjos domiciliares no país, outras pesquisas podem ser realizadas para além do escopo deste trabalho. Sugere-se estudos que visem a comparação de um período maior, ao invés de analisar apenas este período econômico, desagregar mais os arranjos domiciliares para que comparações do consumo per capita, de gênero e raça sejam avaliadas. Além disso, confrontar ou acrescentar na análise desses dados, questões qualitativas do consumo, da percepção das pessoas de referência dos arranjos, e isso foi uma limitação encontrada com a realização deste estudo, haja visto que por se trabalhar com dados secundários, o contato pesquisador/pesquisado não é feito.

Contudo, entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo permitirão contribuir para o avanço das pesquisas sobre o comportamento do consumidor em diferentes arranjos domiciliares no país, e, em diferentes períodos econômicos. Assim, espera-se que outras pesquisas sejam realizadas em âmbito acadêmico para que se possam complementar, ampliar ou até mesmo rejeitar os resultados aqui apresentados. Além da elaboração de políticas públicas que sejam voltadas para a redução das desigualdades de consumo, renda e condições de vida desses arranjos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias. **APARTE: Inclusão Social em Debate**, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em 01 ago. 2016.
- ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- ANGELO, C. F.; LUPPE, M. R.; FOUTO, N. M. M. D. Racionalidade e irracionalidade no processo decisório de consumo. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 15, n.1, p. 77-90, jan./mar., 2010.
- ARAÚJO, J. B. **O mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 2004-2008**. 2011. 164f. Dissertação (Mestrado), Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- ASPESI, C. C.; DESSEN, M. A.; CHAGAS, J. F. A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, M. A.; JÚNIOR, A. L. C. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ASSIS, F. **Comportamento do consumidor**. Londrina: 2011. 74f. Monografia (Graduação), Centro Universitário Filadélfia de Londrina, Gestão e estratégia empresarial. 2011.
- BALTAR, C. T. **Padrão do comércio brasileiro no período 2003-2005: Um estudo do conteúdo dos fluxos de importação e exportação**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado) Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2007.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas**. Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BARRETO, B. B. **A expansão do consumo e seus impactos sobre o comércio varejista: análise do período de 2003 a 2013 no Brasil**. 2014, 135f. Projeto (Graduação), Curso de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, v. 2, 2006.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOCOCK, R. **Consumption**. London and New York: Routledge, 1993.

BORGES, P. R. S. Educação financeira: O novo perfil das famílias na administração das finanças pessoais. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, IX, 2014 Campo Mourão. **Anais...** 2014.

BRASIL. **Indicadores de desenvolvimento brasileiro 2001-2012**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2012. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=287405&view=detalhes>>. Acesso em 21 jun. 2018.

CADAVEZ, V. A. P.; HENNINGSSEN, A. The Use of Seemingly Unrelated Regression (SUR) to Predict the Carcass Composition of Lambs. **Meat Science**, n. 92, p. 548–553, 2012.

CARVALHO, A. A. **Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil**: uma análise por gênero e estratos econômicos. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Padrões de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: uma análise de gênero e renda. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, XIV, 2010, Diamantina. **Anais...** do XIV Seminário sobre Economia Mineira. UFMG: 2010.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.1, p. 6-29, 2012.

CARVALHO, R. L. S; PESSANHA, L. D. R. Relação entre famílias, animais de estimação, afetividade e consumo: estudo realizado em bairros do Rio de Janeiro. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 03, set/dez, p. 622-637, 2013.

CASALI, G. F. R.; SILVA, O. M.; CARVALHO, F. M. A. Sistema regional de inovação: estudo das regiões brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 515-550, set./dez., 2010.

CASTELNAU, L.; GIMENES, A. Pós crise: e agora?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA – Mercado, Opinião e Mídia, 4, 2010. São Paulo. **Anais...** 2010.

CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: CPOP-UFPR, vol. 1, 2017, 256p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SPC BRASIL; MEU BOLSO FELIZ. **Impacto da crise econômica na gestão das finanças pessoais do brasileiro**. 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_impacto_da_crise.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SPC BRASIL. **Facetas da mulher brasileira**: mercado de consumo. 2016. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/06/An%C3%A1lise-Consumo-das-Mulheres--Consumo.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Retratos da Sociedade Brasileira: Dois anos de crise econômica. **Indicadores CNI**, ano 5, n. 34, ago., 2016.

CORALINA, Cora. **Melhores poemas**. 5 ed. Curitiba: A Página, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda França Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**, a. 07, volume especial, 2011.

DEL-VECHIO, R.; ANDRADE, D.; BRONEMANN, M. O sexo do consumo: a lucratividade está com elas – Um estudo sobre as diferenças comportamentais entre homens e mulheres na hora de consumir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX, 2007, Santos. **Anais...** 2007.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; JÚNIOR. **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FIGUEIREDO, E. A.; ZIEGELMANN, F. A. Mudança na distribuição de renda brasileira: significância estatística e bem-estar econômico. **Economia Aplicada**, v. 13, n.2, p. 257-277, 2009.

FONTES, M. B. **Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil**: uma análise orçamentária. 2014. 127f. Tese (Doutorado) Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FONTES, R.; ARBEX, M. A.; SILVA JR., G. E. Estabilização econômica no Brasil: reflexões sobre o Plano Real. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.3, p.73-86, 1998.

FROEMMING, L. M. S.; DORONCO, E.; ZAMBERLAN, L.; SPAREMBERGER, A. **Comportamento do consumidor e do comprador**. Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí. 2009.

GADE, C. **Psicologia do consumidor e da propaganda**. São Paulo: EPU, 1998.

GARCIA, L. P.; SANT'ANNA, A. C; MAGALHÃES, L. C. G.; FREITAS, L. R. S.; AUREA, A. P. Gastos das famílias brasileiras com medicamentos segundo a renda familiar: análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e de 2008-2009. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, p. 1605-1616, ago., 2013.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas Políticas Sociais. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia brasileira contemporânea: 1945 – 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIGLIO, E. M. **Comportamento do consumidor**. 3 ed. São Paulo: Thompson, 2005.

GIRALDI, J.; WAIDEMAN, M. C. Família ou famílias: Construção histórica e social do conceito de família. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA, III, e SEMANA DE PSICOLOGIA, IX. **Anais...** 2007.

GOLDANI, A. M. Retratos de família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, p. 303-335, 1994.

GRASEL, D. 2005. Brasil: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. **Informe Gepec**, v. 9, n. 1, p. 1-11.

HAIR JUNIOR, J. F., BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Trad. por Adonai S. Sant'Anna e Anselmo Chaves Neto. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003)**: Perfil das Despesas no Brasil. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003)**: Manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009)**: Despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2015. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 34, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 35, Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LANJOUW, P. **Constructing a Consumption Aggregate for the Purpose of Welfare Analysis: Issues and Recommendations Concerning the POF 2002/3 in Brazil**. (DECRG, the World Bank). 2005.

LEONETI, A. B.; PRADO, E. L.; OLIVEIRA, S. V. W. B. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-48, mar./abr., 2011.

LIMA NETA, A. A. Trabalho, família e desigualdade. **Informe de Previdência Social**, Brasília, v. 28, n. 2, fev., 2016.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52 - 65, jan. / jun. 2013.

LUPPE, M. R. **Evidências da sofisticação do padrão de consumo dos domicílios brasileiros: uma análise de cestas de produtos de consumo doméstico**. 2010. 231f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M., Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **Confins – Revista Franco Brasileira de Geografia** [Online], v.13, n. 13, 2011.

MALUF, A. C. de R. F. D. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Atlas. 2010.

MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MARIANO, A. B. P. **As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares**. Unibrasil, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ana-beatriz-parana-mariano.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

MATIJASCIC, M. **Professores da educação básica no Brasil: condições de vida, inserção no mercado de trabalho e remuneração**. Texto para discussão. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

MEDEIROS, F. A hora da verdade: reflexões sobre o comportamento de consumo na indústria da beleza. **Comunicação & Mercado**, UNIGRAN, Dourados - MS, v. 05, n. 12, p. 59-69, jan./jun., 2016.

MEDEIROS, J. F.; CRUZ, C. M. L. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Teor. e Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 14, p.167-190, 2006.

MEIRA, S. S.; VILELA, A. B. A.; CASOTTI, C. A.; ANJOS, A. C. F; SILVA, D. M. Considerações acerca das condições de vida de idosos no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais - Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 17, n.1, 160 p. 159-177, jul./dez., 2014.

MELO, N. C. V. **Consumo por idosos em arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge**: análise de dados da POF 2008/2009. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

MELO, N. C. V.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M.; SILVA, N. M. Perfil socioeconômico do consumidor idoso nos arranjos familiares unipessoal e residindo com o cônjuge: Uma análise de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008/2009). **Sociedade em Debate**, v. 20, n. 2, p. 216-237, 2014.

MERESSI, F. S.; SILVA, M. F. S. **Mobilidade socioeconômica no Brasil, padrão de consumo e conflitos socioambientais**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n.1, p. 87-108, abr., 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Hábito de fumar cai em 36% entre os brasileiros**. 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43401-habito-de-fumar-cai-em-36-entre-os-brasileiros>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MONTALI, L. Implicações das conjunturas de crise e de expansão sobre as famílias e a relação família-trabalho. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 11, n. 20, jan./jun., p. 117-148, 2017.

MORAIS, M. P.; CRUZ, B. O. Escolha das condições de ocupação da moradia e política habitacional no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental**, IPEA, dez, 2011.

MOSCHIS, G. P. **Consumer socialization**: A life-cycle perspective. Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1987. 353 p.

NASCIMENTO, A. M. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV, Caxambú. **Anais...** ABEP: 2006.

NERI, A. L. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e em sociologia, In: NERI, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

OLAMIDE, E. I.; ADEPOJU, A. A. Estimating Seemingly Unrelated Regressions with

First Order Autoregressive Disturbances. **Studies in Mathematical Sciences**, v. 6, n. 2, p. 40-57, 2013.

OLIVEIRA, C. **Como fazer sobrar dinheiro no final do mês**. InvestMobile, 2017.

OLIVEIRA, L. N. **Comportamento do consumidor de educação superior à distância: análise das características influenciadoras e do processo de compra numa instituição baiana de ensino superior privado**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, R. M.; VALLA, V. V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17 (Suplemento), p. 77-88, 2001.

PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PIRES, D. C. A. **As condições de vida dos arranjos domiciliares brasileiros, medidas pela renda e por indicadores multidimensionais, em 2009**. 78f. 2012. Dissertação (mestrado), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

POCHMANN, M. A crise internacional e seus efeitos no Brasil. IN: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T.; MARTINS, F. J. (Org.). **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.

QUINTÃES, V., SOUSA, D., DUARTE, C., DANIELLE, M., SANTOS, I.; ASSIS, J. Análise do Bem-Estar a partir de um Indicador de Consumo Agregado com Base nas Informações da POF 2002-2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS; ABEP, XV Caxambú-MG, **Anais...** 2006.

RABELO, D. F.; NERI, A. L. Arranjos domiciliares, condições de saúde física e psicológica dos idosos e sua satisfação com as relações familiares. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v.18, n. 3, p. 507-519, 2015.

RANIEIRO, R. C.; SILVA, P. R. Análise do comportamento do consumidor sobre a aquisição de bens móveis através do sistema de consórcio: estudo de caso em uma administradora de bens localizada em Maringá-PR. **Revista de Ciências Empresariais**, v. 8, n.2, p. 27-37, jul./dez. 2011.

REIS, A. H. M. Novos arranjos familiares: um desafio para o marketing. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia** (PMKT on-line), São Paulo, v. 10, n. 1, p. 28-46, jan.-abr., 2017.

Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

RIBEIRO, C. C. N. R. **Influência do arranjo domiciliar nas condições de saúde no indicativo de depressão e na qualidade de vida de idosos residentes na zona rural.** 96f. 2012. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, 2012.

RIBEIRO, M. N. O.; BARBOSA, L. M. Avaliação das condições de vida da população do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV, Caxambu, **Anais...** 2006.

ROCHA, E.; PEREIRA, C. **Juventude e consumo:** um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

RODRIGUES, C. K. Um breve estudo sobre a abordagem do teorema central do limite nos livros-texto. In: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, XIII, Recife, **Anais...** 2011.

RODRIGUES, C. T. **Mudanças no perfil de pobreza no Brasil:** uma análise multidimensional a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 e 2008-2009. 234f. 2014. Tese (Doutorado), Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2014.

RUCINSKI, R.; MATTEI, L. A crise econômica recente e seus impactos sobre a balança comercial catarinense. **Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 037, 2014.

SAKAMOTO, C. S. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos:** um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SANTOS, I. C. M. A distribuição do consumo: uma análise das Regiões Brasileiras através da POF2002-2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, ABEP: Caxambu, **Anais...**, 2008.

SECOVI. **Manual de locação residencial.** São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://old.secovi.com.br/files/Downloads/manual-locacao-residencial-webpdf.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SENA, J. F.; ALVES, M. F. Breve perfil de dois bairros de um município da região metropolitana do Recife. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO, JEPEX, XIII, UFRPE: Recife, **Anais...**, 2013.

SERRALVO, F. A. Comportamento do consumidor: proposta de um modelo. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v.1, n.1, jan./mar., p.47-70, 2009.

SETTE, A. B. P. **Dois ensaios sobre consumo e arranjos familiares brasileiros**. 2017, 132f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SIERRA, V. M. **Família: teorias e debates**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, D. M. P. P.; TOMANIK, E. A. Condições de vida de famílias ribeirinhas moradoras nas residências populares do município de Porto Rico, Estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum - Health Sciences**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 219-229, 2011.

SILVA, J. M.; PAULA, N. M. **Alterações no padrão de consumo de alimentos no Brasil após o Plano Real**. 2003. Disponível em: <http://www.pet-economia.ufpr.br/banco_de_arquivos/00015_artigo_evinvi_Joselis.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SILVA, I.; ROHDE, L. Novos arranjos familiares: o consumo dos casais heterossexuais gaúchos, sem filhos. 2011. **Relatório final de pesquisa**, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Centro de Altos Estudos da ESPM, São Paulo, 2011.

SINDUSCON. Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais. **Número-Índice: uma visão geral**. 2. ed. Belo Horizonte: SINDUSCON-MG, 2009.

SLATER, D. **Cultura do consumo & modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SOLOMON, M. R. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOUZA, C. O. A. **Comportamento do consumidor na cidade de Águas Claras: uma análise das variáveis da tomada de decisão da compra de um imóvel**. 2013. 59f. Monografia (Graduação), Departamento de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, R. F.; EHRENBERG, K. C. **Apple no Brasil: o consumo de uma marca que vai além da tecnologia**. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2920170-Apple-no-brasil-o-consumo-de-uma-marca-que-vai-alem-da-tecnologia-rogerio-furlan-de-souza-1-karla-caldas-ehrenberg-2.html>>. Acesso dia: 15 nov. 2016.

TOBIAS, A. M. N. M.; CERVENY, C. M. O. **Educação financeira na família: Como falar de dinheiro com as crianças**. São Paulo: Roca, 2012.

TRAD, L. A. B. A família e suas mutações: subsídios ao campo da saúde. In: TRAD, L. A. B. (Org.). **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 696p.

TROVÃO, C. J. B. M. **Emprego, indústria e condição de exportação**: a evolução do mercado de trabalho formal no Brasil de 2002 a 2008. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

TURKENICZ, A. **Organizações familiares**: Contextualização histórica da família Ocidental. Curitiba: Juruá, 2013.

VILLA, S. B. **Morar em apartamentos**: a produção dos espaços privados e semiprivados nos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI - São Paulo e Ribeirão Preto. Critérios para Avaliação Pós-Ocupação. 2008. 360f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

VILLA, S. B. Os formatos familiares contemporâneos: transformações demográficas. **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n. 12, p. 2-26, dez., 2012.

WOLFFENBÜTTEL, A. Indicadores – O que é índice de Gini? **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, v. 4, n. 1, 2004.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. Tradução: José Antônio Ferreira. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto: ABEP, **Anais...**, 2002.

YEE, J. L.; NIEMEIER, D. Advantages and Disadvantages: Longitudinal vs. Repeated Cross-Section Surveys. **Project Battelle**, 94-16, FHWA, HPM-40, 1996.

ZAMBERLAM, C. O. **Os novos paradigmas da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ZELLNER, A. An efficient method of estimating seemingly unrelated regressions and tests for aggregation bias. **Journal of the American Statistical Association**, New York, v. 57, n. 298, p. 348-368, 1962.

APÊNDICE

Tabela 17 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão deflacionado dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2002/2003.
Brasil, 2002/2003.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.185 (±3.706)	4.437,31 (±4.643)	5.777,61 (±5.676)	4.269,61 (±4.606)	5.687,04 (±5.987)	7.456,35 (±6.680)
Mín. – Máx.	0 – 44.905	0 – 54.327	0 – 122.575	0 – 43.060	0 – 108.444	0 – 43.838
Habitação	8.048,86 (±10.203)	10.736,74 (±17.558)	10.227,9 (±21.467)	9.631,24 (±16.740)	9.251,75 (±13.102)	18.429,1 (±33.128)
Mín. – Máx.	0 – 186.808	0 – 402.045	0 – 2.009.097	0 – 468.115	0 – 415.764	448 – 632.663
Vestuário	743,6 (±2.128)	1.101,76 (±1.950)	1.576,71 (±2.066)	1.288,54 (±1.973)	1.623,38 (±2.240)	2.777,1 (±4.176)
Mín. – Máx.	0 – 37.580	0 – 41.283	0 – 67.586	0 – 52.095	0 – 59.071	0 – 80.002
Transporte	2.757,49 (±7.716)	4.632,64 (±10.917)	5.412,67 (±10.549)	3.199,63 (±8.360)	4.061,24 (±9.407)	8.416,12 (±15.475)
Mín. – Máx.	0 – 128.187	0 – 213.651	0 – 255.399	0 – 136.705	0 – 356.071	0 – 264.005
Assistência à Saúde	1.198,02 (±3.271)	2.330,09 (±12.391)	1.621,38 (±3.316)	1.317,15 (±2.798)	1.715,17 (±3.097)	2.999,06 (±5.205)
Mín. – Máx.	0 – 85.789	0 – 313.173	0 – 108.297	0 – 60.188	0 – 50.775	0 – 59.091
Educação	376,60 (±1.848)	391,55 (±2.012)	1.329,97 (±3.737)	1.025,26 (±3.165)	945,41 (±2.996)	2.705,96 (±6.246)
Mín. – Máx.	0 – 28.224	0 – 94.387	0 – 91.155	0 – 51.978	0 – 73.999	0 – 5.4615
Recreação e Cultura	448,72 (±1.226)	448,45 (±1.116)	658,94 (±1.430)	543,16 (±1.252)	596,85 (±1.321)	1.220,2 (±2.095)
Mín. – Máx.	0 – 25.004	0 – 1.4314	0 – 24.856	0 – 15.525	0 – 18.370	0 – 25.871
Higiene e Cuidados Pessoais	298,98 (±620)	424,20 (±674)	579,22 (±938)	525,33 (±851)	636,37 (±955)	946,83 (±1.475)
Mín. – Máx.	0 – 9.129	0 – 22.518	0 – 14.428	0 – 13.973	0 – 20.779	0 – 40.877
Fumo	118,11 (±324)	144,03 (±385)	173,89 (±432)	150,61 (±397)	230,51 (±531)	189,67 (±501)
Mín. – Máx.	0 – 3.630	0 – 8.225	0 – 7.402	0 – 4.983	0 – 7.269	0 – 6.743

(continua)

Despesas com Serviços						
Pessoais	171,75 (±455)	257,77 (±546)	261,44 (±518)	239,53 (±501)	276,65 (±580)	520,79 (±990)
Mín. – Máx.	0 – 6.243	0 – 19.178	0 – 11.258	0 – 9.837	0 – 9.877	0 – 12.640
Despesas Diversas	817,5 (±7.338)	2.710,82 (±23.076)	1.422,14 (±9.167)	1.142,14 (±8.419)	1.397,73 (±9.380)	2.342,50 (±15.294)
Mín. – Máx.	0 – 422.303	0 – 473.589	0 – 613.264	0 – 195.962	0 – 278.999	0 – 348.715
Despesas Correntes	1.641,46 (±5.350)	1.913,89 (±5.680)	1.504 (±4154)	1.101,64 (±3.747)	1.125,18 (±2.899)	3.824,40 (±9.969)
Mín. – Máx.	0 – 74.943	0 – 114.608	0 – 86.297	0 – 65.977	0 – 94.306	0 – 117.816
Aumento de Ativos	699,52 (±7.917)	2.462,87 (±20.241)	1.628,02 (±10.014)	814,96 (±6.341)	1.244,79 (±8.673)	1.796,04 (±12.373)
Mín. – Máx.	0 – 340.291	0 – 510.733	0 – 593.456	0 – 279.592	0 – 225.440	0 – 270.942
Diminuição do Passivo	450,94 (±2358)	670,71 (±3241)	679,20 (±3.408)	376,25 (±2.162)	519,34 (±2.794)	1.269,67 (±6.156)
Mín. – Máx.	0 – 28.736	0 – 6.2131	0 – 188.104	0 – 85.023	0 – 75.384	0 – 80.856
Despesas Totais	20.956,62 (±32.328)	32.662,89 (±62.937)	32.853,14 (±46.045)	25.625,12 (±37.597)	29311,47 (±39544)	54893,84 (±74496)
Mín. – Máx.	337 – 972.828	501 – 1.242.666	354 – 2.023.341	826 - 777275	710 - 605921	2182 - 880822

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003.

Tabela 18 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão deflacionado per capita dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2002/2003. Brasil, 2002/2003.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.185 (±3.706)	2.218,18 (±2.321)	1.475,88 (±1.532)	1.583,22 (±1.767)	1.318,93 (±1.496)	1.826 (±1.689)
Mín. – Máx.	0 – 44.905	0 – 27.163	0 – 24.257	0 – 16.496	0 – 27.111	0 – 12.625
Habitação	8.048,86 (±10.203)	5.367,93 (±8.779)	2.685,79 (±5.035)	3.796,55 (±7.658)	2.299,42 (±3.973)	4.455,85 (±6.761)
Mín. – Máx.	0 – 186.808	0 – 201.022	0 – 334.849	0 – 23.4057	0 – 207.882	36 – 105.443
Vestuário	743,6 (±2.128)	550,85 (±975)	404,59 (±540)	470,30 (±759)	368,76 (±530)	658,81 (±989)
Mín. – Máx.	0 – 37.580	0 – 20.641	0 – 13.517	0 – 26.047	0 – 9.845	0 – 9.107
Transporte	2.757,49 (±7.716)	2.316,30 (±5.458)	1.426,93 (±2.846)	1.232,10 (±3.439)	939,79 (±2.195)	1.973,70 (±3.543)
Mín. – Máx.	0 – 128.187	0 – 106.825	0 – 63.849	0 – 63.556	0 – 59.345	0 – 44.705
Assistência à Saúde	1.198,02 (±3.271)	1.164,74 (±6.195)	432,85 (±929)	512,58 (±1.151)	416,69 (±804)	729,89 (±1.260)
Mín. – Máx.	0 – 85.789	0 – 156.586	0 – 27.074	0 – 30.094	0 – 18.300	0 – 16.335
Educação	376,60 (±1.848)	195,77 (±1.006)	340,78 (±969)	372,04 (±1.118,73)	221,47 (±734)	613,52 (±1.428)
Mín. – Máx.	0 – 28.224	0 – 47.193	0 – 20.992	0 – 12.994	0 – 15.385	0 – 13.654
Recreação e Cultura	448,72 (±1.226)	224,22 (±558)	172,28 (±387)	203,32 (±489)	143,79 (±365)	290,10 (±490)
Mín. – Máx.	0 – 25.004	0 – 7.157	0 – 8.285	0 – 7.732	0 – 6.381	0 – 3.918
Higiene e Cuidados Pessoais	298,98 (±620)	212,08 (±337)	148,05 (±238)	191,44 (±317)	147,34 (±247)	233,57 (±348)
Mín. – Máx.	0 – 9.129	0 – 11.259	0 – 4.798	0 – 6.986	0 – 6.141	0 – 4.087
Fumo	118,11 (±324)	71,99 (±192)	45,08 (±117)	58,43 (±166)	52,84 (±135)	48,89 (±132)
Mín. – Máx.	0 – 3.630	0 – 4.112	0 – 2.240	0 – 2.491	0 – 2.099	0 – 1.685
Despesas com Serviços Pessoais	171,75 (±455)	128,88 (±273)	68,49 (±134)	91,05 (±200)	67,10 (±181)	134,77 (±349)
Mín. – Máx.	0 – 6.243	0 – 9.589	0 – 2.154	0 – 4.918	0 – 4.480	0 – 6.320

(continua)

Despesas Diversas	817,50 (± 7.338)	1.355,36 (± 11.538)	382,28 (± 2.543)	427,30 (± 3.033)	327,36 (± 2.158)	478,19 (± 2.373)
Mín. – Máx.	0 – 422.303	0 – 236.794	0 – 204.421	0 – 65.320	0 – 55.799	0 – 49.816
Despesas Correntes	1.641,46 (± 5.350)	956,92 (± 2.840)	405,13 (± 1.174)	445,34 (± 1.686)	286,54 (± 794)	940,45 ($2.517 \pm$)
Mín. – Máx.	0 – 7.4943	0 – 57.304	0 – 20.974	0 – 32.988	0 – 24.406	0 – 39.272
Aumento de Ativos	699,52 (± 7.917)	1.231,43 (± 10.120)	437,56 (± 2.750)	285,88 (± 2.275)	301,34 (± 2.182)	420,30 (± 3.012)
Mín. – Máx.	0 – 340.291	0 – 255.366	0 – 197.818	0 – 139.796	0 – 72.717	0 – 67.735
Diminuição do Passivo	450,94 (± 2.358)	335,35 (± 1.620)	181,92 (± 926)	148,22 (± 913)	131,44 (± 797)	329,77 (± 1.830)
Mín. – Máx.	0 – 28.736	0 – 31.065	0 – 47.026	0 – 28.341	0 – 18.846	0 – 26.967
Despesas Totais	20.956,62 (± 32.328)	16.330,09 (± 31.469)	8.607,67 (± 12.303)	9.817,85 (± 15.671)	7.022,87 (± 10.231)	13.134,2 (± 16.274)
Mín. – Máx.	337 – 972.828	250 – 621.333	68 – 460.222	188 – 388.637	158 – 217.607	318 – 146.803

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2002/2003.

Tabela 19 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2008/2009. Brasil, 2008/2009.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.237,90 (±3.671)	4.610,93 (±4.898)	5.807,31 (±5.879)	4.095,79 (±3.998)	5.407,27 (±5.055)	7.570,11 (±7.436)
Mín. – Máx.	0 – 44.882	0 – 103.373	0 – 205.397	0 – 35.471	0 – 59.746	0 – 64.463
Habitação	6.879,13 (±13014)	9.397,10 (±18.117)	9.050,09 (±13.092)	7.776 (±14.542)	8.388,17 (±9.996)	12.597 (±24.719)
Mín. – Máx.	0 – 508.606	211 – 559.734	0 – 352.383	0 – 368.617	0 – 394.221	135 – 269.171
Vestuário	698,16 (±1.333)	1.168,02 (±2.433)	1.630,64 (±2.323)	1.236,13 (±1.761)	1.647,79 (±4.949)	2.327,56 (±2.952)
Mín. – Máx.	0 – 18.069	0 – 39.796	0 – 51.944	0 – 39.997	0 – 420.871	0 – 24.287
Transporte	2.517,70 (±8.551)	5.519,62 (±12.047)	6.296,61 (±12.940)	3.283,38 (±8.918)	4.282,10 (±8.475)	8.439,51 (±16.699)
Mín. – Máx.	0 – 373.511	0 – 201.329	0 – 240.161	0 – 252.759	0 – 192.094	0 – 132.164
Assistência à Saúde	1.470,01 (±3.703)	2.101,11 (±4.096)	1.722,09 (±4.470)	1.564,99 (±7.182)	1.992,58 (±3.770)	2.804,47 (±5.261)
Mín. – Máx.	0 – 96.589	0 – 97.080	0 – 173.043	0 – 311.946	0 – 72.352	0 – 85.787
Educação	263,74 (±1.539)	369,21 (±1.710)	1.087,09 (±3.335)	746,68 (±2.524)	653,37 (±2.050)	1.554,13 (±4.666)
Mín. – Máx.	0 – 32.132	0 – 42.688	0 – 79.984	0 – 46.608	0 – 64.328	0 – 54.304
Recreação e Cultura	366,02 (±1.140)	413,88 (±1.022)	622,61 (±1.400)	478,56 (±1.122)	516,90 (±1.103)	951,96 (±2.402)
Mín. – Máx.	0 – 23.520	0 – 17.661	0 – 30.004	0 – 17.280	0 – 25.201	0 – 38.255
Higiene e Cuidados Pessoais	324,42 (±669)	487,02 (±855)	695,37 (±1.014)	567,46 (±884)	705,35 (±1.000)	1.058,20 (±1.458)
Mín. – Máx.	0 – 12.995	0 – 16.145	0 – 16.930	0 – 12.387	0 – 15.013	0 – 13.848
Fumo	84,73 (±277)	142,46 (±518)	137,54 (±422)	129,80 (±379)	180,46 (±447)	239,64 (±735)
Mín. – Máx.	0 – 3.676	0 – 10.400	0 – 9.360	0 – 5.460	0 – 6.162	0 – 8.062
Despesas com Serviços Pessoais	173,89 (±449)	293,80 (±613)	309,33 (±553)	274,02 (±522)	302,27 (±562)	470,27 (±722)
Mín. – Máx.	0 – 9.028	0 – 7.171	0 – 24.040	0 – 6.099	0 – 13.237	0 – 5.786

(continua)

Despesas Diversas	562,29 (±2.793)	925,92 (±3.386)	794,37 (±2.649)	499,26 (±1.412)	728,39 (±2.883)	1.354,92 (±3.677)
Mín. – Máx.	0 – 86.918	0 – 130.007	0 – 93.600	0 – 31.083	0 – 139.851	0 – 52.236
Despesas Correntes	1.147,87 (±6.346)	1.790,12 (±10.673)	1.945,73 (±23.175)	740,28 (±3.890)	1.018,95 (±4.658)	2.060,44 (±10.144)
Mín. – Máx.	0 – 266.221	0 – 342.582	0 – 1.015.252	0 – 137.158	0 – 136.345	0 – 294.033
Aumento de Ativos	1.422,51 (±15.678)	2.366,57 (±17.052)	2.113,18 (±16.928)	1.149,11 (±9.843)	1.333,79 (±9.834)	3.027,72 (±20.045)
Mín. – Máx.	0 – 890.400	0 – 790.566	0 – 840.000	0 – 319.651	0 – 472.502	0 – 206.164
Diminuição do Passivo	332,80 (±2.177)	460,36 (±2.157)	490,23 (±2.518)	388,78 (±1.856)	607,77 (±5.271)	666,63 (±2.581)
Mín. – Máx.	0 – 102.000	0 – 104.940	0 – 126.000	0 – 48.960	0 – 210.000	0 – 41.313
Despesas Totais	19.481,23 (±36.034)	30.046,19 (±45.782)	32.702,27 (± 50.411)	22.930,30 (±34.451)	27.765,23 (±30.780)	45.122,63 (±71.434)
Mín. – Máx.	146 – 1.254.290	277 – 1.099.631	266 – 1.158.117	298 – 587.221	504 – 505.857	753 – 702.089

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009.

Tabela 20 – Consumo médio, mínimo, máximo e desvio padrão per capita dos arranjos domiciliares por categorias de despesa, 2008/2009. Brasil, 2008/2009.

Despesas/Arranjos	Unipessoal	Casal sem Filho	Casal com Filho	Monoparental	Família Estendida	Domicílio Composto
Alimentação	3.237,90 (±3.671)	2.303,74 (±2.447)	1.539,60 (±1.590)	1.614,63 (±1.691)	1.327,51 (±1.317)	2.035,58 (±2.142)
Mín. – Máx.	0 – 44.882	0 – 51.686	0 – 4.1079	0 – 17.735	0 – 14.936	0 – 12.909
Habitação	6.879,13 (±13.014)	4.697,90 (±9.058)	2.460,14 (±3.694)	3.206,02 (±6.860)	2.174,41 (±2.962)	3.456,28 (±6.516)
Mín. – Máx.	0 – 508.606	105 – 279.867	0 – 117.461	0 – 184.308	0 – 128.001	67,6 – 67.292
Vestuário	698,16 (±1.333,01)	583,81 (±1.216)	433,75 (±627)	477,93 (±693)	401,60 (±1.598)	617,65 (±839)
Mín. – Máx.	0 – 18.069	0 – 19.898	0 – 17.314	0 – 13.332	0 – 140.290	0 – 8.095
Transporte	2.517,70 (±8.551)	2.759,68 (±6.023)	1.709,18 (±3.558)	1.330,60 (±3.693)	1.056,81 (± 2.342)	2.231,97 (±4.713)
Mín. – Máx.	0 – 373.511	0 – 100.664	0 – 60.646	0 – 84.253	0 – 63.082	0 – 53.075
Assistência à Saúde	1470,01 (±3.703)	1050,53 (±2.048)	472,20 (±1.227)	634,87 (±2.118)	519,43 (±1.205)	771,75 (±1.508)
Mín. – Máx.	0 – 96.589	0 – 48.540	0 – 44.859	0 – 77.986	0 – 31.134	0 – 28.595
Educação	263,74 (±1539)	184,60 (±855)	287,53 (±869)	281,03 (±937)	157,76 (±551)	397,41 (±1.197)
Mín. – Máx.	0 – 32.132	0 – 21.344	0 – 19.996	0 – 15.536	0 – 13.932	0 – 10.860
Recreação e Cultura	366,02 (±1.140)	206,92 (±511)	168,48 (±388)	191,02 (±481)	126,76 (±278)	272,04 (±780)
Mín. – Máx.	0 – 23.520	0 – 8.830	0 – 7.501	0 – 5.938	0 – 5.300	0 – 12.751
Higiene e Cuidados Pessoais	324,42 (±669)	243,39 (±427)	184,61 (±277)	223,89 (±369)	171,90 (±262)	277,84 (±383)
Mín. – Máx.	0 – 12.995	0 – 8.072	0 – 5.080	0 – 5.847	0 – 5.522	0 – 2.815
Fumo	84,73 (±277)	71,23 (±259)	36,57 (±111)	52,59 (±159)	42,90 (±115)	62,74 (±203)
Mín. – Máx.	0 – 3.676	0 – 5.200	0 – 2.043	0 – 1.703	0 – 3.057	0 – 4.031
Despesas com Serviços Pessoais	173,89 (±449)	146,81 (±306)	83,93 (±150)	108,62 (±217)	76,87 (±175)	122,08 (±183)
Mín. – Máx.	0 – 9.028	0 – 3.585	0 – 6.010	0 – 3.049	0 – 4.186	0 – 1.446

(continua)

Despesas Diversas	562,29 (±2.793)	462,96 (±1.693)	215,77 (±740)	203,42 (±585)	182,15 (±698)	369,78 (±964)
Mín. – Máx.	0 – 86.918	0 – 65.003	0 – 31.200	0 – 10.361	0 – 27.970	0 – 10.447
Despesas Correntes	1.147,87 (±6.346)	895,04 (±5.336)	525,84 (±5.905)	308,02 (±1.741)	260,77 (±1.118)	547,88 (±2.536)
Mín. – Máx.	0 – 266.221	0 – 171.291	0 – 253.813	0 – 68.579	0 – 46.388	0 – 73.508
Aumento de Ativos	1422,51 (±15.678)	1182,72 (±8.526)	586,91 (±4.822)	503,25 (±4.495)	378,69 (±3.994)	723,15 (±4.776)
Mín. – Máx.	0 – 890.400	0 – 395.283	0 – 210.000	0 – 159.825	0 – 236.251	0 – 51.541
Diminuição do Passivo	332,80 (±2.177)	230,11 (±1.078)	131,79 (±670)	162,83 (±804)	180,30 (±2.517)	178,64 (±722)
Mín. – Máx.	0 – 102.000	0 – 52.470	0 – 31.500	0 – 16320	0 – 105.000	0 – 8.996
Despesas Totais	19.481,23 (±30.034)	1.5019,51 (±22.891)	8.836,35 (±13.701)	9.298,78 (±15.146)	7.057,95 (±9.909)	12.064,85 (±18.311)
Mín. – Máx.	146 – 1.254.290	138 – 549.815	66 – 289.529	99 – 293.610	84 – 252.928	195 – 175.522

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa. IBGE – POF 2008/2009.